

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural



Dissertação de Mestrado

O Programa Pontos de Memória no contexto sul-rio-grandense

Mariana Boujadi Mariano da Silva

Pelotas, 2019

Mariana Boujadi Mariano da Silva

O Programa Pontos de Memória no contexto sul-rio-grandense

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural

Orientadora: Maria Letícia Mazzucchi Ferreira

Pelotas, 2019

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S586p Silva, Mariana Boujadi Mariano da

O programa “pontos de memória no contexto sul-ri- -grandense
/ Mariana Boujadi Mariano da Silva ; Maria Letícia Mazzucchi
Ferreira, orientadora. — Pelotas, 2018.
154 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em
Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências
Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

1. Instituto Brasileiro de Museus. 2. Programa pontos de
memória. 3. Museologia social. 4. Memória social. 5. Museus.
I. Ferreira, Maria Letícia Mazzucchi, orient. II.
Título.

CDD : 069

Agradecimentos

Gostaria de agradecer às muitas pessoas que me inspiraram, me apoiaram e releeram este trabalho mais vezes até do que eu em busca de erros e correções que poderiam ser feitas para aprimorá-lo.

Agradeço à toda a minha família.

Aos meus pais queridos pais Beatriz e Dalmo, que sempre tiveram orgulho de mim.

À minha madrinha e avó Carmen, que apesar de não estar mais entre nós estaria feliz com mais este passo que dou em minha vida.

À minha delicada e querida avó Elizabeth, que sempre me incentivou.

Um agradecimento especial ao meu irmão Daniel Boujadi, que sempre acreditou em mim e me ajudou no possível e no impossível.

Ao meu tio Ivã A. Mariano da Silva.

Aos meus professores de graduação e pós-graduação, especialmente à minha querida orientadora Maria Letícia M. Ferreira, que acreditou no meu trabalho desde o início, me escolheu para ser sua bolsista de Iniciação Científica, orientanda no Trabalho de Conclusão de Curso e orientanda no Mestrado. Foi como sua orientanda que descobri que gostava de trabalhar com pesquisa e, depois de tantos anos, não sei nem como agradecer por toda esta jornada conjunta.

Ao querido professor Diego Ribeiro, que durante a graduação me ensinou sobre museologia e teoria museológica, possibilitou tantas trocas de experiências e sempre me fez pensar além do óbvio. Agradeço, novamente, por ter aceito o convite para ser minha Banca, desta vez no mestrado.

À professora Elizabete Mendonça, por ter aceito o convite para fazer parte da Banca.

A todos os entrevistados durante este trabalho e que foram fundamentais para esta pesquisa agradeço pela paciência e atenção, especialmente ao senhor Valter Braga, à querida Clarissa Alves e à Neli Mombelli.

Agradeço, ainda, aos meus amigos todos. Especialmente à Danyela de C. Oliveira e Gleicy Aparecida Alves dos Santos, que mesmo residindo em outro estado não se fez menos presente e partilhou comigo todo esse processo.

À minha amiga e parceira de faculdade Letícia C. Casanova, pois sem ela nada disso seria possível.

À minha amiga Fabíola Peres de Souza, que conversou sempre comigo e me incentivou a continuar escrevendo sempre.

Aos meus colegas de mestrado, especialmente às queridíssimas Simone Rassmussen Neutzling e Leticia Alves Pereira, que tornaram as aulas muito mais interessantes e, claro, agradeço também à minha amiga mexicana Jazmine Dafne Somellera Carrasco.

Aos meus amigos e colegas do Museu Histórico Regional de Passo Fundo e do Museu de Artes Visuais Ruth Schneider, que mesmo muitas vezes sem saber exatamente sobre o que era a minha pesquisa me deram um enorme incentivo e um grande apoio moral, fundamentais para que eu concluísse mais esta etapa.

Agradeço especialmente à minha chefe Tania Aime e às minhas colegas Carla Mari Doneda e Débora Bueno, que fizeram da minha mudança de cidade e de casa um processo mais tranquilo e agradável do que jamais imaginei que poderia ser. Obrigada pelo carinho de sempre.

Agradeço imensamente a todos aqueles que tornaram este momento possível direta ou indiretamente e que não têm os nomes aqui citados.

E é impossível não agradecer ao Carlos Augusto Alencar Neto. Obrigada por tudo, sempre.

SILVA, Mariana Boujadi Mariano da. **O Programa “Pontos de Memória no Contexto sul-rio-grandense”** – Pelotas/RS. 2019. 147f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

Resumo

Esta dissertação apresenta uma análise do Programa Pontos de Memória através do estudo dos Pontos de Memória localizados no Rio Grande do Sul. O objetivo principal do trabalho foi compreender como os Pontos de Memória se articulam com o discurso oficial da proposta do IBRAM. Para tanto foi utilizada a metodologia de análise de políticas públicas, que possibilita compreender também os interesses, as decisões e os conflitos que participam de toda a formulação e implementação de determinada política pública. Entende-se que o Programa Pontos de Memória tem sido a principal ferramenta do Ministério da Cultura, através de sua autarquia, o Instituto Brasileiro de Museus, para o reconhecimento de espaços de memória sociomuseológicos, dessa forma observou-se as questões relativas ao protagonismo e envolvimento comunitário na criação e manutenção destes espaços, a longevidade dos Pontos de Memória e dos projetos por eles desenvolvidos.

Palavras-chave: políticas públicas; programa pontos de memória; museologia social.

SILVA, Mariana Boujadi Mariano da. **Pontos de Memória Program in the Sul-rio-grandense Context** – Pelotas/RS. 2018. 147f. Dissertação–Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

Abstract

This dissertation presents an analysis of the Pontos de Memória Program, through the study of the Pontos de Memória located in Rio Grande do Sul. The main objective of this study was to understand how the Pontos de Memória are articulated with the official discourse of the IBRAM proposal. For that, was adopted the methodology of public policy analysis, to makes possible to understand the interests, decisions and conflicts that participate in all the formulation and implementation of a determined public policy. It is understood that the Pontos de Memória Program has been the main tool of the Ministry of Culture, through its local authority, the Brazilian Institute of Museums, for the recognition of spaces of sociomuseological memory, in this way it was observed the issues related to the protagonism and community involvement in the creation and maintenance of these spaces, the longevity of Memory Points and the projects developed by them.

Keywords: public politics; pontos de memória program; sociomuseology

Lista de Quadros e Tabelas

Quadro 1 – Paradigmas da Nova Museologia.....	26
Quadro 2 – Comunidades atendidas na primeira etapa da implantação do Programa Pontos de Memória em todo o território nacional	42
Quadro 3 – Princípios norteadores da “Carta Cultural Ibero-americana” (OEI, 2005).....	77
Quadro 4 – Relação entre Pontos de Memória, Programa Pontos de Memória e Plano Nacional Setorial de Museus considerando os dados obtidos na pesquisa	120
Tabela 1 – Sistematização dos resultados de busca pelos termos “Programa Pontos de Memória”, “Pontos de Memória”, “Museologia Social” e “Sociomuseologia” veiculadas pelo IBRAM até o ano de 2017	53
Tabela 2 – Recursos da União destinados ao IBRAM nas categorias “recursos diretos” e “premiações culturais...”	60
Tabela 3 – Sistematização orçamentária dos programas executados entre os anos de 2011 e 2016 com recursos da OEI visando alcançar as metas estabelecidas até 2021.	79

Lista de Figuras

Figura 1 – Representação gráfica do processo de constituição de memórias de acordo com Henri Bergson (1999). Fonte: elaborado por Mayra Fontebasso em 2018.....	34
Figura 2 – Distribuição temática das notícias levantadas a partir do termo “Museologia Social”	54
Figura 3 – Fluxo dos recursos da União destinados ao IBRAM entre os anos de 2010 e 2016.....	60
Figura 4 – Linha do Tempo do PNSM desde as Plenárias Estaduais realizadas em junho de 2010.	62
Figura 5 – Países que abrigam a Sede Central e os Escritórios Regionais da OEI.	75
Figura 6 – Mapa indicando a localização dos Pontos de Memória no estado do Rio Grande do Sul	84
Figura 7 – Localização do município de Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul.	85
Figura 9 – Caixas pedagógicas “África No Arquivo”, confeccionadas para serem entregues a mais de 600 escolas do estado do Rio Grande do Sul.	90
Figura 10 – Registros do local onde se encontravam as cerca de 400 caixas já distribuídas (à esquerda) e onde estão hoje as 350 caixas por distribuir (à direita)	91
Figura 11 – Registro dos momentos de entrega de algumas caixas pedagógicas a professores da rede pública	91
Figura 12 – Localização do município de Santa Maria no estado do Rio Grande do Sul.	94
Figura 13 – Fachada do Ponto de Memória TV OVO, em Santa Maria/RS	95
Figura 14 – Registro de sessões Cineclubistas da TV OVO em 2017	98

Figura 15 – Localização do município de São Miguel das Missões no estado do Rio Grande do Sul	101
Figura 16 – Pórtico de entrada, vista parcial do jardim e placa de identificação do Ponto de Memória Missioneira	102
Figura 17 – Altar para queima de carvão e sala expositiva no Ponto de Memória Missioneira	102
Figura 18 – Sala de exposições no pavimento inferior no Ponto de Memória Missioneira..	103
Figura 19 – Amostra de fotos com registros sobre a participação comunitária.....	107
Figura 20 – Mariana Boujadi e Ariston Correa em registro após finalização comunitária da imagem da divindade indígena Tupanci	107
Figura 21 – Localização do município de Cidreira no estado do Rio Grande do Sul.	109
Figura 22 – Logo do Projeto Boizinho da Praia.	109
Figura 23 – Localização do município de São Leopoldo no estado do Rio Grande do Sul	114
Figura 24 – Convite para o Museu de Rua.....	115

Lista de Abreviaturas e Siglas

AAAP-RS	Associação dos Amigos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
ABREMC	Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários
ADAI	Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Arquivos Ibero-Americanos
APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
CCLBP	Casa de Cultura do Litoral Boizinho da Praia
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMUSE	Coordenação de Museologia Social e Educação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS
LIC	Lei de Incentivo à Cultura
MinC	Ministério da Cultura
MINOM	Movimento Internacional para uma Nova Museologia
OEA	Organização dos Estados Americanos
OEI	Organização dos Estados Ibero-Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU	Organização das Nações Unidas
PM	Pontos de Memória

PNC	Plano Nacional de Cultura
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNEM	Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios
PNSM	Plano Nacional Setorial de Museus
PPM	Programa Pontos de Memória
PPM	Programa Pontos de Memória
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
SBM	Sistema Brasileiro de Museus
SEGIB	Secretaria Geral Iberoamericana
SIARQ/RS	Sistema de Arquivo do Estado do Rio Grande do Sul
SNES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SNES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Sumário

1	Introdução	15
2	Nova Museologia, Museologia Social, Sociomuseologia e Memória Social: histórico e conceitos.....	20
2.1	Por uma “Nova Museologia”?	21
2.2	Museologia Social e Sociomuseologia	28
2.3	Memória Coletiva e Memória Social	32
2.4	Protagonismo comunitário, participação comunitária e comunidades	37
3	O Programa Pontos de Memória	41
3.1	Histórico do Programa	41
3.2	Parcerias, convênios e inter-relações.....	57
3.2.1	Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).....	57
3.2.1.1	Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM).....	61
3.2.2	A Organização dos Estados Ibero-Americanos para a educação, a Ciência e a Cultura (OEI)	72
4	Os Pontos de Memória no contexto sul-rio-grandense.....	83
4.1	Análise dos Pontos de Memória	85
4.1.1	Ponto de Memória África no Arquivo	85
4.1.2	Ponto de Memória TV OVO.....	94
4.1.3	Ponto de Memória Missioneira	101
4.1.4	Ponto de Memória Casa de Cultura do Litoral Boizinho da Praia.....	109
4.1.5	Ponto de Memória Trajetos de Memória em Osório	112
4.1.6	Ponto de Memória Escola Hohendorff: Vila União e Parque Itapema	113
4.2	Os Pontos de Memória e o Programa Pontos de Memória	116

4.3	Ações previstas no Plano Nacional Setorial de Museus e os Pontos de Memória.....	117
5	Considerações Finais	121
	Apêndices	133
	Anexos	135

1 Introdução

Este estudo aborda uma análise crítica relativa à política pública para a cultura denominada Programa Pontos de Memória (PPM). Busca-se compreender como os espaços que o compõem se articulam com as comunidades onde estão inseridos, e como o discurso oficial apresenta tais articulações, bem como as incongruências entre o discurso proposto e a prática verificada *in loco*.

Concebido em 2008 sob a responsabilidade do Departamento de Museus (DEMU), que integra o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Programa Pontos de Memória do Ministério da Cultura (MinC) foi implantado apenas em 2009, após a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Segundo o site institucional, o Programa tem como objetivo apoiar e incentivar ações de reconhecimento e valorização da memória social por meio de uma metodologia dialógica e participativa, trabalhando a memória de forma viva de acordo com os interesses do grupo comunitário (IBRAM, 2018). Tal discurso, vale observar, aproxima-se muito daqueles relacionados à museologia social, que tem como base a participação e o protagonismo comunitário.

Em sua fase inicial, entre os anos 2009 a 2011, o Programa propôs sua inserção em 12 comunidades constituindo, assim, os chamados Pontos de Memória Pioneiros ou Pontos de Memória Iniciais. Um dos princípios dos eixos de sua metodologia fundamenta-se, pois, na construção comunitária e coletiva (IBRAM, 2018), o que se buscou observar por meio desta pesquisa, aprofundando o tema para compreender como ocorre de fato o envolvimento deste coletivo na instituição museológica, se existe um protagonismo comunitário nos espaços e nas ações realizadas pelos projetos selecionados para participarem do Programa Pontos de Memória e como é pensado esse dito protagonismo.

Observa-se, através dos discursos oficiais, que o Programa Pontos de Memória se constitui como uma política cultural de preservação da memória de grupos sociais considerados socialmente excluídos contando, para isso, com a parceria da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Segundo estudo promovido pela UNESCO (1969, p. 4), política cultural é um conjunto de princípios operacionais, práticas administrativas e orçamentárias e procedimentos que fornecem uma base para a ação cultural do Estado, visando atender a determinadas necessidades culturais utilizando-se de todos os recursos materiais ou imateriais disponíveis.

Para Vinyes (2009), uma política pública é a combinação de três elementos: objetivo, programa e instrumento. No caso de políticas culturais de memória, o objeto se consistiria no patrimônio, o programa redundaria nas atuações destinadas a preservar, estimular e transmitir esse patrimônio e, por último, o instrumento compreenderia o conjunto de ações concretas do Estado para garantir o desenvolvimento do programa.

No que se refere ao Programa Pontos de Memória, o objetivo almejado é a iniciativa de preservar a memória de determinados grupos sociais a partir de patrimônios locais geralmente considerados excluídos de representação nos museus ditos tradicionais. O programa que fomenta esta política nada mais é do que o seu *modus operandi* de atuação pautado na implementação de espaços de memória que privilegiam a exposição de narrativas de comunidades consideradas socialmente excluídas dos discursos oficiais. Para atingir este fim o instrumento, ou órgão mediador entre Programa e Comunidade, seria o Estado brasileiro representado pelo recém-extinto MinC (BRASIL, 2019) e a OEI.

A motivação pessoal para esta pesquisa surgiu de um desencadeamento de estudos anteriores. Anteriormente, como bolsista de iniciação científica vinculada ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob orientação da Prof. Dra. Maria Letícia Mazzucchi Ferreira, realizou-se estudo sobre museus comunitários envolvendo as formas de sustentabilidade destes espaços. Dentre os museus estudados encontrou-se alguns que eram Pontos de Memória, ocasião em que a inquietação sobre o Programa cresceu fomentando a escrita de trabalho de conclusão do curso de Bacharelado em Museologia, cujo objeto de pesquisa era o próprio Programa observado a partir do recorte composto pelos 12 Pontos de Memória Pioneiros para análise de sua relação com os museus comunitários e com o objetivo de compreender e avaliar a eficácia do Programa em incentivar e apoiar a manutenção de tais projetos.

Entende-se que o Programa Pontos de Memória foi uma das principais ferramentas do Ministério da Cultura para o reconhecimento de espaços de memória

sociomuseológicos, motivo pelo qual este intento destaca-se ao se debruçar sobre questões relativas ao protagonismo e ao envolvimento comunitário na criação e manutenção destes espaços, a longevidade dos Pontos de Memória e dos projetos por eles desenvolvidos

A dificuldade em localizar estudos sobre a temática¹, bem como a inexistência de uma efetiva análise desta política pública até aquele momento, foram motivadoras para aprofundar os estudos sobre o Programa, não mais dando ênfase aos espaços denominados museus comunitários e sim ao Programa como um todo, observando-se as similitudes e divergências entre o que é exposto no discurso oficial e o que é aplicado na prática destes espaços. Acredita-se que este estudo possa acrescentar dados para futuras pesquisas que busquem discutir políticas patrimoniais e culturais para museus, assim como a aplicabilidade da museologia social através de editais de incentivo.

Para tornar a proposta exequível, dado a existência de 137 Pontos de Memória pelo país, optou-se por um recorte espaço-temporal abrangendo o estado do Rio Grande do Sul desde o período da implementação do Programa, em 2009, até o ano de 2015, quando foi iniciada esta pesquisa.

Deu-se o levantamento inicial de todos os Pontos de Memória localizados no estado do Rio Grande do Sul: 1) Trajetos da Memória, em Osório; 2) Casa da Cultura do Litoral Boizinho da Praia, em Cidreira; 3) Ponto de Memória TV OVO, em Santa Maria; 4) Projeto Construindo Espaços Museais Populares, em São Leopoldo; 5) Projeto Fontes de Pesquisa & Debates para a Igualdade Étnico-racial no Brasil, em Porto Alegre; 6) Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro, também em Porto Alegre e 7) Ponto de Memória Missioneira, em São Miguel das Missões. Este levantamento possibilitou uma observação mais aprofundada destes espaços, sendo verificado, logo no primeiro momento, que alguns deles possuem relações com Universidades, Escolas Públicas, Bibliotecas e Arquivos havendo, assim, uma forte perspectiva institucional na organização de seus espaços.

Realizou-se trabalho de campo para a observação e realização de entrevistas orais no Ponto de Memória África no Arquivo e Arquivo Público do Estado do Rio

¹ Em 2015, ano do início da reflexão da autora sobre o tema, a bibliografia resumia-se, basicamente, a monografia de conclusão de curso da autora (SILVA, 2015) e dissertação de mestrado de Avelar (2015).

Grande do Sul (APERS), em Porto Alegre, no Ponto de Memória Missioneira, em São Miguel das Missões, e no Ponto de Memória TV OVO, em Santa Maria.

Tais espaços foram selecionados para uma análise mais aprofundada por abrangerem basicamente todas as tipologias de Pontos de Memória que poderiam ser encontradas no estado. Aqueles vinculados a instituições maiores, como o África no Arquivo; aqueles que eram ações temporárias dentro de outros projetos, como o TV OVO e outros que mais se assemelhavam com iniciativas museológicas, tal como o Missioneira. Para as demais iniciativas optou-se pelo envio de questionário com as mesmas perguntas realizadas durante as entrevistas presenciais, e buscou-se ter acesso aos projetos enviados para concorrer aos editais do PPM.

Optou-se por uma metodologia interdisciplinar, contemplando estudos conceituais e bibliográficos, trabalho de campo, história oral e sobretudo a análise de políticas públicas. A partir desta delimitação organizou-se cronograma prevendo a programação de visitas de campo para conhecimento e avaliação *in loco* dos diferentes cenários e realidades de cada Ponto de Memória, bem como da comunidade em que se inserem, partindo dos pressupostos da pesquisa qualitativa por meio do uso de questionários e entrevistas abertas.

Este passo foi fundamental para atingir os objetivos aqui propostos, pois somente com o entrosamento junto aos participantes ativos destes Pontos de Memória – em conversas informais, entrevistas e momentos de descontração – foi possível compreender as relações entre os Pontos de Memória e a comunidade observando-se, empiricamente, se há de fato uma construção coletiva nesses espaços. Para Dauster (1992, p. 2), esse tipo de trabalho de campo tem como objetivo “compreender as redes de significado a partir do ponto de vista do ‘outro’”. Através destes relatos, que serviram como apoio aos documentos escritos (notícias, documentos, projetos, dentre outros), se buscou compreender como os projetos foram desenvolvidos, por quem, se há continuidade e se realmente impactam a comunidade que pretendem representar.

Neste sentido utilizou-se da metodologia da história oral na elaboração e análise das entrevistas realizadas. Para De Faveri (2004, p.25), a memória, como fonte oral, é um caminho para a compreensão de relações passadas, mesmo quando recentes, pois através dela se recuperam passagens e desdobres, fragmentos indizíveis que só a curiosa escuta pode fazer transbordar. Para Amado e Ferreira (2005, p. 16), a memória é um espaço de contato e influência

interdisciplinares sociais, em escalas e níveis locais e regionais, com ênfase nos fenômenos e eventos que permitiram, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos históricos sociais através da experiência dos atores sociais.

No que diz respeito ao intento de análise de políticas públicas, reafirma-se que se trata de análise e não avaliação, pois concorda-se com Serafim e Dias (2012, p. 124) no sentido de que a avaliação e a análise constituem-se de exercícios diferentes. O avaliador preocupa-se, sobretudo, com os resultados de uma determinada política, levando-se em conta a sua eficácia. Enquanto a análise busca observar também os interesses, as decisões e os conflitos que participam de toda a formulação e implementação de determinada política pública.

Para Sampaio e Araújo Jr. (2006, p. 336), na análise de políticas públicas são considerados os discursos oficiais e não oficiais, explícitos e implícitos. Já Baptista e Resende (2011, p. 222) abordam a “análise de políticas públicas” como uma busca para realizar a observação dos “traços constitutivos do programa” para reconstituir suas características “dando sentido e entendimento às ambiguidades, incoerências e incertezas presentes em todos os momentos e estágios da ação pública”.

Assim, compreende-se, conforme explicitado por Laswell (SOUZA *apud* LASWELL, 2006, p. 35), que as questões sobre quem ganha o quê, por quê e que diferença faz socialmente são norteadoras quando da análise de políticas públicas, constituindo pontos a serem observados nesta pesquisa. Pretendeu-se, assim, compreender até que ponto estas relações influenciam na participação da comunidade nestes espaços bem como na apropriação, por parte dela, do patrimônio local.

Este trabalho foi estruturalmente dividido em capítulos, de forma a organizar os temas trabalhados e possibilitar um embasamento teórico aprofundado. O primeiro capítulo buscou trabalhar questões conceituais como Nova Museologia, Museologia Social e Memória social. O Segundo capítulo contempla uma análise da política pública denominada Programa Pontos de Memória, seus antecedentes e suas relações com outras instituições e políticas públicas. O terceiro capítulo concentra-se no estudo de caso dos Pontos de Memória do Rio Grande do Sul, analisando-se os projetos enviados para o IBRAM e relacionando estes com suas execuções práticas.

2 Nova Museologia, Museologia Social, Sociomuseologia e Memória Social: histórico e conceitos

Tendo em vista a natureza do Programa Pontos de Memória, torna-se fundamental valer-se de conceitos que estão na base do Programa. Segundo o site do IBRAM (2018), as ações desenvolvidas pelo PPM estão pautadas no

(...) fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias referentes à diversidade social, étnica e cultural do País, visam garantir que o direito à memória seja exercido de forma democrática por indígenas, quilombolas, povos de terreiro, mestres e grupos das culturas populares, urbanas, rurais, de fronteira e/ou que requerem maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais.

Dessa forma, o Programa Pontos de Memória contribui para o desenvolvimento de uma política pública de direito à memória, com base no Plano Nacional Setorial de Museus (PNM) e Plano Nacional de Cultura (PNC), trabalhando a memória como fator de inclusão e transformação social, por meio da integração das diversas iniciativas museológicas brasileiras.

O PPM possui três eixos de atuação, sendo estes o mapeamento das iniciativas, o intercâmbio e capacitação em rede e o fomento. De acordo com suas diretrizes, estes eixos buscam

(...) estimular experiências de intercâmbio entre atividades que possam integrar as propostas de sustentabilidade geradoras e constitutivas de uma economia criativa; promover ações educativas que proporcionem a valorização das memórias das comunidades, incentivando a realização de inventários participativos para a identificação, pesquisa e promoção do patrimônio material e imaterial local; a capacitação/seminários para discutir e disseminar o conhecimento gerado pelas ações das iniciativas de memória e museologia social, como o inventário participativo e as experiências de gestão comunitária da memória social; o incentivo à constituição de parcerias com museus comunitários e museus tradicionais e o fomento por meio do Edital Prêmio Pontos de Memória, que busca reconhecer iniciativas de práticas e processos museais dedicados à

memória social, que se identifiquem com a perspectiva da museologia social, da diversidade sociocultural e da sustentabilidade.²

O texto acima nos aponta para elementos conceituais que buscamos definir nesta dissertação, e para tanto nos valem de um histórico do surgimento da chamada Museologia Social, suas vertentes, principais temas e, em um segundo momento, abordamos o conceito de memória social.

2.1 Por uma “Nova Museologia”?

Este capítulo pretende abordar os conceitos de sociomuseologia e museologia social. Para tanto, faz-se necessário que se compreenda o histórico que antecedeu o surgimento dessas categorias na segunda metade do século XX, com o advento da Nova Museologia e a transformação do ternário “Homem, Objeto e Museu” – proposto por Zbyněk Zbyslav Stránský (citado por CURY, 2008), no qual há a representação do homem através de um objeto situado no cenário constituído pelo museu – para outro ternário que abrange a mesma questão porém sob outro enfoque, mantendo o sujeito como partícipe central da relação constituída por “Sociedade, Patrimônio e Território”, dando um sentido mais amplo e buscando estreitar relações com o público (CURY, 2008, p. 272).

Em uma primeira leitura corre-se o risco de se considerar que uma nova museologia se contrapunha a uma velha e arcaica museologia. Mas para Primo (1999a, p.24) trata-se, em realidade, de uma resposta a todo um contexto social alinhada a outros “novos” paradigmas científicos (como a nova história, a arqueologia pós-colonial, a nova arquitetura), todas buscando um mesmo alinhamento, uma aproximação com a sociedade e uma forma de antagonizar aquelas ciências ditas tradicionais. Estas discussões surgem no contexto dos novos movimentos sociais, entre as décadas de 1970 e 1980.

Para Nunes (2014), dentre as características dos atores destes Novos Movimentos Sociais dos anos 1960 e 1980 estão a tendência para a constituição de grupos adeptos das formas de democracia participativa, que funcionam através de

² Disponível em: <http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/pontos-de-memoria/programa-pontos-de-memoria/> Acesso em 20 out. 2017. Grifo nosso.

assembleias nas quais há uma tendência para a não nomeação de líderes e para processos de decisão por consenso.

Tolentino (2016, p.15) comenta que mais uma razão para este tipo de abordagem sociológica dos museus ter se iniciado na década de 1970 é a própria preocupação das Ciências Sociais com o tema, pois os autores clássicos da Sociologia, influenciados pelas abordagens que se voltam para as interações individuais deixadas pela Escola de Sociologia de Chicago e pelo sociólogo alemão Georg Simmel, passam a se concentrar mais ao redor do campo dos museus dentro dos estudos culturais, compreendendo-os como lócus de conflitos de poder simbólico. Estes processos, bem observados também por Santos (2014), estão presentes tanto no que diz respeito ao conceito da museologia social, quanto por aquele adotado no Programa Pontos de Memória, como se observará adiante.

Retomando o histórico da nova museologia propriamente dita, deve-se retornar à discussão sobre o papel do museu na Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, onde declara-se que

(...) o museu é uma instituição à serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na acção, situando suas actividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas actuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais. (ICOM, 1972 *apud* ICOM, 2018a)

Nesse documento é proposto o conceito de Museu Integral, no qual a instituição passaria a ser entendida como instrumento de mudança social para o desenvolvimento social. Neste contexto, a função do museólogo também é entendida como dotada de caráter político e social (PRIMO, 2009a, p. 11-12).

Sobre o mesmo assunto, Cassina (2010, p.24) afirma que historicamente a “Nova Museologia Latino-americana” surgiu de um contexto que se iniciou na década de 1960 e culminou em novas noções de Patrimônio. Em 1972, o ICOM organizou a Mesa Redonda de Santiago, no Chile, onde sugeriu que os museus se envolvessem mais com a comunidades, transformando seu papel no sentido de configurar-se como um “solucionador de problemas” junto à mesma. A partir destas ideias surgiu o conceito de Museu Integral, cujos Princípios de Base consideram que tais instituições podem e devem desempenhar papel decisivo nos processos

educacionais comunitários, pois “ a tomada de consciência pelos museus, da situação atual, e das diferentes soluções que se podem vislumbrar para melhorá-la, é uma condição essencial para sua integração na vida da sociedade” (PRIMO, 1999a).

No ano de 1984 concebeu-se, por meio da Declaração de Quebec, se a ideia de que a museologia deveria buscar sempre integrar todos os meios de desenvolvimento de modo a “estender suas atribuições e funções tradicionais de identificação, de conservação e de educação a práticas mais vastas que estes objectivos, para melhor inserir sua acção naquelas ligadas ao meio humano e físico” (ICOM, 1984 *apud* ICOM, 2018b).

Há neste período o reconhecimento de um novo movimento museológico que busca abarcar estas novas tendências – o Movimento da Nova Museologia, que viria a ser formalizado em Lisboa, em 1985, durante o II Encontro Internacional Nova Museologia/Museus Locais, sob a denominação de Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) reconhecido, posteriormente, como instituição afiliada ao ICOM. Os postulados de então primavam pelo aprofundamento das questões da interdisciplinaridade, contrariando uma noção unidisciplinar da museologia tradicional e almejando, assim, uma maior reflexão crítica.

Fala-se da existência de uma museologia de carácter social porque prioriza o desenvolvimento comunitário, em oposição a uma museologia de carácter colecionista e voltada à preservação de artefatos materiais de civilizações passadas, o que cria uma dicotomia entre a Nova Museologia e a Museologia Tradicional (PRIMO, 2009a, p. 12-13). Neste mesmo sentido, Heloisa Barbuy (1995, p. 209) afirma que a Nova Museologia é “uma filosofia guiada pelo sentido de dessacralização dos museus e, sobretudo, de socialização, de envolvimento das populações ou comunidades implicadas em seu raio de ação”.

Ainda nessa mesma década, a Declaração de Oaxtepec, em 1984, passa a discutir, também, a relação entre território, patrimônio e comunidade insistindo na necessidade do diálogo e da participação comunitária, evitando o monólogo do técnico especialista (PRIMO, 2009a, p. 14-15).

Complementando as discussões anteriores, formadoras do Movimento por uma Nova Museologia, a Declaração de Caracas, de 1992, analisa os Museus da América Latina, redefinindo o conceito trabalhado na Mesa Redonda de Santiago. Assim, o conceito de Museu Integral para a agregar o sintagma nominal “na

Comunidade”, enfatizando a necessidade de que deveriam refletir os interesses da mesma:

The “Latin New museology” was the outcome of a specific context that started in the 1960s (de Varine 1996); being a product of the “Second Museum Revolution” (1970s), it provided new perceptions of heritage, such as “common heritage”. In 1972 ICOM organized the Santiago Round Table, which advocated for museums to engage with the communities they serve, assigning them a role of “problem solvers” within the community. These ideas lead to the concept of the Integral Museum. The Quebec Declaration in 1984 declared that a museum’s aim should be community development and not only “the preservation of past civilisations” material artefacts” [...] Oaxtepec Declaration that claimed for the relationship between territory-heritage-community to be indissoluble [...] in 1992, the Caracas Declaration argued for the museum to “take the responsibility as a social manager reflecting the community’s interests” (PRIMO, 1999, p. 66-71).

Para Chagas (1994, p. 68), a partir das reflexões sobre patrimônio cultural evidencia-se incontornável a necessidade de se substituir a ideia de coleção pela ideia de patrimônio. Assim, a importância da Nova Museologia reside não no adjetivo (nova), mas em suas relações intrínsecas e que envolvem:

- 1 - A função social da instituição museu e a sua sobrevivência;
- 2 - Ao processo de musealização e atribuição de sentidos aos bens culturais e naturais;
- 3 - A tendência de contextualização de bens culturais e naturais;
- 4 - A busca de formas alternativas (velhas e novas) de museus, de exposições e de ações preservacionistas e educativo-culturais e
- 5 - A necessidade de se substituir a idéia de coleção pela idéia de patrimônio, e a idéia de edifício ou prédio de museu pela idéia de território ou região e a idéia de visitante pela idéia de comunidade participante.

Na passagem para a década de 1990 o britânico Peter Vergo (1989) comentou sobre formas de museologias possíveis, incluindo um “novo” museu, que conceituou como o que poderia ser chamado de Nova Museologia Britânica (HEIJNEN, 2010):

(...) No nível mais simples, eu iria defini-lo como um estado de insatisfação generalizada com a “antiga” museologia, dentro e fora da profissão do museu; e embora o leitor possa objetar que tal definição não é meramente negativa, mas circular, eu replicaria que o que está errado com a “antiga” museologia é que é demais sobre os métodos do museu e muito pouco sobre os propósitos dos museus; que a museologia no passado só foi vista com frequência, se tem sido vista, como uma disciplina teórica e humanista

Comparando-se os movimentos da Nova Museologia Latina e Britânica denota-se que em comum possuem a contraposição àquela noção de uma museologia baseada no colecionismo e no patrimônio material. Em contrapartida, como ilustra acima a citação, Vergo (1989) discute um museu mais público, privilegiando o acesso, a participação e a inclusão social, enquanto a escola latina envolve-se sobretudo com a ideia de desenvolvimento, concebendo o patrimônio como ferramenta de capacitação e emancipação (HEIJNEN, 2010).

Observa-se, assim, que a Nova Museologia é fruto de um longo processo que se iniciou na década de 1970, no contexto dos novos movimentos sociais e das preocupações e envolvimento sociais, refletidos através das mesas-redondas e discussões museológicas realizadas ao longo de duas décadas e em contínua construção até a contemporaneidade.

Porém, o que é unânime entre os mais diversos autores que trabalham as diferentes vertentes da Nova Museologia Latina, o seu objetivo inicial é uma transformação do papel do museu em um agente de mobilização social, através da participação mais ativa da sociedade gerando uma comunicação dialógica, refletindo seus interesses, levando ao autoconhecimento de seu passado, presente e possibilitando ações transformadoras.

Peter Van Mensch (2003, p. 7-8) define a “Nova Museologia” como uma nova abordagem metodológica emergida nos anos 1970, baseada em uma reversão hierárquica que resultaria na ênfase no papel social do patrimônio. Para o autor, essa nova abordagem se apoiaria em novas práticas e novos conceitos, entre os quais o de “museologia de comunidade” em contraposição à velha museologia praticada nos “museus tradicionais”, que privilegiariam a coleção em detrimento do público (LOUREIRO, 2012, p. 207). Para tornar mais clara as diferenças paradigmáticas entre tais linhas de pensamento museológico, Primo (1999, p. 23) apresenta as principais diferenças entre o museu tradicional e o museu comunitário sistematizadas no Quadro 1:

Quadro 1 – Paradigmas da Nova Museologia.

MUSEOLOGIA TRADICIONAL	NOVA MUSEOLOGIA
• Edifícios • Coleções • Público Determinado • Função Educadora	• Território • Patrimônio • Comunidade Participativa • Museu entendido como ato pedagógico para o ecodesenvolvimento

Fonte: Primo, 1999a, p. 23.

A função do museu passa a ser entendida além do armazenamento e conservação de objetos, ou seja, a instituição passa a possuir a premissa de agente de desenvolvimento comunitário, exercendo um papel decisivo na educação da comunidade e cumprindo sua função social. A museologia propõe, assim, que a comunidade possa ser capacitada para gerir suas instituições culturais e que o museu assuma a responsabilidade como gestor social, refletindo os interesses da comunidade e comprometendo-se com a realidade a fim de transformá-la (PRIMO, 1999a).

Esse novo paradigma traria uma democratização cultural e não se configuraria em um modelo único a ser alcançado, podendo se dar de diferentes formas como, por exemplo, ecomuseus e museus comunitários:

Apesar de uma aproximação filosófica muito grande, há diferenciações entre o eco-museu e o museu comunitário. O primeiro tem um envolvimento extensivo com o território e procura a preservação paisagística e histórica, com ou sem a comunidade originária. Ao contrário, o museu comunitário verifica, em primeiro plano, uma história hodierna da comunidade que ocupa o território, buscando as raízes do passado e os laços e produções culturais para a preservação do patrimônio e atividades que possam perpetuar o fazer artístico, a história cultural e as produções econômicas (OLIVEIRA, 2007).

Por vezes, transformações e reflexões acerca do tema trazem consigo uma espécie de juízo de valor em que há uma concepção díspar entre museus melhores (“novos museus”) e museus piores (“museus tradicionais”). Dessa forma, é interessante ter-se em mente que estes novos conceitos “não constituem, contudo, uma negação dos museus existentes, nem mesmo pretendem uma mudança

teórico-operatória que constitua uma ruptura epistemológica fundamental com a museologia” (CONSTÂNCIA, 1993, p.64), e que não há um mérito ou demérito a *priori* caso o museu possua características e condutas do tipo mais tradicional, comunitária ou perfil de um ecomuseu.

Apesar de haver uma intensa discussão na atualidade sobre o termo a ser adotado quando se trata desse novo paradigma da museologia – se Nova Museologia, Museologia Crítica, Sociomuseologia, entre outros –, considerando, como Alice Duarte, que “a expressão Nova Museologia remete para um conjunto muito alargado de questões e problemáticas que permanecem centrais para a ambicionada renovação museológica contemporânea” (2013, p. 115,), Chagas e Gouveia (2014, p. 15) comentam que a denominada Nova Museologia, desde a sua origem, abrigava diferentes denominações, de modo que a

(...) perda de potência da expressão nova museologia contribuiu para o fortalecimento e a ascensão, especialmente após os anos de 1990, da denominada museologia social ou sociomuseologia. As múltiplas designações indicam, de algum modo, a potência criativa, a capacidade de invenção e reinvenção dessas experiências e iniciativas, e evidenciam a disposição para driblar e resistir às tentativas de normatização, standardização e controle perpetradas por determinados setores culturais e acadêmicos.

Ainda neste sentido, para Santos (2008) várias propostas de reformulação e desdobramento do conceito de Nova Museologia vêm surgindo, como a adoção dos termos Ecomuseologia, Museologia Comunitária, Museologia Informal, Museologia Social e Sociomuseologia. Do ponto de vista do processo museológico, contudo, foram várias as implicações do Movimento da Nova Museologia para as ações de pesquisa, preservação e comunicação através da ênfase no diálogo, na inclusão, participação e comunicação. O desenvolvimento comunitário, participado e ativo é o fio condutor destas diferentes ações, que são possíveis de observar em todos estes processos museais que buscam

(...) a partir das reflexões sobre o patrimônio cultural, a compreensão da nossa identidade cultural em seu rico processo de construção e reconstrução, compreendendo-a como o suporte essencial para o nosso desenvolvimento social e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida. Compreendemos que a qualidade implica participação, conquista, busca da autogestão, da democracia e da liberdade. A musealização é processada na prática social (SANTOS, 2008, p. 102).

Este trabalho traça, pois, um estudo relacionando com o Programa Pontos de Memória que, por sua vez, adota o termo Museologia Social para designar o enquadramento de experiências museológicas teoricamente não tradicionais. Após este breve histórico sobre o surgimento da Nova Museologia, que posteriormente originou a Museologia Social, faz-se necessário concentrar uma parte do estudo para compreender, da melhor forma possível, quais são as premissas para a existência dessa museologia, bem como o momento de seu surgimento oficial.

2.2 Museologia Social e Sociomuseologia

Segundo Chagas e Gouveia (2014), as expressões Museologia Social e Sociomuseologia foram registradas oficialmente em Portugal, em 1993, no contexto do surgimento do Centro de Estudos de Sociomuseologia:

Efeito e causa da verdadeira revolução teórica e prática que, nos últimos tempos, vem tendo lugar na área das Ciências do Patrimônio e da Museologia, o Curso de Especialização em Museologia Social, há vários anos estruturado e orientado pelo Professor Doutor Mário Caneva Moutinho, quer pela sua qualidade substantiva quer até pela quantidade das pessoas já formadas, deu um contributo decisivo para a consolidação, entre nós, das novas vidências e vivências museológicas, que se procuraram sintetizar na designação terminológica e epistemologicamente inovadora de “Museologia Social” ou “Sociomuseologia” (p. 14).

Estes autores consideram a museologia social e a sociomuseologia como sinônimos cujas diferenças não foram investigadas em profundidade. Já Tolentino (2016) tenta criar uma diferenciação entre ambas, afirmando que a sociomuseologia seria a área de estudo disciplinar, enquanto a museologia social seria a prática aplicada à realidade:

(...) a Sociomuseologia, [é uma] área disciplinar, que busca resolver as questões que envolvem o campo da museologia social, como também reflete sobre a atuação dos museus de uma forma geral, [...] tanto as “museologias indisciplinadas”, como as “museologias colonizadoras e colonizadas” [...] [por seu turno, a museologia social] é uma prática museológica que tem como pressupostos uma museologia que desloca seu foco do objeto para o homem, considerando-o como sujeito produtor de suas referências culturais, e engajada nos problemas sociais, de uma forma integral, das comunidades a que serve o museu (TOLENTINO, 2016, p. 31).

Após um amplo estudo bibliográfico foi possível compreender que existe uma tendência nos autores brasileiros em se utilizarem do termo museologia social, enquanto os autores portugueses se utilizam do termo sociomuseologia.

Chagas e Gouveia (2014) também comentam que, no Brasil, a expressão museologia social se consolidou, embora a expressão “museologia social não exista, pois toda museologia é social”, o que configura uma tentativa de banalizar o sentido do adjetivo “social” de retirar dos museus e da museologia sua dimensão histórica e, portanto, política, pois o que dá sentido à museologia social não é o fato de sua existência em sociedade, mas os compromissos sociais aos quais se vincula. Para estes autores, apesar de toda museologia e todo museu existir em sociedade, o museu social e a museologia social referem-se às suas dimensões científicas, políticas e poéticas que contradizem a diferença entre uma museologia de ancoragem conservadora, burguesa, neoliberal e capitalista, e uma museologia de perspectiva libertária (CHAGAS; GOUVEIA, 2014, p. 15).

Para Moutinho (2014), um dos primeiros a se utilizar do termo nos anos 1990, a Sociomuseologia constitui-se como área disciplinar de ensino, investigação e atuação que privilegia a articulação da museologia com áreas do conhecimento das Ciências Humanas, dos Estudos do Desenvolvimento, da Ciência de Serviços e do Planejamento do Território, sendo esta interdisciplinaridade de áreas do conhecimento perfeitamente consolidada e posta em relação com a Museologia propriamente dita, o que caracteriza a Sociomuseologia. Afirma, também, que esta abordagem “visa consolidar o reconhecimento da museologia como recurso para o desenvolvimento sustentável da humanidade, assentada na igualdade de oportunidades e na inclusão social e econômica” (p. 423). É com este mesmo comprometimento que Chagas et al. (2018, p. 87-88) reafirmam os paradigmas da museologia social:

(...) comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais, incluindo aí, o movimento LGBT, o MST e outros. Seria possível dizer que toda museologia é social, se toda museologia, sem distinção, estivesse comprometida do ponto de vista teórico e prático com as questões aqui apresentadas.

Tolentino (2016) se utiliza das premissas da nova museologia, afirmando que na museologia social as funções básicas de um museu, como preservar, pesquisar e comunicar, devem ser executadas de forma participativa, uma vez que a preocupação com os sujeitos sociais é “a preocupação primeira, bem como os problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais enfrentados pelas comunidades, com vistas à luta e à busca por seu desenvolvimento sociocultural.” (p.15).

Victor e Melo (2008) afirmam que, na perspectiva da Museologia Social, o museu encontra sentido na participação dos cidadãos, que “é transversal a todo o processo museológico gerado na dinâmica da comunidade como resposta aos seus anseios e necessidades”; de modo que é através da participação comunitária em processos museológicos que este tipo de museu constrói as suas missões e se constitui dentro de uma lógica inclusiva:

(...) rompendo a armadura institucional e interagindo numa rede social composta por pessoas, unidades sociais, grupos socioprofissionais [...], portadores de conhecimento, memórias, problemas, de modos de pensar e fazer diferenciados, que intervêm na identificação, classificação e reinvenção dos patrimônios, em processos que contribuem para a qualificação da cultura (VICTOR; MELO, 2008, p. 165).

Apesar de algumas palavras-chaves como participação comunitária, inclusão, desenvolvimento social e protagonismo fazerem parte do vocabulário geral ao se tentar explicitar o que seria exatamente a Museologia Social, ainda não existe um consenso exato sobre o tema, o que pode ser justificado pelas suas constantes reformulações e mutações por meio das quais estes espaços “se nomeiam e renomeiam, se inventam e reinventam, permanentemente” (CHAGAS et al., 2018, p. 84).

Observou-se que a dita museologia social pode apresentar uma relação conturbada entre integrar e ser fomentada pelo poder público, ou desenvolver-se de forma autônoma buscando uma sustentabilidade institucional.

Na XV Conferência Internacional do MINOM³, em 2013, o tema “Museu (Memória + Criatividade) = Mudança Social” viabilizou a discussão sobre compreender como os museus sociais e os denominados Pontos de Memória

³ Para informações ver a programação disponível em: <<http://www.museus.gov.br/tag/2013/>> Acesso em 7 jan. 2019.

podem ter a garantia de serem executados ou, em outras palavras, aos questionamentos então levantados convinha refletir sobre:

(...) como garantir, por meio de uma política pública de cultura, o compromisso de investimentos sistemáticos e continuados em iniciativas de memória e em processos museais de base comunitária e de alcance popular? Como garantir que os investimentos públicos nessas iniciativas e processos inovadores não sejam utilizados para cooptá-los e amordaçá-los? O que fazer para enfrentar a ampliação da visibilidade, sem reduzir a autonomia e o protagonismo das iniciativas de memória e dos processos museais populares e comunitários? (CHAGAS; ASSUNÇÃO; GLASS, 2014, p. 431).

Como resultado do debate elaborou-se um documento fruto do trabalho coletivo em torno das contribuições coletadas a partir das intervenções dos participantes da XV Conferência Internacional do MINOM. Denominado “Declaração MINOM Rio 2013”, foi aprovado por aclamação na Assembleia Geral do evento no dia 10 de agosto de 2013 e emergiu dos esforços de representantes do Ecomuseu Nega Vilma, do Museu da Maré, do Museu de Etnografia de Neuchâtel, do Museu de Favela, do Museu Sankofa da Rocinha, do Museu Vivo de São Bento, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, da Universidade Federal de Rondônia e da Universidade de Brasília (ICOM, 2013).

Duas das afirmações expostas na Declaração do MINOM 2013 (p. 1), são de especial interesse deste trabalho:

- (...) D) Dar relevo à atuação dos museus sociais, dos museus comunitários, dos ecomuseus, dos museus de favela, dos museus de território, dos museus de percurso e dos espaços museais. Todas essas organizações tiram e põem, fazem e desfazem suas memórias, sentimentos, ideias, sonhos, ansiedades, tensões, medos e vivem sua própria realidade, sem pedir permissão às autoridades estabelecidas;
- E) Reconhecer que todos esses museus e processos museais assumem seus próprios “jeitos” de musealizar e se apropriam e fazem uso dos conhecimentos do modo que lhes convém (...)

Ou seja, apesar de haver a perspectiva de que existam políticas que possam assegurar a existência destes espaços e destinar uma verba para o seu fomento e viabilização de suas ações, ao mesmo tempo persiste uma visão de que estes espaços possuem uma completa autonomia do Estado eximindo tanto o poder

público da necessidade de qualquer tipo de supervisão quanto as instituições da responsabilidade de fazer prestação de contas a ele. Estas questões, de extrema relevância, serão aprofundadas mais adiante no terceiro capítulo desta dissertação. Por ora, continuemos com a apresentação dos conceitos pertinentes ao desenvolvimento do Programa em estudo.

2.3 Memória Coletiva e Memória Social

Até o primeiro terço do século XX, as discussões sobre memória estavam associadas principalmente aos campos da filosofia e da psicologia, que buscavam apontar a memória como processos individuais. Maurice Halbwachs (1877-1945) foi o primeiro autor a trazer para estudo a concepção de memória enquanto fenômeno coletivo. Para o sociólogo, a memória individual não pode ser isolada pois traz referenciais externos ao sujeito, ou seja, o suporte em que se encontra a memória individual é sempre relacionado às percepções influenciadas pela memória coletiva. Dessa forma, tanto para seu armazenamento quanto para sua localização, as memórias necessitam de um respaldo social, uma vez que a lembrança necessita de uma comunidade afetiva para ser significativa ao indivíduo. Portanto, é nessa comunidade afetiva, onde promovem-se laços entre membros de um grupo através do convívio social, que se baseiam as impressões individuais nas lembranças de outros que compõem o mesmo grupo para reforçá-las, enfraquecê-las ou completá-las (HALBWACHS, 1990).

Halbwachs foi influenciado em seus estudos sobre a memória por diversos autores, dentre eles, o filósofo francês Henri Bergson (1859-1941), que acreditava que o universo das lembranças não se constitui do mesmo modo que o universo das percepções e das ideias. Isso porque as lembranças seriam representações de objetos ausentes, de modo que, a partir do momento de sua atualização pela consciência, a lembrança deixaria de ser lembrança e se tornaria “percepção”, pois não estaria mais ausente ao indivíduo (BERGSON, 1999). Dessa forma, a lembrança não poderia ser um estado cerebral e sim um ponto de interseção entre o espírito e a matéria.

Para Ecléa Bosi (1987), uma importante questão em Bergson consiste em provar a espontaneidade e a liberdade da memória em oposição aos esquemas

mecanicistas do cérebro. Bergson busca demonstrar que o passado se conserva inteiro e independente no espírito, e que seu modo próprio de existência é inconsciente; assim, propõe oposições entre o perceber e o lembrar, trazendo discussões sobre o foco da sua obra na dicotomia matéria/memória. O estudo de Bergson discute, portanto, a subjetividade pura (o espírito) e a pura exterioridade (a matéria), a primeira filiada à memória e a segunda vinculada à percepção (BOSI, 1987, p.22-31).

No que concerne à memória, Bergson define dois principais planos de operação: o plano da ação, onde o corpo expressa seu passado em hábitos motores, e o plano da memória pura, quando o espírito conserva todos os detalhes passados e acumulados da vida. Logo, a memória seria um fenômeno que “prolonga o passado no presente” (BERGSON, 1999, p. 247).

Ecléa Bosi (1987) explicita que, na tábua de valores de Bergson, a memória pura seria aquela que operaria no sonho e na poesia, ao passo que a memória transformada em hábito, assim como a percepção "pura", só voltaria para ação iminente, que funcionaria como limites redutores da vida psicológica. Através da representação gráfica de um cone invertido, que toca um plano reto que representa o presente (e a percepção imediata), Bergson tenta tornar mais evidente o caráter cumulativo da memória ilustrando que, na parte mais larga do cone, estariam as lembranças que se deslocariam para a parte mais fina e inferior, o que configura a passagem do inconsciente para o presente. Em suas palavras:

Se eu represento por um cone SAB a totalidade das lembranças acumuladas em minha memória, a base AB, assentada no passado, permanece imóvel, ao passo que o vértice S, que figura em todos os momentos o meu presente, avança sem cessar, e sem cessar também toca o plano móvel P de minha representação atual do universo. Em S concentra-se a imagem do corpo; e, fazendo parte do plano P, essa imagem limita-se a receber e a devolver as ações emanadas de todas as imagens de que se compõe o plano." (BERGSON, 1999, p. 179)

Dessa forma tem-se que para que uma lembrança chegue à consciência, é necessário que ela desça das alturas da memória pura até o ponto preciso onde se realiza a ação. Ou seja, é a partir de um estímulo do presente, sensorial e motor, que a lembrança vem à tona sem, contudo, se deixar resumir a qualquer das extremidades do cone, pois “consiste na dupla corrente que vai de uma [extremidade] à outra – sempre pronta, seja a cristalizar-se em palavras

pronunciadas, seja a evaporar-se em lembranças” (BERGSON, 1999, p. 190). Tais movimentos estão ilustrados na Figura 1 que torna visível, além da base AB, as seções infinitas A'B', A''B'' etc. que, segundo o filósofo, correspondem “a milhares e milhares de repetições de nossa vida psicológica” (BERGSON, 1999, p. 191).

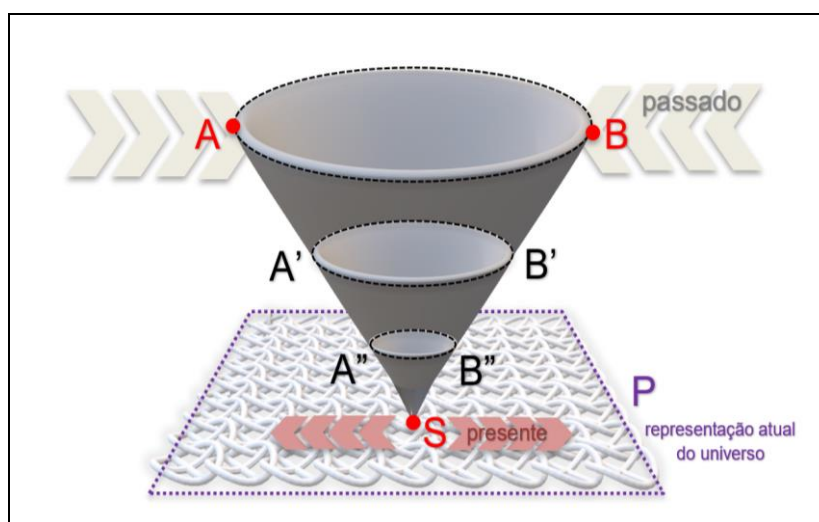


Figura 1 – Representação gráfica do processo de constituição de memórias de acordo com Henri Bergson (1999). Fonte: elaborado por Mayra Fontebasso em 2018.

Para Bosi (1987) não há no estudo de Bergson abordagens sobre os sujeitos que lembram, nem das relações dos sujeitos com as coisas lembradas e tampouco um tratamento da memória como fenômeno social. E é nesse sentido que se pode observar uma das principais contestações de Halbwachs às ideias de Bergson: a compreensão da memória não pode ser vista a partir de uma ótica puramente individual, pode deve ser considerada um fenômeno social uma vez que “só temos capacidade de nos lembrar quando nos colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos e de nos situar novamente em uma ou mais corrente do pensamento coletivo” (Halbwachs, 1990, p. 36). Afirma-se, assim, que a memória pura não existe, porque a memória está sempre associada à consciência e é a partir da reflexão que se evocam as lembranças de um indivíduo que não é uma *tabula rasa* e nunca se lembra sozinho, pois sempre está apoiado em referenciais sociais.

Outro ponto importante para Halbwachs (1990; 2004) diz respeito à memória concebida não como uma pura reprodução de imagens do passado, mas sim como reconstrução delas a partir de referências do presente. Seria este o tema “quadros

sociais da memória” (ou molduras), que surge como resposta aos conceitos de memória pura de Bergson, ao se observar que a memória está relacionada aos grupos sociais e que só pode ser analisada a partir do seu enraizamento dentro de quadros sociais onde os indivíduos não se recordam sozinhos, influenciados que são por simbologias culturais de um grupo.

Bosi (1987) explicita isto de forma muito clara em sua análise sobre Halbwachs, afirmando que ele não vai estudar a memória como tal, mas sim os “quadros sociais da memória”, ou seja, as relações não ficarão adstritas ao mundo da pessoa e suas relações entre o corpo e o espírito, passando a incorporar-se na realidade interpessoal das instituições sociais.

Outra questão importante apontada por Halbwachs como contraponto ao proposto por Bergson trata da conservação do passado como um todo no espírito do indivíduo. O presente do sujeito desencadearia a lembrança e, inclusive, o alteraria de acordo com o atual contexto em que se lembra, pois muitas vezes revisita-se o passado com imagens e ideias do presente. Por mais semelhante e viva que seja uma imagem do passado, ela nunca poderia ser a mesma porque aquele que lembra já não é o mesmo que vivenciou pela primeira vez o que busca recuperar. Não obstante, ambos os autores concordam que é um estímulo do presente que faz com que o indivíduo se lembre.

Outra diferença substancial entre os pensadores diz respeito à forma como o sonho é visto por ambos. Para Bergson o sonho é o mais próximo acesso à memória pura, já que “ele [o passado] irá recuperar a força de transpor o limiar da consciência sempre que nos desinteressarmos da ação eficaz para nos recolocarmos, de algum modo, na vida do sonho” (BERGSON, 1999, p. 180). Para Halbwachs, ao contrário, é impossível que um sonho possua cenas inteiras do passado porque ele é o ponto mais distante entre a consciência e a sociedade, e dessa forma perde-se o suporte que as referências sociais possibilitam às memórias. Dessa forma, os sonhos são, no máximo, compostos por fragmentos de memórias e constituem imagens desagregadas do tempo cronológico porque só se representam como lembranças evocáveis aquelas imagens do sonho “sobre as quais, quando acordados, nossa atenção e nossa reflexão se fixaram, e que nós assim enfeixamos antes que se esvaíssem com as imagens e os pensamentos da vigília” (HALBWACHS, 1990, p. 139).

Joël Candau, em *Memória e Identidade* (2011), trabalha com três tipos de memória: a memória de baixo nível ou protomemória, semelhante à memória hábito de Bergson e em que se constituem as experiências e saberes mais bem compartilhadas pelos membros de uma sociedade; a memória propriamente dita ou de alto nível, que é em sua essência uma memória de recordação e reconhecimento que pode ser tanto evocada de forma consciente e voluntária como de forma involuntária, e a terceira memória denominada metamemória e que é uma representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela e o que diz dela, dimensões que remetem ao “modo de afiliação de um indivíduo a seu passado” e à a construção explícita e deliberada da identidade (CANDAU, 2011, p. 21-24), tal como é referido nas diretrizes do Programa Pontos de Memória ao se enfatizar a promoção da construção identitária coletiva e autônoma.

Candau (2011, p. 24) afirma também que, ao se pensar nestas memórias no âmbito social, apenas uma eventual posse de uma memória evocativa ou da metamemória pode ser pretendida, eventualidade que aparece subjacente na expressão “memória coletiva”. Assim, a única memória realmente comprovada é a memória individual, e a expressão “memória coletiva” figura como uma representação, uma forma de metamemória ou evocação que membros de um grupo produzirão a respeito de uma memória que é supostamente comum a todos e que, em suas representações e enunciados, geralmente acompanha a valorização (ou criação) de uma identidade.

Estas definições de memória social como o “conjunto de lembranças reconhecidas por um determinado grupo” ou da memória coletiva como “conjunto de lembranças comuns a um grupo” configura a homogeneização das memórias dos indivíduos pertencentes a estes grupos. A noção da memória coletiva como uma memória comum a um grupo, e que apenas pode ser compreendida a partir de um exercício metafórico pautado em retóricas holistas, é defendida por Candau (2011), que define a retórica como uma técnica, um discurso de persuasão em meio ao holismo que nada mais é do que uma generalização, uma tendência a sintetizar unidades em totalidades.

Para se compreender melhor esta relação entre a memória coletiva e o *holus* pode-se observar um dos conceitos apresentados por Paul Ricoeur (1913-2005), o conceito de outro-ser (*otherness*, o outro ou “eu-exterior”), que seria a qualidade do

que é outro. Este conceito é necessário para se compreender e se reconhecer os limites entre “eu” e “outro” porque a homogeneização apenas é possível dado que existem diferenças entre um indivíduo e outro, já que não se homogeneiza o que é igual. A retórica holista faz o papel da generalização, fazendo com que estes limites aparentemente se percam. Porém, por se tratar de uma retórica, isto é possível apenas a nível do discurso, pois no universo empírico ainda há o eu e há também o outro-ser. Para Candau (2011), tanto a memória coletiva como a identidade da qual ela é o combustível não existem se não diferencialmente, em uma relação sempre mutável mantida com o outro.

Finalmente, os pensadores citados divergem com relação à passagem e duração do tempo e em como ela se relaciona com a memória. Enquanto que para Bergson a articulação do tempo, ou seja, a relação entre passado, presente e futuro, se faz pela união do espírito e do corpo – de modo a quanto mais o espírito está próximo do passado, mais tomamos consciência dessa relação, quer dizer, quanto mais o indivíduo está automatizado neste movimentos de ir e vir entre tempos mais ele se encontra no presente, que é, por sua vez, o tempo do corpo –; para Halbwachs, o tempo de recordação do indivíduo associa-se aos fatos que viveu em grupo e às lembranças a ele associados duram apenas o tempo em que esse grupo existir fisicamente ou na memória de seus próprios integrantes.

2.4 Protagonismo comunitário, participação comunitária e comunidades

Durante a pesquisa, em diversos momentos surgiram expressões relacionadas a participação e ao protagonismo comunitário. Na tentativa de não se naturalizar esses conceitos é que se observa a necessidade de análise sobre quais seriam suas diferenciações.

Etimologicamente o termo *protagonismo* remete à palavra de origem grega *protagonistès*, referindo-se ao ator principal de uma peça ou ato teatral, ou àquele que ocupava o lugar principal em um acontecimento (Ferreira, 2004). A palavra *participação*, por sua vez, origina-se do latim *participatio*, que literalmente significa ter parte na ação (Ferreira, 2004). Contudo, Benincá (1998, p.14) expande essa compreensão ao afirmar que "executar uma ação não significa ter parte, ou seja, responsabilidade sobre a ação. E só será sujeito da ação quem puder decidir sobre

ela". Em revisões bibliográficas sobre o tema⁴ encontraram-se diferentes interpretações dos termos protagonismo e participação. Estes conceitos estão muitas vezes associados a outros como responsabilidade social, identidade, autonomia e cidadania (PIRES; BRANCO, 2007).

No contexto do Programa Pontos de Memória, estes conceitos costumam estar acompanhados do substantivo *comunidade*. Com o objetivo de possibilitar ao leitor um maior entendimento deste conceito sem, contudo, a pretensão de esgotar o assunto, faz-se necessária uma breve revisão bibliográfica sobre algumas visões do que seria uma comunidade.

O dicionário Aurélio, citado por Ferreira (2004), define comunidade como um “conceito da sociologia que significa o agrupamento social que se caracteriza por acentuada coesão baseada no consenso espontâneo dos indivíduos que o constituem”. Pode-se aferir, então, que uma comunidade é um agrupamento que possui características comuns e que se reconhecem espontaneamente pertencentes ao grupo. Porém, para compreender qual seria o papel social de uma comunidade, recorreu-se à Sociologia e ao seu conceito de *comunidade cívica* caracterizada por cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias em meio a uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração (PUTNAM, 1993 *apud* GOHN, 2004, p. 23).

Gohn (2004, p.24) faz um comentário pertinente relacionando a comunidade ao território que ocupa. O território seria o espaço onde se encontram as instituições importantes no cotidiano da população, que cria laços e consolida o poder local inexistente *a priori*, mas que é adensado através do respeito às culturas e diversidades locais, de hábitos democráticos derivados de relações horizontais, espírito de reciprocidade e cooperação.

Destaca-se, ainda, o caráter de continuidade do qual é investida a comunidade. Para Bartle (2011, p. 31), uma comunidade, de modo geral, “já existia antes dos seus atuais membros terem sequer nascido, e provavelmente continuará a existir mesmo depois dos seus atuais membros terem desaparecido”, ou seja, muitas vezes o que caracteriza a existência e continuidade de uma comunidade está

⁴ Para maiores informações sugere-se a leitura de “Protagonismo infantil: co-construindo significados em meio às práticas sociais”, artigo de Sergio Fernandes Senna Pires e Angela Uchoa Branco publicado disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n38/v17n38a02.pdf>> Acesso em jan 2019.)

relacionado, por exemplo, às suas tradições e costumes transmitidos através das gerações.

Nesse sentido, Mocelin (2011) expressa a existência de três espécies de comunidades: a “comunidade de sangue”, que se encontra regularmente ligada às relações e participações comunitárias, quer dizer, onde o que a une é a relação interpessoal e comunitária dos próprios membros; a “comunidade de lugar”, na qual as relações vinculam-se ao solo e ao local em que se encontram, e a “comunidade de espírito”, na qual os vínculos relacionais existem principalmente devido ao compartilhamento dos lugares sagrados e das divindades honradas. As três espécies de comunidade estão estritamente ligadas no espaço e no tempo e, em consequência, se vinculam em cada um de seus fenômenos particulares e desenvolvimento, tal como na cultura humana geral e em sua história.

O autor complementa destacando, ainda, o caráter emocional da existência de uma comunidade na qual as relações têm sua continuidade no tempo. Assim, o espaço também é importante na caracterização da comunidade, pois esta é localizada e envolve vínculos de proximidade espacial, tanto quanto de proximidade emocional (MOCELLIN, 2011, p.106). Dessa forma, tem-se, em uma conciliação dos conceitos analisados, que a comunidade é um grupo que assim se autorreconhece através de características e vínculos de proximidades em comum, na qual há uma relação de continuidade de culturas e tradições situadas em um espaço que também é importante, pois nele se estabelece o poder comunitário e se realizam diversas atividades de importância regional desde que respeitadas as suas especificidades comunitárias.

Assim, apesar das palavras participação e protagonismo não serem sinônimos, observa-se que em ambos os casos – tanto de uma participação comunitária quanto de um protagonismo comunitário – espera-se que o envolvimento dos sujeitos não seja apenas na execução de uma ação, mas inclua o poder de decisão *per si* e, principalmente, o exercício do poder compartilhado.

Nos casos observados neste estudo, embora as atividades envolvessem a execução de ações por meio de debates, rodas de conversa e/ou interações com as ações educativas, em nenhum deles houve o poder de decisão compartilhada com o público ao qual a atividade foi destinada. As ações eram planejadas previamente por um pequeno grupo e aplicadas nas comunidades ao público ou visitantes destes espaços ou ações.

Observou-se, nesta análise bastante sucinta da teoria subjacente ao tema abordado, as principais ideias de alguns dos autores que buscam trabalhar questões referentes à memória coletiva e social para que seja possível compreender de forma mais aprofundada o que exatamente o texto do IBRAM busca abordar ao referir-se a uma “valorização da memória social” através de ações desenvolvidas pelos denominados Pontos de Memória.

3 O Programa Pontos de Memória

Este capítulo buscará trazer uma análise sobre o histórico do Programa Pontos de Memória, os discursos oficiais apresentados pelos órgãos responsáveis pela sua criação e o estudar das parcerias que o compõe.

Para esta análise far-se-á uso da metodologia de análise de políticas públicas entendida como “um conjunto de observações, de caráter descritivo, explicativo e normativo, acerca das políticas públicas, que corresponde, respectivamente, às perguntas a respeito de “o que/como é?”, “por que é assim?” e “como deveria ser?” (SERAFIGIM; DIAS, 2012, p. 122).

3.1 Histórico do Programa

Implantado em 2009, o Programa Pontos de Memória, doravante PPM, do Ministério da Cultura e Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, 2018; OEI, 2016) – em parceria com Projeto de Cooperação Técnica Internacional da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – tem como objetivo, tal como consta em sua plataforma política, apoiar e incentivar ações de reconhecimento e valorização da memória social através de uma metodologia dialógica e participativa, trabalhando a memória de forma viva e de acordo com os interesses do grupo comunitário, o que pressupõe sua proximidade teórica e metodológica com a museologia social.

O PPM foi implementado, em sua fase inicial (2009-2011), em doze comunidades (Quadro 2) escolhidas não por acaso, mas por fazerem parte de um outro programa social do Governo Federal em parceria com o Ministério da Justiça, a saber, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), parceria esta que perdurou apenas na primeira etapa do PPM.

Quadro 2 – Comunidades atendidas na primeira etapa da implantação do Programa Pontos de Memória em todo o território nacional. Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

COMUNIDADE	MUNICÍPIO	UF	COMUNIDADE	MUNICÍPIO	UF
Terra Firme	Belém	PA	Lomba do Pinheiro	Porto Alegre	RS
Taquaril	Belo Horizonte	MG	Coque	Recife	PE
Estrutural	Brasília	DF	Pavão-Pavãozinho-Cantagalo	Rio de Janeiro	RJ
Sítio Cercado	Curitiba	PR	Brasilândia	São Paulo	SP
Grande Bom Jardim	Fortaleza	CE	Beiru	Salvador	BA
Jacintinho	Maceió	AL	São Pedro	Vitória	ES

Em um primeiro momento, o Programa esteve vinculado ao Departamento de Museus (DEMU) sob a estrutura administrativa do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Foi no ano de 2009, já sob a égide do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), no entanto, que o Programa foi implementado.

Ao analisar a relação entre cada um desses Programas e órgãos há a percepção de que o Governo almejava, ao compor a parceria com estruturas como o Ministério da Justiça, estimular a valorização da cultura como ferramenta de desenvolvimento sociocultural da população, demonstrando que, provavelmente, um dos objetivos do projeto seria intervir nos índices de anomias sociais geradas pela violência, ofertando como resposta a valorização da memória de grupos e comunidades. Toda essa relação fica ainda mais clara ao observar o projeto do Programa Pontos de Memória:

As ações programadas neste Projeto orientam-se para atualizar e aperfeiçoar instrumentos gerenciais e técnico-operacionais destinados à ampliação e consolidação de estruturas de apoio cognitivo e metodológico às comunidades que atuam com memória social no Brasil. Para isso estão relacionadas atividades que buscam definir as bases conceituais e metodológicas sobre memória social e sobre relações comunitárias na implantação e manutenção de Pontos de Memória. Além disso, estão previstas atividades de capacitação de agentes de memória e membros de comunidades; produção de materiais informativo e de consulta, como também a formulação e aplicação de processos e instrumentos de planejamento, avaliação e apoio à instalação e manutenção de Pontos de Memória (OEI, 2008-2009, P. 97)

De acordo com as diretrizes, o Programa possui três objetivos específicos: definir bases conceituais e metodológicas relativas ao campo museológico, principalmente no que diz respeito à memória social; capacitar agentes de memória e membros da comunidade em desenvolvimento e promover a gestão de projetos para realizar os processos e instrumentos de planejamento e manutenção de Pontos de Memória difundindo experiências em memória social no Brasil (SILVA, 2015; OEI, 2016).

Observou-se que para realização da primeira edição do projeto, com duração de 38 meses (novembro de 2008 a dezembro de 2011), foram destinados um total de R\$ 3.575.200,00 do orçamento do IPHAN por intermédio do DEMU (IBRAM, 2018; OEI, 2016), contemplando-se os doze Pontos de Memória iniciais.

Posteriormente realizou-se duas revisões do projeto, que o ampliaram e prorrogaram para 50 meses (primeira revisão: de 13 de janeiro de 2009 a março de 2013 sem alteração da verba orçamentária) e 84 meses na segunda revisão (de 13 de janeiro de 2009 a 12 de janeiro de 2015, com alteração orçamentária para R\$ 3.943.588,50, ou seja, com um incremento de R\$ 368.388,50). Depois houve, ainda, um aporte de R\$ 6.000.000,00 e rendimentos de R\$168.836,31. Assim, o projeto como um todo, após as duas revisões, contou com um orçamento total de R\$ 10.112.424,81 (IBRAM, 2018; OEI, 2016).

Segundo o mesmo documento do projeto do Programa, o IPHAN/DEMU preparava-se para diversificar sua atuação, voltando-se para os empreendimentos destinados a estimular e apoiar iniciativas de comunidades que trabalhassem com memória social “como forma de atender a essa ‘nova’ realidade que se apresentava (IBRAM, 2018; OEI, 2016). Para isto, o instituto disponibilizaria apoio técnico a partir de oficinas e orientações, para que houvesse a possibilidade de se construir um museu comunitário e de valorizar a sua identidade cultural e territorial a partir de conhecimentos e técnicas museais.

Dentre os objetivos desse projeto destacam-se os seguintes:

(...) ampliar a diversidade e a capilaridade museal; garantir a forte inserção dos museus nas comunidades locais; aumentar o expressivo leque de serviços disponibilizados ao público; manter e aprimorar a presença, em alguns museus, de equipes altamente qualificadas, equipamentos modernos e práticas museais exemplares; modernizar os processos e instrumentos de gestão de coleções, bem como atualizar a capacitação do corpo técnico dos museus; criar uma ampla rede de apoio e colaboração nacional e internacional (IBRAM, 2018; OEI, 2016).

O projeto do PPM afirma, assim, a existência de ‘situações-problema’ que trazem dificuldades para a ampliação do trabalho desenvolvido pela instituição em relação ao apoio a comunidades que trabalham com memória social. As situações, que representam forças de restrições à ampliação e modernização das ações institucionais, são as seguintes:

Insuficiências nos processos de identificação de organizações públicas e comunitárias que atuam com memória social (...); Inadequações quanto às ações de capacitação profissional oferecidas (...); Ausência de material informativo e de consulta para os usuários (...); Falta de processos regulares de atendimento e orientação em elaboração de projetos(...); Ausência de estrutura para prestação de assistência à implantação e consolidação dos pontos de memória (IBRAM, 2018; OEI, 2016).

O texto do projeto ressalta que o objetivo do Programa Pontos de Memória é propor, em sua fase inicial, uma experiência-piloto visando à abrangência de localidades caracterizadas “pelo alto índice de violência”, um período de experimentação da metodologia para aferir se seria capaz de dar conta da diversidade cultural que identifica o país.

Ao tratar dos 12 Pontos de Memória iniciais, que apesar de não serem o foco desta pesquisa são de extrema importância para compreender a ampliação do Programa, bem como os editais de premiação subsequentes, deve-se compreender o porquê de o Governo Federal ter escolhido estas comunidades para a introdução do PPM.

Conforme comentado, o PRONASCI teve um papel decisivo para a escolha das localidades. Instituído pelo Governo Federal durante a presidência de Luís Inácio Lula da Silva (BRASIL, 2007), em seu primeiro artigo determina que:

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, a ser executado pela União, por meio da articulação dos órgãos federais, em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios e com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, visando à melhoria da segurança pública.

Nos incisos I e II do artigo terceiro da mesma lei observa-se que o Programa busca também a promoção de Direitos Humanos, objetivando incentivar a cultura de paz e o combate aos preconceitos, apoiando as diversidades culturais. Para isto busca, também, criar e fortalecer redes sociais e comunitárias (BRASIL, 2007).

Dos 11 Territórios de Paz iniciais do PRONASCI (Belém, Recife, Maceió, Salvador, região no entorno de Brasília, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre), todos participam da lista de estados onde Pontos de Memória iniciais estão inseridos. Dos dois Territórios de Paz abrangidos posteriormente pelo PRONASCI (Fortaleza e Florianópolis), um deles (Fortaleza) também possui um Ponto de Memória inicial, totalizando 12 Pontos de Memória.

Dentre todos Pontos de Memória iniciais, apenas dois existiam antes da visita do IBRAM: o Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro (RS) e o Museu de Favela (RJ). Logo, é possível inferir que o incentivo externo fomentou a criação dos demais Pontos de Memória, incentivo este que não desqualifica a ação e, ao contrário, considera a metodologia que objetiva partir da “construção comunitária e coletiva” (IBRAM, 2018) percebendo que pode haver ali um direcionamento externo que seja o fator motivador, nesse caso na figura do recurso pecuniário. Essa questão complexa pode ser observada, por exemplo, já na fase de elaboração do projeto, quando um dos casos se configurou com muita clareza ao demandar um técnico externo à comunidade, cuja função era auxiliar na elaboração de projetos para o Ponto de Memória do Beiru.

Ainda neste sentido, é possível observar as chamadas para seleção de consultor em várias áreas do Programa Pontos de Memória, divulgada pelo IBRAM:

O objetivo da consultoria (...) é desenvolver sistemática de avaliação aplicável à gestão dos Pontos de Memória. São esperados como resultados metodologias e instrumentos de planejamento, avaliação e apoio aplicados, em amostra de comunidades, para elaboração de projetos de instalação de Pontos de Memória nas áreas de gestão, infraestrutura, museológica e museográfica.

A oportunidade é aberta a profissionais com formação de nível superior em qualquer área e experiência mínima de cinco anos em Gestão Estratégica e Avaliação Estratégica de Projetos de Cooperação Internacional, além de desejável experiência em Gestão e Avaliação em Projetos com finalidade comunitária (IBRAM, 2018).

Nota-se, a partir desta chamada, que este auxílio precisa vir de alguém externo, graduado em curso superior e experiente na área. Tal auxílio externo, conhecido como facilitação, deve fornecer ferramentas (recolher demandas, sintetizá-las, auxiliar em sua aplicação) para a comunidade que possua o desejo da construção de um museu. Caso ocorra o contrário, e todas as ideias e decisões passem a ser tomadas por apenas uma pessoa ou um pequeno grupo,

provavelmente o espaço de memória se aproxime mais do formato e funcionamento dos museus tradicionais.

Neste sentido, Avelar (2015), em seu estudo sobre o Ponto de Memória do Taquaril, observou algumas dificuldades relacionadas à questão da atitude “personalista” em que um indivíduo protagoniza o Ponto de Memória em nome da coletividade, o que, segundo a autora, pode ser fator positivo quando a liderança é determinante para impulsionar o projeto; mas, por outro lado, pode criar dependência em relação a pessoas que podem se afastar posteriormente fragilizando a iniciativa. (2015, p.106).

Essa relação entre técnicos facilitadores, líderes comunitários personalistas, a existência de uma comunidade e as práticas metodológicas da museologia social são questões abordadas nesta dissertação. Antes, porém, convém observar os editais relativos ao Programa.

Os projetos nacionais selecionados nos editais do Programa receberam prêmios de R\$ 30.000,00 disponibilizados em parcela única mediante depósito bancário. Para se compreender melhor sobre a seleção dos espaços de memória para a premiação observou-se que, nos primeiros editais (2012), consta uma “etapa de avaliação e seleção” cujos seguintes requisitos possuem caráter classificatório e eliminatório:

Identificação com a museologia social (0 a 30 pontos); (...) Caráter comunitário no exercício do cidadão do direito à memória (0 a 30 pontos); (...) Caráter inovador das atividades e metodologias desenvolvidas (0 a 10 pontos); (...) Caráter comunitário das atividades previstas (0 a 30 pontos); Caráter inovador das atividades e metodologias previstas (0 a 30 pontos) (MinC; IBRAM, 2012).

Esse método de avaliação tem como critério para premiação a observação do quão próxima e passível de identificação uma proposta de atividade do Ponto de Memória encontra-se em relação à museologia social. Compreende-se a possibilidade de existência de comunidades e grupos que desconhecem esse conceito, mas que, ao mesmo tempo, suas propostas se alinhem a essa ideia, embora – devido ao desconhecimento ou desinteresse em conhecer sobre teorias museológicas – não logrem escrever um projeto que demonstre claramente tal alinhamento teórico-metodológico.

As últimas edições dos editais do PPM trazem uma classificação e seleção dos projetos, sutilmente diferente, mas seguindo um esquema próximo ao anterior :

(...) Participação ativa nos últimos 03 (três) anos em cursos, oficinas, (...) relacionados à memória e museologia social (0 a 10 pontos); Quanto à ação desenvolvida (0 a 60 pontos), (...) [e se] a ação desenvolvida pela iniciativa de memória e/ou museologia social contribuiu para gerar outras ações de memória e museologia social a partir de seus resultados (0 a 10 pontos) (...) (MinC; IBRAM, 2014, p.2).

Há uma aparente imposição da teoria ante à prática, e a particularidade museológica de cada um desses espaços ao exigir obrigatoriedade de uma determinada ação. Compreende-se, que a partir da singularidade e poder de decisão de cada comunidade estas podem ou não ter interesse em alguém externo trazendo-lhes as ferramentas teóricas sobre museologia e teorias da memória, e ainda assim possuir um espaço ou uma ação museológica que se aproxime aos conceitos da museologia social.

Outra informação importante observada no edital de 2014 trata da conceituação utilizada pelo IBRAM para caracterizar as iniciativas de memória e/ou museologia social:

Para efeito deste Chamamento Público, entende-se por: 3.3.1. iniciativas de memória e/ou museologia social - núcleos constituídos pela sociedade civil, de forma autônoma do poder público e geridos de forma participativa no seio das próprias comunidades para a identificação, pesquisa e promoção de seu patrimônio material e imaterial, por meio da museologia social, visando ao reconhecimento, à valorização e à proteção da memória social de grupos, de povos e de comunidades que se diferenciam por características históricas e culturais; e 3.3.2. Entidade comunitária – entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada ou determinada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade (MinC; IBRAM, 2014, p. 2).

Esta definição é de extrema relevância, pois buscou-se, através de e-mail enviado à coordenação de museologia social e educação do IBRAM, um esclarecimento sobre o conceito de museologia social adotado pela autarquia. Como não se obteve resposta, considera-se a definição no edital do PPM como a única definição oficial disponível.

Em conformidade com o recorte espaço-temporal estabelecido por esta dissertação, observou-se a lista de concorrentes sul-rio-grandenses ao prêmio, no ano de 2014, e que tiveram seus projetos inadmitidos no Programa Pontos de Memória. Encontrou-se dois projetos: “Estações da Memória” da Associação dos Amigos dos Museus de Bagé, localizado no mesmo município, e o projeto denominado “Bordando Ivoti, tecendo memórias”, da Associação para o Desenvolvimento Turístico de Ivoti, localizado no município homônimo. A justificativa para ambos não terem sido contemplados é a contrariedade ao subitem 3.1 do Edital, citado abaixo:

(...) 3.1. É requerida aos interessados na participação do concurso regido por este Chamamento Público atuação comprovada na área cultural e social afim com o objeto, que não tenham recebido apoio financeiro pelas edições anteriores deste prêmio, nas seguintes categorias:

3.1.1. Categoria 1 – Ponto de Memória no Brasil: pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza cultural e que tenha participado do desenvolvimento de ações de memória e/ou museologia social com atuação comprovada, nos últimos 3 (três) anos (MinC; IBRAM, 2014, p.1).

As informações contidas nos editais mencionados são observadas para tornar possível a análise criteriosa dos projetos rejeitados ou aceitos conforme diretrizes e conceitos utilizados pelo Programa. Ademais, este edital servirá, também, de parâmetro para a análise dos Pontos de Memória sul-rio-grandenses.

No ano de 2016 deu-se outro importante marco para qualquer estudo relacionado aos Pontos de Memória, ocasião em que se publicou oficialmente o livro intitulado “Pontos de Memória: metodologias e práticas em museologia social” (OEI, 2016). A abertura da publicação traz a seguinte afirmativa sobre o Programa por parte do Carlos Roberto F. Brandão, presidente do IBRAM:

O Programa Pontos de Memória nasceu articulado com a Política Nacional de Museus e com o Plano Nacional Setorial de Museus, os quais apresentam diretrizes e propostas construídas a partir de diversas instâncias de consulta pública e com ampla participação de profissionais envolvidos com a área museológica no Brasil. Nos últimos anos, experimentamos um desenvolvimento excepcional das atividades museológicas, sobretudo o crescimento da Museologia Comunitária, que traz como foco sua função social, ressignificando os museus como espaços não apenas educativos e de convivência, pesquisa, exposição de acervos e coleções, mas também de formação política dos indivíduos e de comunidades engajadas no processo de forjar suas próprias narrativas

museais. Trata-se de um movimento amplo e diverso, composto por uma grande diversidade de atores e instituições em um diálogo rico e estimulante, aos quais temos orgulho de somar nossos esforços (OEI, 2016, p. 6).

Observa-se uma diferença que pode parecer sutil, mas é de extrema relevância para essa análise. No site do IBRAM comenta-se que o Programa Pontos de Memória está de acordo com a Política Nacional de Museus e com o Plano Nacional Setorial de Museus (IBRAM, 2012), dando a impressão de que se trata de uma ação que respeita os princípios e diretrizes estabelecidos pelo PNSM (IBRAM, 2018). Brandão faz uma outra análise sobre a questão no prefácio supracitado, comentando que ele nasceu articulado ao PNSM, como de fato será observado adiante.

Comenta-se no início da publicação que a maior parte dos textos disponíveis na publicação datam de 2012. A autarquia afirma, nas palavras de Cinthia Maria Rodrigues Oliveira (Coordenadora de Museologia Social e Educação COMUSE/DPMUS/IBRAM) que, apesar de terem se passado três anos de quando os textos foram publicados, não há necessidade de atualização uma vez que os Pontos de Memória “são o registro – de um ponto de vista não institucional – das ações de consolidação de uma experiência inédita de construção compartilhada – entre o Estado e a sociedade civil – de uma metodologia que utiliza as ferramentas da Museologia para tratar a memória social” (OEI, 2015, p.10).

A necessidade de atualização, entretanto, deveria ser um aspecto fundamental considerando a descontinuidade, a transformação e pluralidade de processos que ocorreram neste íterim, como observado em estudo realizado anteriormente para trabalho de conclusão de curso (SILVA, 2015), em que também se pontua a necessidade de uma análise dos resultados alcançados através desta política pública, sobre seu processo de amadurecimento e de consolidação.

Outro fator importante para que haja a necessidade desta atualização é a mudança de perfil dos “Doze Pontos de Memória Pioneiros”, que consistiam, em sua maioria, em espaços físicos de memória como museus e memoriais e passaram a empreender ações, muitas vezes pontuais e não permanentes, realizadas pelos Pontos de Memória contemplados nos editais a partir de 2012.

Pontua-se, ainda, que na mesma publicação (OEI, 2015, p. 8-9) consta que, desde o início do Programa, “o respeito aos princípios da autonomia e do

protagonismo foi fundamental: não coube ao IBRAM realizar as ações”. Diz-se, ainda, que todos os Pontos de Memória passaram por cinco fases, sendo elas: 1) Identificação; 2) Qualificação (participação em seminários e oficinas); 3) Realização de inventário participativo; 4) Realização de ações museais para compartilhamento e difusão das memórias e 5) Reforço da rede de Pontos de Memória nas Teias Nacionais da Memória.

A partir de pesquisas qualitativas realizadas pelo IBRAM, os técnicos responsáveis avaliaram que os Pontos alcançaram tanto o conhecimento e valorização da memória local quanto o fortalecimento das tradições locais, da identidade e dos laços de pertencimento por meio de ações que valorizaram o potencial local, concedendo impulso ao turismo e à economia locais e promovendo, ainda, o desenvolvimento sustentável das localidades e a melhoria da qualidade de vida, com redução da pobreza e da violência (OEI, 2016, p. 9).

O interessante é que para o IBRAM, mesmo antes da avaliação realizada pela instituição, relata-se a observação de benefícios do trabalho realizado em cada PPM:

(...) Por isso, em 2011, reconhecendo os resultados já alcançados pelo projeto e buscando apoiar mais iniciativas que já trabalhassem com suas memórias, o Ibram lançou o primeiro edital de premiação de Pontos de Memória, destinando 45 prêmios para ações realizadas no Brasil e três para as realizadas no exterior. O número de Pontos aumentou de forma exponencial, passando de 12 para 60 (OEI, 2016, p. 9)

Considera-se precipitada a perspectiva de aumentar exponencialmente o número de Pontos de Memória, apenas e somente através da observação pessoal dos consultores, sem dados que comprovassem estas observações e as embasasse em análise crítica. Tendo em vista o *policy cyclo*⁵, no qual há a retroalimentação entre formulação e implementação, parece complicado haver este tipo de avaliação sem que se possa aferir ou ter meios de aferir os resultados estabelecidos.

Sobre os detalhes destas etapas, consta que a primeira delas, denominada “Sensibilização comunitária e formação da instância deliberativa”, teve por objetivo

⁵ Para maiores informações sobre modelos de implementação de políticas públicas sugere-se a leitura de SILVA, P. L. B.; MELO, M. A. B. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. **Caderno NEPP/UNICAMP**, Campinas, n. 48, p. 1-16, 2000. Disponível em: <http://governancaegestao.files.wordpress.com/2008/05/teresa-aula_22.pdf> Acesso em 20 set 2018.

mobilizar a comunidade sobre questões como museu, memória, cidadania, direito à memória, políticas culturais e sobre os objetivos do Programa Pontos de Memória, sendo este “o momento em que os diferentes grupos e representações locais são convocados a discutir e manifestar o desejo em desenvolver ações e projetos de Museologia Social na comunidade” (OEI, 2016, p. 17).

A segunda etapa compreende as “Ações Museais”, que integram todas as formas e processos de “atividades comunitárias de registro, reconhecimento e valorização da memória local, realizadas e promovidas pelos Pontos de Memória”. Para o IBRAM, são estas atividades que “conectam as iniciativas às comunidades, convocando seus moradores a se apropriarem, a refletirem e a se empoderarem, de diversas formas, de sua memória” (OEI, 2016, p.29).

Atualmente, parte dos Pontos de Memória consiste exatamente em ações museológicas, e buscou-se observar se atendem a essa ideia de conectar e empoderar⁶ a comunidade com suas formas de memória.

A terceira etapa, o “Inventário Participativo”, consiste na identificação, seleção e registro das referências culturais mais significativas para suas memórias e histórias sociais, de modo que “a ideia de participação passa pela decisão coletiva e compartilhada de escolher quais memórias e patrimônios são relevantes para a comunidade” (OEI, 2016, p. 39).

Esta etapa seria realmente de extrema relevância, mas, como comentado, acredita-se que haja fatores de complicação relativos à noção de “decisão coletiva e compartilhada”, pois nos Pontos de Memória iniciais já se observa a predominância do personalismo em diversos casos. Pretende-se, assim, levar em conta esse fator ao longo da análise realizada no restante do texto.

Com relação à etapa 4, “Produtos de Difusão”, compreende as ações museais realizadas após o inventário participativo e conta com “alta repercussão dentro e fora da comunidade, .[onde] podem ter o formato de exposição, publicação, documentário [entre outros formatos] (...) que colocam em evidência as representações das memórias e identidades coletivas” nos Pontos de Memória (OEI,

⁶ Utiliza-se o termo “empoderar” como uma definição “(...) próxima da noção de autonomia, pois se refere à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, escolher, enfim entre cursos de ação alternativos em múltiplas esferas – política, econômica, cultural, psicológica, entre outras” (HOROCHOVSKI; MEIRELES, 2007, p. 2), apesar de não haver nenhum trabalho conceitual na publicação oficial do PPM. Dessa forma, nesta pesquisa, para todos os efeitos, trataremos o conceito citado a partir desta definição.

2016, p. 61). Compreende-se que, tratando-se de iniciativas comunitárias, a principal necessidade de alcance deste produto de difusão seja interna, de maneira que se priorize o acesso por parte da comunidade a tais produtos.

A quinta e última etapa consiste nas chamadas “Teias de Memória”, que são encontros nacionais dos Pontos de Memória e de promotores de experiências que abordem a museologia social. Conforma, assim, “um espaço de intercâmbio, reflexão, debate e construção coletiva de proposição e agendas estratégicas para o fortalecimento dos projetos de Museologia Social”, sendo que foi “A partir da quarta edição da Teia, [que] a programação e a organização do encontro foram discutidas e protagonizadas por representantes de redes e Pontos de Memória, por meio de uma comissão” (OEI, 2016, p. 77). Na análise das notícias relativas ao tema e divulgada a seguir, observou-se que o encontro intitulado “Teias de Memória” acontece frequentemente e possui um destaque importante no interior do IBRAM, contando com ampla divulgação.

As etapas aqui observadas foram fundamentais para a análise dos Pontos de Memória do Rio Grande do Sul, pois são aquelas pelas quais todos os Pontos de Memória precisam passar para que, conforme explicitado no texto pelo próprio IBRAM, a ação seja considerada bem-sucedida. Tais etapas também foram parâmetros de análise para observar se os Pontos de Memória, doravante PM, realmente alcançam o almejado enquanto objetivos de cunho social previstos na redação do PPM, valorizando a cultura e as tradições locais ao contribuir com o turismo e a economia dessas regiões e promovendo a melhoria na qualidade de vida desses cidadãos.

Para aprofundar o conhecimento sobre a percepção do IBRAM quanto ao Programa, procurou-se trazer uma observação sob a perspectiva das notícias veiculadas no site oficial do Instituto Brasileiro de Museus. Realizou-se pesquisa em banco de dados da instituição visando levantar todas as notícias relacionadas ao PPM e veiculadas pelo IBRAM até janeiro de 2017.

Utilizando-se a ferramenta de busca no site procurou-se os termos “Programa Pontos de Memória”, “Pontos de Memória”, “Museologia Social” e “Sociomuseologia”. Foram encontrados ao todo 397 resultados, distribuídos conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Sistematização dos resultados de busca pelos termos “Programa Pontos de Memória”, “Pontos de Memória”, “Museologia Social” e “Sociomuseologia” veiculadas pelo IBRAM até o ano de 2017.

TERMO PESQUISADO	Nº DE REGISTROS
Programa Pontos de Memória	81
Pontos de Memória	187
Museologia Social	127
Sociomuseologia	2

Fonte: Site do IBRAM, s/d.

A existência de 127 notícias sobre Museologia Social no site da autarquia trouxe a percepção de que o tema possui uma grande relevância para a agenda⁷ política do Instituto. Corroborando esta informação, tem-se, além do número expressivo de notícias sobre a temática, os discursos de posse dos presidentes do IBRAM, também disponíveis no site do instituto.

Fundado em 2009, o IBRAM apresentou quatro presidentes até 2017, sendo o primeiro deles o antropólogo José do Nascimento Junior (2009-2013). Sua gestão foi responsável pela aplicação do Programa Pontos de Memória, bem como de sua ampliação, conforme observado anteriormente. O segundo presidente foi Ângelo Oswaldo de A. Santos (2014), substituído por Carlos Roberto F. Brandão (2015) e presidido atualmente por Marcelo Araújo (2017).

Em matéria de 12 de julho de 2013 (observada através do site), Angelo Oswaldo foi apresentado oficialmente como novo presidente do IBRAM. Em seu discurso destacou como prioritário o fortalecimento das áreas de comunicação e educação museal, assim como da museologia social.

Em notícia de 25 de fevereiro de 2015, quando Carlos Roberto Brandão assume a presidência do IBRAM, seu discurso de posse possui um destaque similar:

Carlos Roberto Brandão (...) destacou “a capacidade técnica, a disposição e empenho” que os servidores do Ibram espalhados pelo Brasil têm demonstrado e fez questão de firmar compromisso especial com a museologia social. “Os museus são uma reunião de saberes, objetos e conhecimentos que têm enorme potencial de transformar o mundo, de

⁷ Para Thomas A. Birkland, “agenda” é uma coleção de problemas, compreensão de causas, símbolos, soluções e outros elementos dos problemas públicos, que captam a atenção de membros do público e dos seus atores governamentais (2005, p. 110).

torná-lo mais justo e democrático. Esta tem sido uma marca do Ibram que pretendo manter e aprofundar”, disse.

Em 26 de dezembro de 2017, na gestão de Marcelo Araújo, foi veiculada no site do IBRAM retrospectiva informando que o Programa Pontos de Memória foi instituído pela Portaria Nº 315, de 6 de setembro de 2017 no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus, de modo que entre os seus princípios e objetivos determina a formação de um **Comitê Consultivo** “responsável por promover debates e propor ações, estratégias e diretrizes com vistas ao fortalecimento de políticas públicas no campo da museologia social” e demonstrando, assim, a importância que o PPM possui também para a gestão atual do IBRAM, que enxerga no Programa uma política pública para a museologia social (BRASIL, 2017).

Outro momento em que foi possível apreender a importância da museologia social para o Instituto refere-se aos balanços anuais, de modo que em notícia veiculada a 19 de dezembro de 2012, quando do balanço de ações em 2011 e apresentação das perspectivas para o ano vindouro, a instituição destacou “a ampliação do projeto de museologia social, com o aumento do número de oficinas de qualificação e a realização de exposições marcando o lançamento de diversos Pontos de Memória”.

Observada essa relação entre a museologia social e o Programa Pontos de Memória, constatou-se que 90 das 127 notícias publicadas entre 2010 e 2017, versavam prioritariamente sobre museologia social, possuindo como tema principal o Programa Pontos de Memória, conforme ilustra-se na Figura 2.

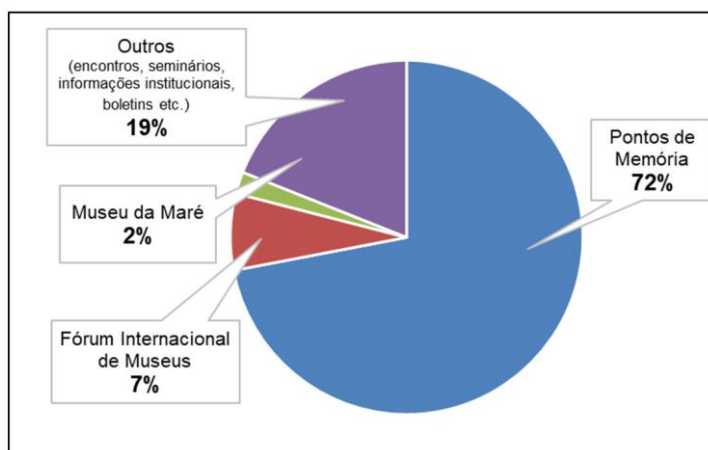


Figura 2 – Distribuição temática das notícias levantadas a partir do termo “Museologia Social”. Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Assim, depreende-se uma associação muito forte entre o Programa Pontos de Memória e a museologia social, pois esta associação abarca 72% das 127 notícias observadas ao longo de quase uma década. Ilustra esta aproximação do Programa com a museologia social notícia datada de, 19 de setembro de 2012, quando a ministra da cultura à época, Marta Suplicy, visitou a sede do IBRAM para discutir políticas para museus:

O grupo ainda discutiu a ampliação do programa *Pontos de Memória*, que tem por concepção reconstruir e fortalecer a memória social de comunidades a partir do cidadão, de suas origens, histórias e valores. Na apresentação à ministra, o presidente do IBRAM mencionou que a estimativa é de que, até 2014, os Pontos de Memória passem de 150 para 500 unidades.

Realizou-se, posteriormente, um segundo levantamento de notícias também no site do IBRAM e considerando o mesmo recorte temporal, porém desta vez buscando pelo termo “protagonismo comunitário”. Foram encontrados 13 resultados, dos quais 12 trazem expressos, no cabeçalho da notícia, a expressão “Programa Pontos de Memória”, sendo que a décima terceira notícia aborda o Programa em seu conteúdo, de forma bastante emblemática. A notícia em questão, do dia 07 de julho de 2014, refere-se a uma nota sobre peça publicitária que divulga um analgésico afirmando em seu slogan que “quem fica parado no tempo é museu”, afirmação que o IBRAM busca refutar:

Cada vez mais os museus cumprem papel fundamental no meio social, político, econômico e, principalmente, educacional e cultural. Pode-se perceber, ao se visitar museus físicos e virtuais, ou mesmo Pontos de Memória – que valorizam o protagonismo comunitário e concebem o museu como instrumento de mudança social –, que seus acervos são memórias vivas e, ainda, manifestações atualizadas de seus artistas, sempre em troca com o público.

Sob muitas formas o IBRAM poderia ter refutado a afirmação de que “quem fica parado no tempo é museu”, podendo uma delas ser o resgate do relato de Mia Couto no ICOM de 2013⁸. Entretanto, o Instituto escolheu utilizar o seu Programa

⁸ Ocasão em que o escritor moçambicano afirmou que “o passado e o futuro são duas margens de uma mesma miragem, todo o exercício de recordação deve ser também um ato de invenção. Portanto, memória e criatividade não são uma dualidade conflituosa, mas ao contrário, constituem

como uma peça publicitária ante àquela do analgésico, citando-o como exemplo de protagonismo comunitário e de instrumento de mudança social. Intencionalmente, ou não, esta afirmativa traz uma definição do IBRAM sobre o Programa, que sintetiza essa expectativa da autarquia sobre os PPMs, já explicitada no início do capítulo. Tem-se, dessa forma, que o Programa Pontos de Memória é uma política pública que busca valorizar o protagonismo comunitário e conceber o museu como instrumento de mudança social, definição bastante discutida nos capítulos posteriores, enfatizando se há realmente a valorização de um protagonismo comunitário, se os Pontos de Memória são instrumentos de mudança social e se, inclusive, são museus, pois, como comentado, não possuem necessariamente um caráter de permanência.

Posteriormente, pesquisou-se o nome de cada um dos Pontos de Memória do Rio Grande do Sul no site do IBRAM. Foram encontradas 11 notícias sobre o Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro, um dos 12 Pontos de Memória pioneiros, e nenhuma notícia sobre qualquer um dos Pontos de Memória mais recentes. Essa disparidade de interesse em publicitar as iniciativas posteriores pode revelar um significado bastante profundo. Nota-se que houve a intenção de se demonstrar as ações desenvolvidas apenas em primeiro momento, e por um Ponto Pioneiro, para justificar a exponencial expansão do Programa e tê-lo como portador de ideais de uma prática da museologia social. Mas não se verificou o acompanhamento das ações desenvolvidas a longo prazo pelos PM pioneiros, ou pelas ações realizadas pelos demais Pontos de Memória. Se há este acompanhamento peca-se ao não se compartilhar tais informações com o público.

Esta análise inicial pode relacionar-se com a questão discutida anteriormente: a falta de interesse em atualizar os textos de 2012 para uma publicação de 2015 no que tange à obra fruto da parceria entre OEI e IBRAM (OEI, 2016), em que falta a avaliação da longevidade dessas iniciativas, assim como o interesse em publicitar ações que eventualmente contradigam aquela definição estabelecida pela autarquia.

Para poder compreender, de forma ainda mais aprofundada, esses ideais de uma prática da museologia social é que serão observadas as parcerias e os convênios estabelecidos pelo Programa na tentativa de lançar luz aos contextos

envolvidos, ao cenário de surgimento do IBRAM, criação do Plano Nacional Setorial de Museus e das relações com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI).

3.2 Parcerias, convênios e inter-relações

O Programa Pontos de Memória foi criado através de uma cooperação entre Ministério da Cultura e Projeto de Cooperação Técnica Internacional da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI/UNESCO). Conforme comentado, apesar de ter sido elaborado pelo então DEMU do IPHAN, foi o IBRAM o responsável por sua execução. Além disso, em um primeiro momento quando dos 12 Pontos de Memória iniciais, o Ministério da Justiça foi um importante parceiro por meio do Programa Nacional de Segurança e Cidadania, tendo inclusive participado da escolha das localizações destes Pontos de Memória.

Segundo o site do IBRAM, o PPM tem como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento de uma política pública de direito à memória, com base no Plano Nacional Setorial de Museus (IBRAM, 2012).

Nesta etapa da dissertação serão observadas as parcerias sobretudo entre OEI, IBRAM e o Plano Nacional Setorial de Museus. Não se observará de forma mais aprofundada o Ministério da Justiça, pois sua colaboração e parceria foi exclusivamente na primeira fase do PPM, que não é o foco desta pesquisa.

3.2.1 Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)

Criado pelo em janeiro de 2009 a partir da assinatura da Lei nº 11.906, durante o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a autarquia vinculada ao Ministério da Cultura (MinC) tornou-se desvinculada do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no qual o setor museológico era representado pelo Departamento de Museus (DEMU). Responsável pela administração direta de 29 museus federais, a autarquia é também responsável pela Política Nacional de Museus (PNM).

A Política Nacional de Museus do Ministério da Cultura foi lançada em 2003 e conta com alguns princípios norteadores, como o estabelecimento e a consolidação

de políticas públicas para o patrimônio cultural e museus; a valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus; o desenvolvimento de práticas e políticas educacionais que valorizem a diversidade nacional; o reconhecimento e a garantia dos direitos de participação das comunidades nos processos de registro e de definição do patrimônio a ser musealizado; o estímulo e apoio à participação de museus de várias tipologias; o incentivo a programas e ações que possibilitem a sustentabilidade e a preservação do patrimônio cultural musealizado e também o respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescendentes (AMAZONAS, 2010, p. 4-5).

Ao se observar estes princípios é interessante retornar à afirmação de Brandão sobre o Programa Pontos de Memória nascer articulado com a Política Nacional de Museus e com o Plano Nacional Setorial de Museus (OEI, 2016, p. 8), pois dentre os princípios encontra-se a participação comunitária e a valorização da diversidade, que são questões sempre presentes ao se tratar do discurso oficial do IBRAM sobre o PPM.

A PNM buscou também uma melhoria na gestão do patrimônio museológico brasileiro através da implementação do Sistema Brasileiro de Museus e da criação do Cadastro Nacional de Museus. Foi também esta política que permitiu uma expansão dos cursos de capacitação e formação na área. Como se pôde observar, o PNM está estreitamente vinculado ao surgimento do Instituto Brasileiro de Museus, bem como com as ações realizadas pela autarquia.

Atualmente, o IBRAM conta com oito principais ações desenvolvidas, sendo elas a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado; a Primavera dos Museus; a Semana Nacional de Museus; o Diretório de Grupos de Pesquisa do Ibram/CNPq; o Fórum Nacional de Museus; o Pontos de Memória; o PNEM (Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios) e o Museus & Público⁹. Convém pontuar que o Programa Pontos de Memória é o único voltado para ações de museologia social.

Observou-se também que o IBRAM possui acordos de cooperação técnica internacional com a Dinamarca e com a Escola do Louvre, além de parcerias nacionais com os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo,

⁹ Não é mérito deste trabalho desenvolver uma profunda investigação sobre cada uma destas ações. Para maiores informações acessar o site oficial do IBRAM disponível em: <<http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/>> Acesso em 15 nov 2018.

Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, Sergipe.

Estes acordos, segundo o IBRAM, possuem o objetivo de integrar competências e recursos institucionais para o desenvolvimento de ações conjuntas entre estados e União, sobretudo no fortalecimento do Sistema Brasileiro de Museus e do Sistema Estadual de Museus para o monitoramento e avaliação do Plano Nacional Setorial de Museus (IBRAM, 2012)), e dos respectivos planos estaduais e municipais de museus.

O Sistema Brasileiro de Museus (SBM) foi instituído em 5 de novembro de 2004, com a publicação do Decreto nº 5.264, e destaca-se pelo seu papel de articulador dos museus nacionais de qualquer porte e públicos ou privados:

Esse papel de articulação exige que o SBM desenvolva um trabalho em rede de intensa capilaridade e de valorização de intercâmbios e parcerias horizontais entre o poder público e a sociedade civil. Pode ser considerado um marco das políticas públicas para o setor museológico (AMAZONAS, 2010, p. 6).

O IBRAM conta atualmente com três principais alternativas de fomento e financiamento para projetos no setor museológico: o apoio direto realizado pelo Ministério da Cultura através do IBRAM com recursos do Orçamento Geral da União; por meio de Emendas Parlamentares ao Orçamento Geral da União e por meio de Renúncia Fiscal viabilizada pela Lei 8.313/91, conhecida como Lei Rouanet.

O apoio direto com recursos da União se dá através dos editais publicados periodicamente para museus. São prêmios e chamadas públicas para convênios e onde encontra-se o Programa Pontos de Memória, por exemplo. Visando o aprofundamento neste assunto optou-se por observar o Portal da Transparência¹⁰, onde constam os repasses de verbas orçamentárias para o IBRAM nos últimos anos, levando-se sempre em conta a categoria “Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras” onde se enquadra o Programa Pontos de Memória (Tabela 2).

¹⁰ Disponível em: <<http://www3.transparencia.gov.br/TransparenciaPublica/index.jsp?CodigoOrgao=42207&TipoOrgao=2&consulta=0>> Acesso em 10 jan 2019.

Tabela 2 – Recursos da União destinados ao IBRAM nas categorias “recursos diretos” e “premiações culturais...”. Elaborado pela autora, 2018.

Ano de execução	Direto para a autarquia IBRAM	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras
2010	R\$ 9.036.570,71	R\$71.000,00
2011	R\$91.714.522,70	-
2012	R\$ 34.098.187,54	R\$ 4.435.000,00
2013	R\$ 119.487.657,56	R\$ 200.000,00
2014	R\$ 132.940.401,09	R\$ 3.370.000,00
2015	R\$ 135.038.185,50	-
2016	R\$ 154.145.409,49	R\$ 2.139.000,00
TOTAL	R\$676.460.934,59	R\$10.215.000,00

Fonte: Portal da Transparência, 2017.

As faltas de repasse de verbas para as premiações nos anos de 2011 e 2015 são explicáveis através da não abertura de editais para o Programa Pontos de Memória nesses anos. Ao longo de seis anos pode-se afirmar que os recursos da União repassados diretamente ao IBRAM, apesar da queda apresentada no ano de 2012, teve aumento anual (Figura 3).

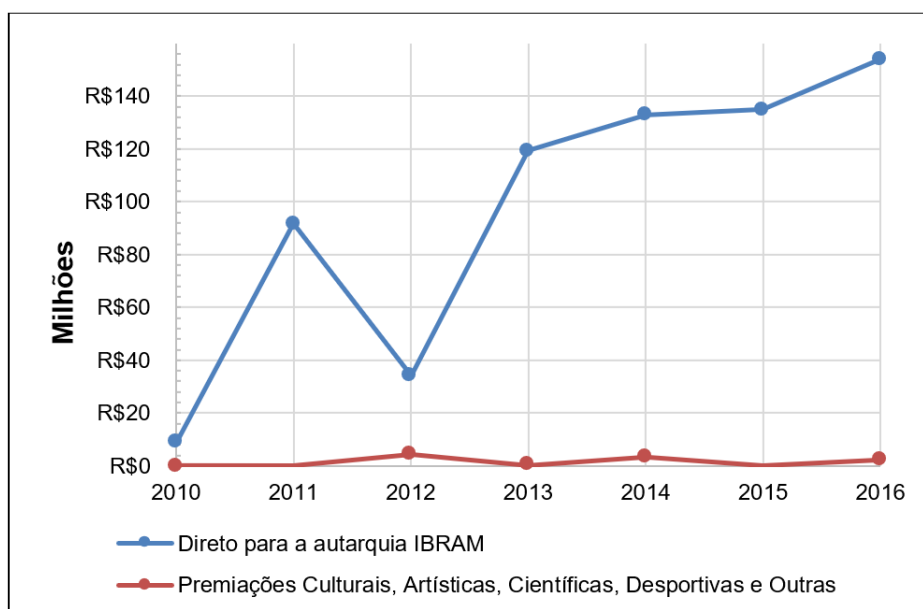


Figura 3 – Fluxo dos recursos da União destinados ao IBRAM entre os anos de 2010 e 2016. Fonte: Portal da Transparência, 2017; elaborado pela autora.

Na segunda alternativa de fomento, através de emendas parlamentares, estas são discutidas no último trimestre de cada ano quando da análise orçamentária provisória para o ano seguinte. Caso haja a inclusão de determinado projeto no orçamento ocorre uma Transferência Voluntária da União com a celebração de um convênio entre o beneficiário da emenda e o IBRAM.

Por sua vez, a terceira forma de captação de recursos está prevista na Lei 8.313/91 (Lei Rouanet) e consiste na apresentação de projetos a patrocinadores que poderão deduzir os recursos efetivamente aplicados do seu Imposto de Renda.

Por se tratar a Portaria nº 315 (BRASIL, 2017) de uma normativa extremamente recente, ainda não existem dados sobre sua aplicabilidade prática, contudo, em seu Art. 10º prescreve a possibilidade de que os recursos orçamentários destinados ao desenvolvimento do Programa Pontos de Memória sejam, nos termos do documento,

(...) subsidiados por políticas públicas a cargo de órgãos e entidades da administração pública federal, distrital, estadual e municipal (a exemplo do Fundo Nacional de Cultura - FNC e dos fundos estaduais e municipais de apoio à cultura), bem como por entidades privadas que tenham afinidade com as ações do programa.

Ainda se tratando do IBRAM, ao analisar de forma aprofundada o Plano Nacional Setorial de Museus observou-se muitos pontos importantes para serem abordados nesta dissertação, motivo pelo qual o subcapítulo a seguir busca abarcar as informações encontradas.

3.2.1.1 Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM)

No discurso oficial do IBRAM, disponível para consulta no site da autarquia, há a seguinte descrição para o Programa Pontos de Memória:

(...) um programa que atende os diferentes grupos sociais do Brasil que não têm oportunidade de narrar e expor suas próprias histórias, memórias e patrimônios nos museus. Tem como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento de uma política pública de direito à memória, com base no Plano Nacional Setorial de Museus e Plano Nacional de Cultura (IBRAM, 2018).

Tendo em vista que o Plano Nacional Setorial de Museus é uma especificação do Plano Nacional de Cultura (PNC) para a área museológica, considera-se fundamental compreendê-lo para elucidar a sua vinculação com o Programa Pontos de Memória.

O Plano Nacional Setorial de Museus¹¹ foi criado em decorrência do PNC, bem como de seu conjunto de reuniões setoriais para sua elaboração de forma democrática e participativa, onde garantiu-se representantes da área museológica para refletir as demandas, as prioridades e o estabelecimento de uma agenda política para o setor de museus (MinC; IBRAM, 2012). A Figura 4 a seguir ilustra em uma linha do tempo o surgimento do Plano Nacional Setorial de Museus a partir do ano de 2010.

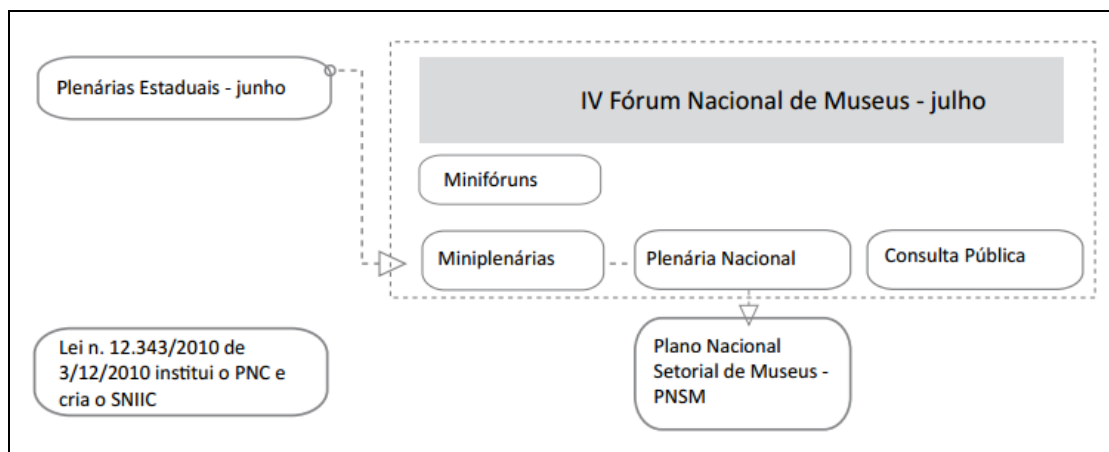


Figura 4 – Linha do Tempo do PNSM desde as Plenárias Estaduais realizadas em junho de 2010. Fonte: Plano Nacional Setorial de Museus (IBRAM, 2012, p.19).

O Regimento Interno do 4º Fórum Nacional de Museus estabeleceu a discussão sobre as propostas que constituem as bases do PNSM, através de dois enfoques: um estruturante e outro setorial. O enfoque estruturante compõe-se de cinco eixos: Produção simbólica e diversidade cultural; Cultura, cidade e cidadania; Cultura e desenvolvimento sustentável; Cultura e economia criativa; Gestão e institucionalidade da cultura. Já os eixos setoriais compreendem Museus de arte; Museus de história; Museus de culturas militares; Museus de ciências e tecnologia; Museus etnográficos; Museus arqueológicos; Museus comunitários e ecomuseus;

¹¹ O Plano Nacional de Cultura não será aprofundado neste texto, mas para fins de contextualização estudou-se o seu conteúdo. Trata-se de um conjunto de diretrizes estratégicas que buscam articular atores, ações e políticas públicas de cultura, em um prazo determinado, da mesma forma como o Plano Nacional Setorial de Museus (IBRAM, 2012).

Museus da imagem e do som e de novas tecnologias; Arquivos e bibliotecas de museus (IBRAM, 2012, p. 24-25).

A observação destes eixos estruturantes é de extremo interesse desta pesquisa pois elucida muito do que é a natureza do Plano Nacional Setorial de Museus. O eixo “Produção simbólica e diversidade cultural”, por exemplo, possui como diretriz “assegurar o registro e a valorização da memória dos diferentes grupos sociais, fortalecendo e garantindo a manutenção dos museus, espaços e centros culturais”, isto posto com a devida ênfase em comunidades menos favorecidas diante do intuito programático de valorização do patrimônio imaterial brasileiro. Assim, este eixo traz um pouco a ideia apresentada anteriormente pela publicação do PPM, onde busca-se realizar um inventário participativo dos bens culturais das localidades onde se encontram os Pontos de Memória. Pretende-se observar se nos Pontos de Memória sul-rio-grandenses houve este inventário participativo, e caso tenha havido, como funcionou nos Pontos de Memória que constituem ações e não espaços de memória.

A ideia de ampliar e melhorar o investimento em recursos humanos da área de ação educativa em museus, investindo em política de acessibilidade universal para museus de modo a possibilitar que o espaço seja visto como referência cultural para as cidades assumindo o seu papel de fomentar a relação museu-comunidade através do incentivo à criação de museus dedicados à memória comunitária são diretrizes do eixo “Cultura, cidade e cidadania”.

É interessante observar, a partir deste momento, se há a ideia de fomentar a relação museu-comunidade através do estímulo externo à criação de museus dedicados à memória comunitária, a exemplo do que ocorreu na primeira fase do Programa Pontos de Memória em parceria com o Ministério da Justiça. Questiona-se, porém, se deve mesmo existir um incentivo a esta criação partindo de um Plano Setorial de Museus elaborado com a presença de representantes da área museológica e patrimonial, porém sem contemplar de forma significativa a participação de comunidades que eventualmente poderiam se interessar pelo Plano em questão.

O terceiro eixo “Cultura e desenvolvimento sustentável” apresenta como norte o intuito de promover políticas públicas que garantam a gestão museológica e o financiamento direcionado para a valorização da diversidade, do patrimônio cultural, dos direitos humanos e da cidadania almejando o desenvolvimento local e a

sustentabilidade cultural e ambiental. Além disso, busca garantir a transformação dos sítios paleontológicos e arqueológicos em museus de território e promover políticas públicas que garantam o fomento de ações dos diferentes tipos de manifestações culturais assegurando, assim, que os museus e espaços de memória sejam importantes ferramentas de educação e conscientização para desenvolvimento cultural, social e econômico regional e localmente.

No contexto desta pesquisa foi de fundamental importância a ideia deste terceiro eixo, que expõe novamente a questão da promoção de políticas públicas para gestão e financiamento de ações que valorizem a diversidade do patrimônio cultural, reiterando que os museus e espaços de memória sejam ferramentas para o desenvolvimento cultural, social e econômico.

O quarto eixo, “Cultura e economia criativa”, busca fomentar a relação museu-comunidade considerando a função social dos museus, produzindo novas perspectivas de geração de renda pautadas em produtos e serviços que aproveitem potencialidades, saberes e fazeres.

Para isso, o PNSM pretende criar o Fundo Setorial de Museus voltado para entidades governamentais e não governamentais visando garantir a sustentabilidade de seus planos museológicos; criar Fundos Setoriais de Museus para fomentar a relação museu-comunidade, produzindo novas perspectivas de geração de renda para comunidade e receita para os museus; ampliar as políticas de editais da área de museus, adequando-as às diversidades regionais; conscientizar e divulgar a função do museu de gerar e estimular a capacidade criativa de futuras gerações.

Aqui é possível notar a preocupação com a sustentabilidade dos espaços museológicos. Isto será considerado quando das observações sobre o Programa Pontos de Memória, ou seja, observando-se se houve esta valorização da cultura local visando à sustentabilidade institucional, ou se estes espaços e ações não estão, ainda, demasiadamente dependentes dos recursos repassados pela União.

O último eixo denominado “Gestão e Institucionalidade da Cultura” possui a diretriz de garantir a continuidade da Política Nacional de Museus e a implantação do Estatuto de Museus fortalecendo o Sistema Brasileiro de Museus e promovendo a criação de redes de integração entre as entidades com a participação do poder público, assim como incentivar e fomentar a capacitação de profissionais que atuam em museus.

Neste eixo, assim como nos demais, é possível observar a constante preocupação com a noção de valorização da cultura local através de suas especificidades, e da capacidade do museu de estimular este tipo de valorização, mas ainda não há um planejamento realmente eficiente para que estes espaços alcancem tal objetivo proposto.

Tendo em vista os eixos setoriais, os representantes se reuniram em mini-fóruns dentro do Fórum Nacional de Museus de 2010, onde houve a elaboração de propostas de ação para cada um dos seguintes temas transversais: a) Gestão museal; b) Preservação, aquisição e democratização de acervos; c) Formação e capacitação; d) Educação e ação social; e) Modernização e segurança; d) Economia dos museus; e) Acessibilidade e sustentabilidade ambiental; f) Comunicação e exposições e g) Pesquisa e inovação.

Apesar de haver outros temas interessantes tratados pelo Plano, observou-se aqueles que se encontram dentro do eixo setorial “museus comunitários e ecomuseus”, pois nele se encontra a área de museologia social e, especificamente, o Programa Pontos de Memória.

O texto, conforme será observado, apesar escrito por técnicos na área, carece, por vezes, de referências teóricas ou de exemplos de experiências empíricas dentre as ações previstas, pois algumas parecem inaplicáveis na prática e outras, apesar de sua possível aplicabilidade, não foram postas em ação durante sete dos dez anos de prazo máximo para sua implementação.

O primeiro tema transversal abordado, “Gestão Museal”, propõe “assegurar o desenvolvimento dos museus comunitários e ecomuseus e Pontos de Memória por meio da participação das comunidades locais na gestão museal e da alocação de verbas pública”. A primeira estratégia proposta para alcançar este objetivo foi, então, a criação e implementação de políticas públicas que assegurassem a elaboração dos planos de desenvolvimento institucionais com a participação comunitária, por meio de verbas públicas e capacitação para a composição de grupos de trabalho locais visando à elaboração dos princípios, objetivos e metodologias dos Planos de Desenvolvimento Institucionais.

A segunda estratégia proposta buscava garantir o reconhecimento dos museus comunitários, Ecomuseus e Pontos de Memória como instituições de relevante interesse social, através de recursos públicos para a manutenção dos museus e o desenvolvimento de ações de integração comunitária. Previu-se uma

ampliação continua dos recursos públicos destinados a esta manutenção para a integração comunitária até 2020. A terceira estratégia, por sua vez, almejava aplicar recursos públicos na constituição de novos museus comunitários e ecomuseus. A meta era a ampliação contínua de recursos públicos destinados à constituição de novos museus até 2020.

Estas estratégias fundamentam-se na utilização dos recursos públicos para a capacitação de recursos humanos, para a criação e a manutenção de novos museus comunitários, ecomuseus e Pontos de Memória.

Parece haver certo contrassenso na estratégia adotada, pois ter-se a tutela do Estado como a principal fonte de ingresso para a exequibilidade das propostas não necessariamente garante a meta de alcançar a sustentabilidade destes espaços a partir de suas especificidades, levando em consideração a cultura material e os modos de fazer de cada comunidade. Conforme observado nos eixos estruturantes, tais direcionamentos parecem apontar, ao mesmo tempo, para o tema transversal “Preservação, aquisição e democratização de acervos”, cuja diretriz previa garantir políticas públicas que permitissem a apropriação, pela comunidade, dos acervos de museus comunitários, ecomuseus e Pontos de Memória, além da sua difusão.

A primeira estratégia proposta previu implementar e fortalecer os ecomuseus, museus comunitários e Pontos de Memória através da **disponibilização de espaços midiáticos gratuitos** para catalogação, registro e divulgação dos acervos patrimoniais dos museus comunitários, ecomuseus e Pontos de Memória, o que seria realizado através de um portal oficial até o ano de 2012. Buscou-se também a realização de encontros nacionais anuais sobre a temática, previstos até 2020.

Apesar disso, considerando a ampla pesquisa realizada sobre temas que permeiam museus comunitários e Pontos de Memória, não foi possível encontrar nenhuma plataforma disponibilizada pelo IBRAM para esta catalogação, registro e divulgação dos acervos patrimoniais destes espaços. A plataforma que mais se aproxima deste projeto é a da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (ABREMC)¹², que não possui nenhuma relação com o IBRAM e tampouco divulga as ações desenvolvidas pelos Pontos de Memória.

¹² Para maiores informações entrar em contato diretamente com representantes da associação por meio das redes sociais. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/abremc/>> Acesso em 15 jan 2017.

Sobre os encontros anuais, as denominadas “Teias de Memória” discutidas anteriormente, acontecem anualmente e possuem a participação dos Pontos de Memória, além de uma ampla divulgação no site do IBRAM.

A estratégia dois, que buscava garantir o **acesso intelectual por meio de projetos educativos** através de editais públicos específicos para os programas educativos dos museus, incentivando a parceria entre museu e escola por meio de ações *intra* e *extramuros* nas escolas, possui como meta a realização de campanhas anuais até 2020.

Não se encontrou no site do IBRAM nenhum edital específico ou notícia relacionada a programas educativos em museus comunitários e ecomuseus, tampouco sobre as ações *intra* e *extramuros* voltadas para a área. Mas uma questão interessante, que permeia estes dois temas, é a existência de uma Coordenação de Museologia Social e Educação (COMUSE) dentro da estrutura do IBRAM, o que traz a percepção de que o instituto compreende haver uma relação bastante profunda entre museologia social e educação.

O terceiro tema transversal, intitulado “**Formação e capacitação**”, possuía como diretriz fortalecer o sistema de formação e capacitação teórica e tecnicamente por meio da oferta de cursos e materiais de apoio a equipes e gestores dos museus comunitários, ecomuseus e Pontos de Memória. Pretendia-se esta capacitação através da garantia de recursos financeiros em todas as esferas governamentais, visando à integração das políticas de formação e capacitação das equipes gestoras, técnicos e agentes do setor.

Outra estratégia para o eixo era a **utilização de rubricas orçamentárias** específicas em todas as esferas governamentais, uma por ente federativo, durante a década de 2010, além da criação de um sistema integrado de formação e capacitação por meio de conferências, fóruns, encontros, congressos, oficinas, cursos e trocas de experiências presencialmente e à distância.

Essa questão será observada através do trabalho de campo, buscando-se responder a algumas ponderações que não ficam claras ao leitor a partir da análise do texto do PNSM. Afinal, indaga-se como funcionam estas ações de integração e capacitação garantidas pelos entes governamentais aos Pontos de Memória? Como e onde são realizados esses fóruns e conferências? Como estes espaços/ações têm acesso a este tipo de capacitação? Como a comunidade se beneficia da ação proposta? A ação proposta foi, e é, de fato implementada?

Para a valorização da diversidade na formação e capacitação foi proposto o **mapeamento e diagnóstico bienal das potencialidades das ações e dos agentes** que as desenvolviam até 2020. Esperava-se que a publicação nos mais variados meios e suportes, o mapeamento, o diagnóstico e as experiências das iniciativas populares de musealização através de publicações também bienais cumprissem esta função.

As propostas relacionam-se com aquelas observadas na publicação oficial sobre o Programa, onde previa-se a difusão de produtos de comunicação em esfera regional, nacional e internacional, conforme observado anteriormente. Apesar disso, não se encontrou nenhuma publicação oficial sobre o Programa Pontos de Memória ou sobre qualquer ação realizada pelos PMS, com exceção da publicação citada anteriormente, referente ao ano 2016. Ao observar esta única publicação não foi possível encontrar nenhum indício da existência de um diagnóstico bienal, pois, conforme discutido, os textos não foram atualizados com informações posteriores de 2014 ou de 2016, por exemplo.

O quarto tema transversal **“Educação e ação social”** teve como diretriz estimular, fomentar e assegurar ações socioeducativas que ampliassem o conceito e a prática da educação vigente valorizando o saber popular e considerando as potencialidades, especificidades e diversidades dos territórios socioculturais e ambientais.

A estratégia proposta para tanto foi a de identificar, diagnosticar e mapear os saberes e fazeres locais através de atividades de pesquisa dos hábitos, costumes e tradições da comunidade local, registrando os fazeres e saberes, valorizando a memória dos diferentes grupos sociais e elaborando-se, em conjunto com os membros das comunidades, atividades que estimulem o desenvolvimento.

Esta estratégia é semelhante àquela aplicada aos Pontos de Memória referente ao inventário participativo, e possivelmente partiram de articulações conjuntas. Mas questiona-se, novamente, como é realizado o inventário participativo nesses novos Pontos de Memória surgidos com o caráter de ações e não de espaços de memória físicos.

O tema transversal **“Modernização e segurança”** trazia em sua diretriz a ideia de assegurar recursos materiais e humanos nas políticas públicas para promover a inclusão tecnológica e a qualidade de vida local como condições de modernidade e segurança nos museus comunitários, ecomuseus e Pontos de

Memória. Buscou-se como estratégia de realização a criação de editais para aquisição de recursos tecnológicos, garantindo a capacitação das comunidades nos processos de gestão museal e na interlocução entre museu e público.

Para tanto pretendeu-se a aquisição de um “**kit modernidade**”¹³ composto por dois computadores, uma impressora multifuncional, um notebook, uma filmadora, um microfone, uma aparelhagem de som, um gravador, um projetor (*datashow*) e uma máquina fotográfica digital em todos os museus comunitários, ecomuseus e Pontos de Memória, bem como a capacitação, através de oficinas, para o uso das novas tecnologias.

É interessante que haja sim o acesso tecnológico e a capacitação das comunidades para a utilização destes recursos. Mas este título traz a impressão de que, se não houver este acesso aos recursos tecnológicos proporcionados pelo kit, os Pontos de Memória, museus comunitários e ecomuseus não integrarão o conjunto da “modernidade”. Recursos tecnológicos são interessantes, mas não são a única forma de se obter a apropriação do patrimônio local pela comunidade.

O PNSM também buscava, nesse eixo setorial, garantir a segurança patrimonial e humana, minimizando os fatores de risco, capacitando a comunidade local para desenvolver o inventário e o controle do seu patrimônio cultural através da capacitação semestral, de modo que cada museu teria dois anos, a partir de 2012, para realizar essa capacitação.

O tema transversal seis, “Economia dos museus”, possui como diretriz promover políticas públicas que reconheçam e assegurem a função social dos museus comunitários, ecomuseus e Pontos de Memória. Visa, assim, garantir o financiamento regular nos âmbitos federal, estadual, municipal e distrital incentivando, ainda, a participação popular.

Por configurar-se como programa do MinC, sua principal estratégia busca institucionalizar os mecanismos de financiamento e apoio aos Pontos de Memória, museus comunitários e ecomuseus por meio, por exemplo, da criação de uma rubrica com destinação orçamentária do MinC para as ações destes espaços, assegurando também o apoio técnico para elaboração de projetos de sustentabilidade por parte destas entidades até o ano de 2013.

¹³ Conforme consta no texto oficial do Plano Nacional Setorial de Museus (IBRAM, 2012).

Ressalta-se, contudo, que qualquer esforço para a implantação de estratégia de institucionalização não se realiza sem que haja um custo muito alto ao conceito de protagonismo comunitário nestes espaços, sobretudo no que diz respeito aos museus comunitários. Além disso, a referida estratégia via MinC possivelmente não foi implementada devido à ausência de destinação orçamentária fixa e contínua para os Pontos de Memória, financiados apenas pelo prêmio de R\$ 30.000,00 previsto nos editais.

A segunda estratégia identificada visava criar um intercâmbio entre os agentes populares envolvidos nos Pontos de Memória, museus comunitários e ecomuseus por meio de programas de economia solidária voltados à geração de trabalho e renda que beneficiem a comunidade envolvida.

Neste sentido é que IBRAM e Secretaria Nacional de Economia Solidária (SNES) buscaram envolver representantes dos Pontos de Memória, museus comunitários e ecomuseus na realização de um seminário nacional voltado à identificação das potencialidades para a articulação de ações conjuntas, além da capacitação das equipes atuantes nestes locais em áreas como economia solidária, gestão de empreendimentos solidários e desenvolvimento local.

Dentre os temas transversais observados, a proposta de articulação conjunta entre a SNES aproxima-se de uma solução interessante para alcançar os objetivos sugeridos nos eixos estruturantes, ou seja, a valorização das comunidades em seu diferencial para a geração de empreendimentos solidários congrega de fato as partes envolvidas.

Apesar de se reconhecer esse tema como uma proposta bastante interessante, nos Pontos de Memória iniciais não foi possível perceber impacto dessas articulações de capacitação. Este parâmetro foi, também, um ponto de extrema relevância para observar os PMs do estado do Rio Grande do Sul no que tange ao seu funcionamento quanto à sustentabilidade institucional dos Pontos de Memória que sejam espaços de memória físicos em contraste com aqueles PMs configurados como ações não permanentes.

O sétimo tema transversal, “**Acessibilidade e sustentabilidade ambiental**”, possui como diretriz assegurar políticas inclusivas por meio de programas de acessibilidade que considerem os limites físicos, simbólicos e cognitivos, além da sustentabilidade ambiental visando promover interação com atores locais e ações de valorização dos recursos culturais e naturais para a sustentabilidade. O PNSM

pretendeu desenvolver, assim, programas de acessibilidade aos patrimônios, promovendo a integração com o meio social através da criação de linhas de fomento para a execução de programas de acessibilidade e criação de programas educacionais de reconhecimento e valorização ambiental e patrimonial com a comunidade.

O tema transversal denominado “**Comunicação e exposições**” propõe criar uma política de fortalecimento dos processos de comunicação e exposição das instituições. A estratégia proposta pretende identificar e capacitar agentes mediadores da comunidade por meio da identificação e do cadastramento das potencialidades humanas voltadas às exposições e aos processos comunicativos dos museus através da difusão de valores, por meio de um diálogo com a sociedade, visando ao reconhecimento regional, nacional e internacional.

As ações voltadas para realizar esta estratégia abarcavam a promoção de cursos e oficinas de capacitação dos agentes mediadores da comunidade; a utilização de diferentes meios midiáticos para a divulgação dos eventos promovidos pelos museus comunitários, ecomuseus e Pontos de Memória, e a organização de um portal eletrônico, vinculado ao MinC, por meio do IBRAM, prevendo uma página para cada Ponto de Memória, ecomuseu e museu comunitário até 2020.

Conforme comentado, até o início de 2017 não foi verificado o lançamento de tal plataforma de divulgação, nem das ações realizadas pelos Pontos de Memória ou uma lista dos 137 Pontos de Memória nacionais e internacionais. Para se ter acesso a estes dados simples, como nome e localização dos PM, é necessário observar a lista de contemplados em cada um dos editais existentes. Muitos PM não possuem nenhum tipo de forma de contato, sendo praticamente impossível para a população em nível local, regional, nacional ou internacional aceder a qualquer conhecimento das ações por eles realizadas. A falta de transparência no que tange ao desenvolvimento das práticas nestes espaços abre um precedente perigoso no que diz respeito ao acompanhamento e monitoramento das ações ditas comunitárias, dificultando o aprimoramento mesmo das políticas públicas voltadas para este fim.

O tema transversal “**Pesquisa e inovação**” ambiciona democratizar o processo de produção de pesquisa nos museus comunitários, ecomuseus e Pontos de Memória. Para tal fim propõe garantir que as pesquisas científicas sejam participativas a partir da contribuição das comunidades, em parceria com instituições de ensino superior, ensino técnico-científico e centros de pesquisa, que devem

realizar o treinamento de pesquisadores em técnicas de pesquisa participativa através de dois eventos de treinamento por ano até 2020, bem como realizar a capacitação das comunidades para a participação efetiva na produção do conhecimento científico. Houve o projeto de fomentar a elaboração de pesquisas pela comunidade com vistas ao desenvolvimento e aproveitamento do potencial local e pautado na criação e viabilização de grupos de pesquisadores na comunidade por meio de editais públicos anuais que subsidiassem tais produções inovadoras.

Nota-se que alguns dos Pontos de Memória do Rio Grande do Sul têm apoio de instituições de ensino e pesquisa, como o Ponto de Memória África no Arquivo, o que reitera a importância desta dissertação considerar como parâmetros este e outros eixos. Interessou-nos, pois, saber se essas pesquisas científicas, realizadas sobre as ações desenvolvidas por esses Pontos de Memória, possuem algum tipo de participação das comunidades, e se esse tipo de participação é exigido pelo IBRAM através, por exemplo, da obrigatoriedade da avaliação bienal prevista nos documentos para cumprir as estratégias e objetivos sugeridos no texto do PNSM.

Conforme observado no PNSM, os Pontos de Memória apresentam para o IBRAM um *status* similar aos dos museus comunitários e ecomuseus, tanto que as medidas estratégicas propostas para ambos são exatamente as mesmas. Observou-se também a importância dos recursos governamentais para pensar todos os eixos setoriais destes espaços. Além disso, confirmou-se a não realização de muitas das estratégias propostas nas metas temporais estabelecidas pelos Plano.

A relação entre o Programa Pontos de Memória e a OEI, tendo-se em vista a importância dessa parceria para a execução da primeira etapa do projeto em 2011, será foco do próximo subcapítulo dada a relevância desta parceria que garantiu a ampla divulgação do PPM em livro (OEI, 2016), sites e mídias sociais.

3.2.2 A Organização dos Estados Ibero-Americanos para a educação, a Ciência e a Cultura (OEI)

Para se compreender melhor o convênio entre o MinC e a OEI no que diz respeito ao Programa Pontos de Memória, deve-se observar as funções da Organização e contextualizar a sua fundação.

A partir da criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, surgem outros organismos intergovernamentais de caráter autônomo e funcionamento similares, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Liga Árabe e a Organização de Estados Ibero-Americanos para Educação, Ciência e Cultura (OEI) (RUBIM, A. A. C; PITOMBO; RUBIM, I. , 2005, p. 4).

Estas entidades possuem papéis bastante significativos na atualidade, sendo inclusive formadores de agendas públicas internacionais. Muitas vezes, esses organismos “acabam funcionando como “superlegislaturas”, portadoras de legitimidade internacional” (PITOMBO, 2007, p.8).

Um exemplo dessa atuação seria a colaboração para assistência técnica da UNESCO, com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) (CASTRO, 2005, p. 91), que estabelece parâmetros mundiais para questões relacionadas aos temas concernentes. Essas entidades contribuem, também, para o processo de criação de outras agendas políticas mundiais em diversas áreas, como a cultural.

A OEI foi criada em 1949 sob a denominação de Escritório de Educação Ibero-americana, a partir do I Congresso Ibero-americano de Educação celebrado em Madri. Segundo o texto oficial encontrado no site da Organização, em 1954, no II Congresso Ibero-americano de Educação, em Quito, a OEI passou a constituir um organismo intergovernamental, integrado por Estados soberanos, e em 1957, no III Congresso Ibero-americano de Educação, em Santo Domingo, foram formulados os seus primeiros Estatutos.

No ano de 1985, em Bogotá, decidiu-se alterar a denominação de “Escritório de Educação Ibero-americana” para a atual denominação de “Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura”, conservando as siglas e ampliando os seus objetivos. Alterou-se também o órgão supremo de governo de “Congresso Ibero-americano de Educação” para “Assembleia Geral”. Em dezembro do mesmo ano, durante a 60ª Reunião do Conselho Diretivo, realizada no Panamá, foram elaborados os atuais Estatutos da OEI, que substituíram o texto estatutário de 1957, assim como foi aprovado o atual Regulamento Orgânico.

A partir da I Conferência Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, em 1991 na cidade de Guadalajara, a OEI promoveu e convocou as Conferências de Ministros de Educação, encarregando-se também de programas educativos,

científicos ou culturais. Segundo o seu estatuto¹⁴, a OEI trata-se de um organismo Internacional de caráter governamental para a cooperação entre os países ibero-americanos nos campos da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura no contexto do desenvolvimento integral. Possui como fins gerais:

- a) Contribuir a fortalecer o conhecimento, a compreensão mútua, a integração, a solidariedade e a paz entre os povos ibero-americanos através da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura;
- b) Colaborar com os Estados Membros na ação tendente a que os sistemas educativos cumpram com o triplo acometimento: humanista (...), social e de democratização;
- c) Promover e cooperar com os Estados Membros nas atividades orientadas à elevação dos níveis educativo, científico, tecnológico e cultural;
- d) Fomentar a educação como alternativa válida e viável para a construção da paz (...);
- e) Estimular e sugerir medidas encaminhadas à obtenção da aspiração dos povos ibero-americanos para sua integração educativa, cultural, científica e tecnológica;
- f) Promover o vínculo dos planos da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura (...);
- g) Promover e realizar programas de cooperação horizontal entre os Estados Membros e destes com os Estados e instituições de outras regiões;
- h) Cooperar com os Estados Membros para assegurar a inserção do processo educativo no contexto histórico-cultural dos povos ibero-americanos, respeitando a identidade comum e a pluralidade cultural da Comunidade Ibero-americana, de grande variedade e riqueza;
- i) Contribuir à difusão das línguas espanhola e portuguesa (...) e
- j) Colaborar estreita e coordenadamente com os organismos governamentais que se ocupam da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura (...)

São Estados-Membros de pleno direito e observadores a Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Guiné Equatorial, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela.

A sede central da OEI localiza-se em Madri, Espanha, mas o Órgão também conta com Escritórios Regionais na Argentina, na Bolívia, no Brasil, no Chile, na Colômbia, na Costa Rica, na República Dominicana, no Equador, em El Salvador, na Guatemala, em Honduras, no México, na Nicarágua, no Panamá, no Paraguai, no Peru e no Uruguai, conforme pode ser observado no mapa (Figura 5):

¹⁴ A consulta para o texto integral está disponível em: <<https://oei.org.br/page/Estatuto-da-OEI>> Acesso em 10 mai 2017.



Figura 5 – Países que abrigam a Sede Central e os Escritórios Regionais da OEE.
Disponível em: <<https://oei.org.br/sedes>> Acesso em 15 abr. 2017.

A estrutura de governo da OEE é exercida através da Assembleia Geral, que é a suprema autoridade da Organização e integrada por Representantes ou Delegações oficiais dos Estados-Membros. Possui o poder de instância legislativa, estabelecendo as políticas gerais da OEE, além de estudar, avaliar e aprovar o Plano de Atividades da Organização, o Programa e o Orçamento globais fixando as quotas anuais. Também é responsável por eleger o Secretário-Geral da OEE, que atua como diretor geral.

O Conselho Diretivo, órgão delegado da Assembleia Geral para o controle do governo e da Administração da OEE, integra-se por Ministros de Educação dos Estados-Membros ou seus representantes, presidido pelo Ministro de Educação do país onde deve ser celebrada a próxima reunião da Assembleia Geral. Sua principal função é considerar e aprovar o relatório de atividades, o Programa e o Orçamento bienal garantindo a saúde financeira da Organização.

A Secretaria Geral – órgão delegado permanente da Assembleia Geral para a direção executiva da OEE e estruturado internamente por um sistema de organização flexível, adaptado às políticas, às estratégias e ao Plano de Atividades – ostenta a sua apresentação nas relações com os Governos, com as organizações

internacionais e com outras instituições. Sua função é a direção técnica e administrativa da Organização e a execução dos programas e projetos.

Em substituição ao espanhol Álvaro Marchesi, que esteve no cargo de Secretário-Geral da OEI nos últimos oito anos, a gestão para o período 2015-2018 ficou a cargo do brasileiro Paulo Speller, junto ao secretário mexicano da Educação, Emilio Chuayffet, designado presidente do Conselho Diretivo da OEI para o mesmo período.

Como observado por Rubim, A., Pitombo e Rubim, I. (2005), na área específica da cultura a OEI desenvolve um programa denominado *Ibero-América: unidade cultural na diversidade*, que tem por propósito gerar e potencializar o diálogo de culturas para a resolução de conflitos e a convivência democrática, incentivando uma maior centralidade das políticas públicas de cultura e otimizando a formulação e implementação de políticas culturais. Suas ações calcam-se no desenvolvimento de atividades referentes à inventariação e sistematização de dados relativos às políticas culturais dos países ibero-americanos, além da formação e capacitação de recursos humanos voltados para gestão cultural.

Segundo o site do Ministério da Educação, as ações desenvolvidas pela OEI, têm como linha norteadora o documento “Metas Educativas 2021: a educação que queremos para a geração dos bicentenários”, que reúne as 11 metas idealizadas pelos Ministros da Educação dos seus Estados membros¹⁵.

Outro documento importante especificamente para a questão da cultura denomina-se “Carta Cultural Ibero-americana” e foi adotado pela XVI Cimeira Ibero-americana de Montevideu¹⁶. Esta Carta possui como fins:

(...) afirmar o valor central da cultura como base indispensável para o desenvolvimento integral do ser humano e para a superação da pobreza e da desigualdade promover e proteger a diversidade cultural que é origem e fundamento da cultura ibero-americana, assim como a multiplicidade de identidades, línguas e tradições que a conformam e a enriquecem; consolidar o espaço cultural ibero-americano como um âmbito próprio e singular, com base na solidariedade, no respeito mútuo, na soberania, no acesso plural ao conhecimento e à cultura, e no intercâmbio cultural; facilitar os intercâmbios de bens e serviços culturais no espaço cultural ibero-americano; incentivar laços de solidariedade e de cooperação do espaço cultural ibero-americano com outras regiões do mundo, assim como promover o diálogo intercultural entre todos os povos; e fomentar a proteção

¹⁵ O documento na íntegra disponível em: <<http://www.oei.es/historico/metas2021/libro.htm>> Acesso em 23 fev. 2017.

¹⁶ Mais informações disponíveis em: <<http://culturasiberoamericanas.org/>> Acesso em 22 fev. 2017.

e a divulgação do patrimônio cultural e natural, material e imaterial ibero-americano por meio da cooperação entre os países (OEI, 2006, p.4)

A Carta possui seis princípios (Quadro 3), todos estritamente relacionados com os princípios/eixos abordados pelo PNSM.

Quadro 3 – Princípios norteadores da “Carta Cultural Ibero-americana” (OEI, 2005). Elaborado pela autora, 2018.

PRINCÍPIOS	DEFINIÇÃO E OBJETIVOS
Reconhecimento e proteção dos direitos culturais	Possibilitar a existência de mecanismos que permitam e facilitem, a todos os indivíduos e grupos, a realização de suas capacidades criativas, assim como o acesso, a participação e a fruição da cultura
Participação	Prevê que a participação dos cidadãos é essencial para o desenvolvimento das culturas no espaço cultural ibero-americano
Solidariedade e cooperação	Prevê a solidariedade entre os povos e países promove a construção de sociedades mais justas e equitativas numa comunidade ibero-americana com menores assimetrias
Abertura e equidade	Determina que se deve facilitar a cooperação para a circulação e os intercâmbios em matéria cultural
Transversalidade	Prevê que as atuações públicas, devem considerar a cultura para o fomento da diversidade e da consolidação do espaço cultural ibero-americano
Complementaridade	Define que os programas e as ações culturais devem refletir a complementaridade existente entre o econômico, o social e o cultural

Sobre a carta, publicou-se documento denominado “*Avanzar en la construcción de un Espacio Cultural compartido - Desarrollo de la Carta Cultural Iberoamericana*” (OEI, 2012a), que aborda uma observação sobre a Carta Cultural ressaltando a diversidade da Ibero-América a partir das diversas línguas, culturas e etnias que a compõe:

A Carta Cultural Ibero-americana sintetizou em seu breve texto esse sentimento coletivo e na região proposta Declaração conjunta sobre a Diversidade Cultural da UNESCO, em 2001, e da Convenção posterior sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Ele também propôs a canal e continuidade às experiências e estratégias de cooperação internacional desenvolvidas pela Secretaria Geral Iberoamericana (SEGIB) e da Organização dos Estados Americanos (OEI). Os seus principais objetivos podem ser resumidos em três imperativos, a saber: afirmar o valor central da cultura para o desenvolvimento humano,

promover e proteger a diversidade cultural e consolidar o espaço cultural ibero-americano (OEI, 2008, p. 2).

Diz-se, no mesmo documento, que a maior dificuldade para alcançar estes objetivos é a grande desigualdade de acesso cultural, econômico e educacional, especialmente das populações indígenas, afrodescendentes e imigrantes, grupos também trabalhados pelo Programa Pontos de Memória no tocante à exposição das memórias desses grupos considerados socialmente excluídos. Ainda, para a OEI

(...) É imperativo, portanto, incentivar a reflexão sobre o papel da cultura no desenvolvimento dos povos em uma penetração cada vez mais globalizada e cada vez maior de tecnologias no mundo de sociedades multiculturais. Tal reflexão deverá contribuir para uma ação transformadora que concede a centralidade necessária da cultura no progresso dos povos e do bem-estar e boa vida dos cidadãos (OEI, 2008, p.2).

Para alcançar os fins almejados através dos princípios comentados existem alguns eixos onde os Programas Culturais se enquadram. Dentre estes eixos, o de principal interesse para esta pesquisa denomina-se “**Gestão cultural do patrimônio**” e possui a finalidade de analisar e sistematizar as experiências sobre gestão do patrimônio, difundindo formas de conceituação de patrimônio cultural, bem como incentivando a pesquisa e a capacitação na área.

Para observar melhor estas ações, buscou-se também os livros orçamentários da organização voltados para a área da cultura. A publicação é extremamente completa, com todas as ações apoiadas pela OEI na Ibero-América, trazendo um breve resumo de cada uma através da visão da OEI. Nesta pesquisa centrou-se a leitura nas ações realizadas no Brasil pelo IBRAM, sobretudo o Programa Pontos de Memória.

No que concerne ao PPM, no orçamento de 2013-2014 comenta-se que a OEI continuou, durante o biênio, a participar no Programa como um membro do *Comité Intergubernacional Ibero-museos*, em conjunto com a SEGIB para a promoção de articulações e políticas museológicas voltadas à América Latina. Além disso, o Escritório OEI no Brasil continuou a prestar apoio ao longo dos anos para o trabalho realizado na Unidade Técnica do Programa, localizada em Brasília.

Para A. Rubim, Pitombo e I. Rubim (2005), o projeto IBERMUSEUS¹⁷ objetiva a criação e articulação de uma rede de museus e instituições afins para incentivar a cooperação e favorecer um maior conhecimento da produção e das manifestações artísticas dos países da Ibero-América. No texto oficial da OEI, constante nos livros orçamentários, encontra-se a afirmativa de que é através do IBERMUSEOS que se mantém um desenvolvimento institucional colaborativo e técnico-operacional para os projetos de expansão e consolidação com a memória social do Brasil, através do Programa Pontos de Memória, onde inclusive realiza a gestão dos fundos do programa em colaboração com a Unidade Técnica do Programa (OEI, 2012b, p.101).

A publicação do orçamento e dos planos orçamentários da OEI permitiu a análise de diversos dados, como a consulta de todas as verbas utilizadas para o Programa Pontos de Memória em 2011-2012, atentando também para a verba destinada ao programa IBERMUSEOS, que possui uma relação importante com o PPM, inclusive na gestão de fundos, conforme pode ser observado Tabela 3:

Tabela 3 – Sistematização orçamentária dos programas executados entre os anos de 2011 e 2016 com recursos da OEI visando alcançar as metas estabelecidas até 2021. Elaborado pela autora, 2018.

Tema do Projeto	País de execução	Entidade financiadora	Recursos executados	Ano da execução
IBERMUSEUS	Brasil	Conselho Intergovernamental Iberoamericano	R\$ 2.936.703,00	2011-2012
			R\$ 342.083,00	2013-2014
IBERMUSEUS Fomento e articulação de políticas públicas em museus	Brasil	Países membros	R\$ 422.008,30	2016
IBRAM I Ponto de Memória	Brasil	Instituto Brasileiro de Museus	R\$ 1.315.756,00	2011-2012
IBRAM II – GE Instituto Brasileiro de Museus	Brasil	Ministério da Educação e Cultura	R\$ 256.540,00	2016

Fonte: <http://www.oei.org.br/pyp>

O biênio de 2011-2012 incluiu a implementação do Programa Pontos de Memória através de iniciativa pioneira. O financiamento do Programa totalizou R\$

¹⁷ Mais informações disponíveis em: <http://www.iber museos.org/pt/> Acesso em 15 abr. 2017.

1.315.756,00 cuja agência financiadora foi o Ministério da Cultura, além de R\$ 2.936.703 para o IBERMUSEOS, cuja agência financiadora foi o Conselho do IBERMUSEOS que, conforme observado, também realiza ações envolvendo o Programa Pontos de Memória. Nota-se na tabela acima que no plano orçamentário para o biênio de 2013-2014, apesar da comentada ampliação exponencial do Programa Pontos de Memória com a abertura dos primeiros editais não houve uma destinação específica de verbas para o PPM neste biênio, enquanto que para o IBERMUSEOS a destinação foi de R\$ 342.083,00. A agência financiadora desta ação, conforme consta na tabela, é o Conselho do IBERMUSEOS.

Não há disponível uma publicação para o ano de 2015, saltando a prestação para o ano de 2016 já apontando previsões para 2017. Observou-se, assim, as ações desenvolvidas pela OEI em parceria com o IBRAM no ano de 2016, sistematizadas na tabela supracitada.

Consta que o IBRAM I-PM (forma como o Programa Pontos de Memória é tratado pela OEI) se trata de uma ação que busca

(...) orientar, manter e melhorar os instrumentos de gestão e operacionais a expansão e consolidação de estruturas de suporte cognitivo e metodológico comunidades que atuam com a memória social do Brasil. Para este fim atividades estão ligadas que buscam definir a base conceitual e metodológica da memória social e sobre implementação de relações comunitárias e desenvolvimento do Pontos de Memória. Comenta-se também que a ação prevê a formação de agentes de memória, membros da comunidade, bem como a formulação e implementação de processos e ferramentas de planejamento, validação, implementação e suporte dos Pontos de Memória (OEI, 2016, p. 155).

Posteriormente, há o que parece ser um texto mais antigo sobre o Programa, ainda da época em que o mesmo estava sob os cuidados do IPHAN/DEMU, apesar da publicação ser de 2016. Afirma-se que:

A proposta [dos PPM] é ampliar a capacidade institucional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), através do Departamento de Museus (DEMU) para agir de forma consistente. A iniciativa tem em vista a necessidade de resolver as deficiências para a existência de uma concepção do processo para satisfazer trabalho específico na escala que corresponde ao conjunto de comunidades que promovem ações da memória social no Brasil (OEI, 2016, p.155).

Encontrou-se também nesta publicação planilha orçamentária do ano de 2016 (vide Tabela 3 acima), onde novamente não houve a destinação clara para o Programa Pontos de Memória como biênio de 2011-2012, mas consta orçamento para o IBERMUSEOS na ordem de R\$ 422.008,30. Conforme pode ser observado nesta tabela, a agência financiadora desta ação são os países membros.

Expostas estas informações, este capítulo buscou trazer uma primeira parte do que será uma análise crítica da política pública para a cultura denominada Programa Pontos de Memória, através da observação das articulações dos discursos das partes envolvidas.

Tratou-se de uma análise sobre o PPM tendo como fontes principais o documento formal do Projeto do Programa Pontos de Memória, as notícias sobre o Programa disponíveis no site do Ministério da Cultura e do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), o Plano Nacional Setorial de Museus e o site da Organização dos Estados Ibero-americanos para a educação, a ciência e a cultura (OEI) através de uma metodologia de análise de políticas públicas.

O capítulo propôs, através do histórico do Programa Pontos de Memória, dos discursos oficiais apresentados pelos órgãos responsáveis pela sua criação sobre o Programa e de um estudo das parcerias que o compõe, responder às perguntas de caráter explicativo “o que/como é” visando uma análise de políticas públicas sobre o Programa. Assim, estruturou-se textualmente o que serão as bases argumentativas para os próximos capítulos, bem como destacar destacou-se pontos relevantes que serão utilizados para a observação do trabalho de campo.

As informações até agora relatadas e adensadas nesta pesquisa constituem um conjunto de dados que demonstra a importância e a forma como o Programa participa da agenda política do Instituto Brasileiro de Museus. Observa-se também que, dentro do Plano Nacional Setorial de Museus (IBRAM, 2012), os Pontos de Memória encontram-se exatamente na mesma categoria dos museus comunitários e ecomuseus, e que inclusive o PNSM foi pensado em articulação com o Programa.

A partir dessa análise também ficou clara a importância dos recursos públicos não apenas para a implementação, mas sobretudo para a manutenção destes espaços e ações garantindo a diversidade de vozes e representações comunitárias nestes locais de cultura. Iniciadas as ações e os esforços para a criação de um Ponto de Memória, a ausência de destinações regulares de verba para a manutenção destes espaços parece contradizer a proposta inicial de valorizar as

iniciativas através de seu diferencial visando alcançar a almejada sustentabilidade institucional.

Tal visão é compartilhada e corroborada pela OEI, que traz em seus livros orçamentários textos relativos ao Programa Pontos de Memória, que abordam o PPM como um exemplo da museologia social no Brasil. Nota-se que foi verificado que a OEI apoia o Programa em duas frentes distintas: no apoio ao IBRAM-I PM (Pontos de Memória) e através do programa IBERMUSEUS.

O Próximo capítulo buscará fazer uma análise prática de todas as questões que discutidas até então investigando dados coletados em trabalho de campo.

4 Os Pontos de Memória no contexto sul-rio-grandense

Para analisar o Programa, conforme comentado anteriormente, manteve-se atenção em alguns pontos considerados de grande relevância para esta pesquisa, motivada pelas seguintes indagações: existe um trabalho museológico sendo realizado por estes Pontos de Memória? A metodologia é de fato participativa, conforme sugere a publicação oficial do IBRAM de 2015? As metas estabelecidas para os Pontos de Memória através do Plano Nacional Setorial de Museus foram cumpridas com sucesso? Como funciona a articulação entre estes espaços?

Para tanto, e almejando-se obter um panorama mais geral e completo dos Pontos de Memória localizados no estado do Rio Grande do Sul, optou-se por uma metodologia que incluiu trabalhos de campo, entrevistas e questionários enviados por e-mail, além da análise de toda a documentação encontrada sobre os projetos enviados como candidaturas nos editais do IBRAM.

Foram realizados trabalhos de campo com entrevistas orais no Ponto de Memória África no Arquivo e no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre; no Ponto de Memória Missioneira, em São Miguel das Missões e no Ponto de Memória TV OVO, localizado em Santa Maria.

A seleção destes espaços para uma análise mais aprofundada deu-se por abranger basicamente todas as tipologias de Pontos de Memória que poderiam ser encontradas no estado: a) Aqueles vinculados a instituições maiores, como o África no Arquivo; b) Os que configuravam ações temporárias dentro de outros projetos, como o TV OVO, c) além de outros que mais se assemelhavam a iniciativas museológicas, como o Missioneira.

Inicialmente planejava-se participar e interagir com as atividades realizadas por estes espaços enquanto ações de trabalho de campo. Porém, conforme observado neste capítulo, apenas uma das iniciativas estava em pleno funcionamento quando da realização desta pesquisa. As demais ocorreram durante um espaço limitado de tempo e não se encaixaram no cronograma da pesquisa.

Nos Pontos de Memória nos quais não foi possível fazer a pesquisa *in loco* optou-se pelo envio de questionário com as mesmas perguntas realizadas nas

entrevistas presenciais, além da busca e consulta aos projetos enviados pelas instituições para concorrer aos editais do PPM.

Considerando o caráter de trabalho de campo, faz-se necessário pontuar que este capítulo, em especial, transita entre o olhar acadêmico e as vivências da pesquisadora, de forma a apresentar-se mais bem como um relato no qual abordam-se todos os temas discutidos com os entrevistados relacionando-os ao material ao qual foi possível o acesso.

No mapa abaixo (Figura 6), é possível observar a localização dos Pontos de Memória sul-rio-grandenses que foram presencialmente visitados ou contatados através de veículos digitais, além do caso do Ponto de Memória da Casa de Cultura do Litoral Boizinho da Praia, discutido no decorrer deste capítulo.

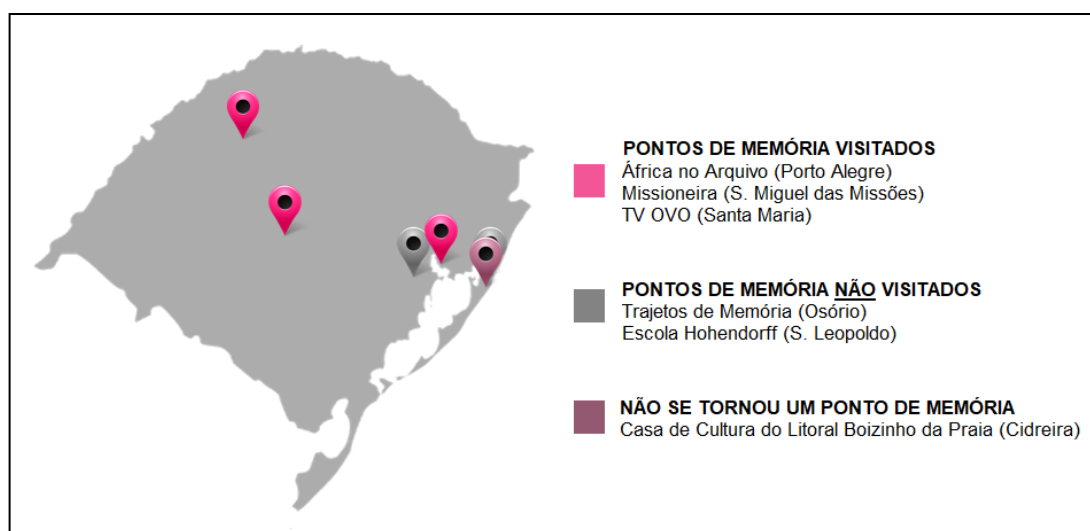


Figura 6 – Mapa indicando a localização dos Pontos de Memória no estado do Rio Grande do Sul. Elaborado pela autora, 2017.

Este capítulo pretende analisar os Pontos de Memória estudados relacionando-os com as propostas do IBRAM, tanto em suas publicações oficiais quanto nas metas estabelecidas para os Pontos de Memória através do Plano Nacional Setorial de Museus.

4.1 Análise dos Pontos de Memória

4.1.1 Ponto de Memória África no Arquivo

Localizado em Porto Alegre (Figura 7), este Ponto de Memória é fruto de ação realizada pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), instituição vinculada como Departamento à Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos.



Figura 7 – Localização do município de Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul.
Fonte: Googlemaps, 2010.

Segundo informações de seu site oficial¹⁸, ao APERS compete implantar políticas arquivísticas no Estado, atuando como órgão de coordenação do Sistema de Arquivo do Estado (SIARQ/RS).

Criado em 8 de março de 1906 pelo Decreto n. 876, assinado pelo então Presidente do Estado, Antônio Augusto Borges de Medeiros, originalmente denominava-se Repartição de Arquivo Público, Estatística e Biblioteca do Estado do Rio Grande do Sul e se subordinava à Secretaria do Interior e Exterior. À época, o decreto concedeu ao Arquivo a responsabilidade de “adquirir e conservar, sob classificação sistemática, todos os documentos concernentes à legislação, à administração, à história, à geografia, às artes e indústrias do Rio Grande do Sul”.

¹⁸ Disponível em: <<http://www.apers.rs.gov.br/portal/>> Acesso em 15 out. 2018.

Desde a sua origem o Arquivo possuiu outras sedes, além de abrigar também o acervo do que é hoje o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul¹⁹.

Em 1999, o Arquivo Público passou a efetivar sua configuração física atual (Figura 8), sendo composto por três prédios localizados à Rua Riachuelo, nº. 1031, construídos e destinados especificamente para tal função.



Figura 8 – Placa de identificação na fachada da sede do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Foto: Joana Berwanger/Sul21, 2018. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/01/arquivo-publico-guarda-21-milhoes-de-documentos-no-centro-de-porto-alegre/>>

Segundo Clarissa Sommer Alves, historiadora do APERS, a instituição busca sempre formas de financiamento de projetos através da captação de recursos em editais:

(...) A presidência da associação [dos Amigos do APERS] observou a abertura do edital e enviou para mim, e decidimos concorrer. Mas sempre estávamos procurando [editais], o problema é que na área de arquivos a gente tem uma debilidade de formas de incentivo, não existe um Instituto Brasileiro de Arquivos como existe o IBRAM, então foi bem positivo que eles tenham um aberto para que outras instituições, que não só museus, pudessem concorrer (informação verbal; ALVES, 2017)²⁰.

¹⁹ Disponível em: <<https://sedactel.rs.gov.br/ahrs>> Acesso em 14 out. 2018.

²⁰ Entrevista de Clarissa Sommer Alves concedida à pesquisadora no dia 11 de julho de 2017.

A decisão de inscrever o “África no Arquivo” deu-se através do fato da historiadora já trabalhar com a temática, de modo que outras ações neste sentido já haviam sido desenvolvidas na instituição:

(...) Como eu trabalhava com essa temática africana, quando surgiu o edital do Programa Pontos de Memória ele estava relacionado à comunidade africana, a afrodescendente, ribeirinhos e quilombolas. Então decidimos adaptar e inscrever o projeto (informação verbal; ALVES, 2017).

O projeto enviado ao IBRAM, denominado “África no Arquivo: fontes de pesquisa & debates para a igualdade étnico-racial no Brasil” (Anexo B), possuía como objetivo consolidar e ampliar as ações desenvolvidas pelo Arquivo Público por intermédio ou em parceria com a Associação dos Amigos do APERS para preservar, difundir e ampliar o acesso a acervos que auxiliam o trabalho com a história da escravidão, suas consequências e perspectivas que envolvam esta história buscando, assim, contribuir para a produção de conhecimento, qualificação do ensino sobre história e cultura da África e afro-brasileira, além da construção de novas relações étnico-raciais em nosso estado e país.

Para alcançar este objetivo, o projeto propunha equipar o APERS com novos computadores, reeditar e distribuir os dez volumes de Catálogos Seletivos de Documentos da Escravidão²¹ e elaborar e distribuir às escolas públicas caixas pedagógicas²² que abordassem a história e cultura afro-brasileira a partir da temática da escravidão e liberdade, baseada em suas fontes documentais arquivísticas (Anexo B).

Conforme comentado, a inscrição no edital do IBRAM foi realizada através da Associação dos Amigos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (AAP-RS), criada em 1994 com o objetivo de despertar o interesse dos cidadãos para o conhecimento da herança cultural documentada, apoiando os projetos de melhoria de instalações e preservação do acervo. A parceria e o apoio da Associação tem sido uma importante ferramenta para que o Arquivo possa concorrer a editais governamentais.

Dentre os projetos e atividades desenvolvidos para a captação de recursos estão a realização do projeto “Preservação das Cartas de Liberdade”, bem como o

²¹ Maiores detalhes disponíveis em: <<https://arquivopublicors.wordpress.com/tag/catalogo-seletivo/>> Acesso em 11 abr. 2018.

²² Informações disponíveis em: <<http://www.apers.rs.gov.br/porta/index.php?menu=noticiadet&cod=305>> Acesso em 11 abr. 2018.

seu desdobramento no projeto “Documentos da Escravidão no RS”, que almejou preservar documentos originais em suporte papel (cartas de liberdade ou cartas de alforria) com patrocínio da PETROBRAS e apoio para a elaboração e publicação de catálogos seletivos de documentos via Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Arquivos Ibero-Americanos (ADAI), um fundo financeiro multilateral de fomento ao desenvolvimento de arquivos dos países ibero-americanos²³

Segundo o documento enviado ao IBRAM (Anexo B), estes projetos anteriores evidenciam o compromisso da AAP-RS e do APERS com a preservação e difusão da memória social sul-rio-grandense e brasileira, especialmente no que concerne à memória afro-brasileira e à temática étnico-racial, que vem sendo trabalhada tanto a partir da difusão do acervo já mencionado, quanto da organização de atividades culturais e educativas relativas à questão.

Nesse sentido, publicações como “Escravidão e Liberdade: fontes, reflexões e experiências de pesquisa”, de dezembro de 2010; a atividade “África no Arquivo: história, memória e consciência negra no Arquivo Público” realizada em novembro de 2011 em comemoração à Semana da Consciência Negra, contando com roda de “contação de histórias”, intervenções teatrais, exibições de filmes e apresentação de Capoeira, além do curso de formação para educadores “Aplicando a Lei 10.639: patrimônio, cultura e história da África e Afro-Brasileira”, realizado no APERS em novembro de 2012 em parceria com o Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e apoio financeiro da CAPES/Novos Talentos são ações que foram levadas a termo dentro do princípio de recuperação da memória da escravidão.

A ação do Ponto de Memória África no Arquivo no interior do APERS seria voltada para estudantes e professores da rede pública de ensino, com enfoque nas séries finais do Ensino Fundamental e pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais. Sobre estas iniciativas Clarissa comenta que

(...) a gente enfrenta uma contradição porque o acervo do arquivo é muito rico, e até que ponto não seria mais interessante trabalhar com a memória e cultura africanas no agora? Porque se a gente ficar trabalhando com a temática da escravidão acaba sempre por ficar reforçando esse estereótipo. Mas isso é uma coisa que eu penso, a maior parte das pessoas pensa apenas na documentação, na importância da documentação, e a gente

²³ Ver IBERARCHIVOS. Disponível em: <<http://www.iberarchivos.org/pt/>> Acesso em 09 de abr. 2018.

queria pensar em uma forma de usar essa documentação para destruir um pouco esse estereótipo. O arquivo já vinha se constituindo como uma instituição de memória, porque a gente já tinha uma oficina que acontecia aqui mas era muito restrita, eram poucas as turmas que a gente conseguia atender, então a gente queria ampliar isso. [As ações relatadas] era uma oportunidade interessante da gente utilizar uma parte do acervo para fazer esse trabalho (informação verbal; ALVES, 2017).

A caixa pedagógica produzida e intitulada “O Arquivo vai à Escola: documentos da escravidão no RS & debates para a igualdade étnico-racial” foi criada a partir do acervo salvaguardado pelo APERS e de entrevistas realizadas com pesquisadores que utilizam as fontes primárias deste Arquivo, além da participação de ativistas do movimento negro apresentando reproduções de documentos que falam do período em que havia escravidão no Brasil, utilizando-se de imagens, vídeos e propostas de atividades pedagógicas criadas a partir da análise destas fontes:

(...) estes documentos, ao lado de imagens, de vídeo produzidos com tomadas de cenas do Arquivo e com as entrevistas, e de referências ao patrimônio imaterial e à história oral, auxiliarão a problematizar o fazer historiográfico, as diversas fontes possíveis à produção do conhecimento histórico, a existência de diferentes suportes para a informação e diferentes memórias que tratam de um mesmo período (Anexo B).

As caixas seriam distribuídas gratuitamente nas escolas públicas de Porto Alegre e nos municípios mais populosos da região metropolitana, como Canoas, Viamão e Gravataí, podendo ser utilizadas por todos os professores e alunos. Estes kits pedagógicos (Figura 9) foram realizados com a verba destinada ao projeto via Pontos de Memória:

(...) [Foi] uma ideia ambiciosa. Pensamos em quantas escolas têm em cada município para atender Porto Alegre, Canoas, Viamão e Gravataí, que seriam os quatro municípios mais populosos da região metropolitana (...). Com os R\$ 30.000,00 do prêmio [aos PM a partir dos editais do IBRAM] não seria possível confeccionar todo o material didático, e por isso alguns convênios foram feitos com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através do Núcleo de Educação Patrimonial, para que lá na gráfica eles conseguissem imprimir as 650 caixas, os 650 documentos, cada um deles com cinco páginas... Então eram muitas cópias. Precisávamos, também, de outras parcerias. A gente conseguiu com a Marcenaria da nossa Secretaria, e eles ajudaram a fazer quase todas as caixas. Aí, no fim das contas sobrou um pouco de dinheiro e a gente mandou uma justificativa ao IBRAM aumentando em 50 o número de kits que a gente iria fazer (informação verbal; ALVES, 2017).



Figura 9 – Caixas pedagógicas “África No Arquivo”, confeccionadas para serem entregues a mais de 600 escolas do estado do Rio Grande do Sul. Foto: Acervo pessoal, 2017.

Por se configurar como uma ação de grande abrangência, acabou por encontrar dificuldades na distribuição das caixas (Figura 10) às escolas-alvo da proposta. Diante dos obstáculos buscou-se parcerias para o transporte dos materiais junto à Secretaria de Educação, como registra-se em relato, embora atualmente a retirada dos materiais esteja a cargo dos educadores interessados (Figura 11):

(...) infelizmente, o grande “calcanhar de Aquiles” para desenvolver o projeto [foi a distribuição dos materiais]. A gente tentou fazer um convênio com a Secretaria de Educação, porque como eles têm contato com todos os escaninhos de todas as escolas poderiam ajudar a distribuir, mandar uma para cada escola... Só que o problema é que foi bem na época em que trocou o governo, e agora o programa não estava entrando [na agenda] do Governo naquele ano. O fato é que a Secretaria de Educação não demonstrou tanto interesse em finalizar o projeto [...] Disseram que seria muito trabalhoso, e acabou que o projeto ficou lá parado. Até tivemos uma reunião, mas nunca teve uma finalização da proposta, então a gente começou a divulgar nas nossas redes e convidar as escolas para virem retirar. Mas daí não é a mesma coisa, é distante, não chega para todo mundo... A gente conseguiu distribuir mais ou menos umas 400 caixas, mas ainda tem um monte encalhada e a ideia é retomar as postagens na mídia para a distribuição, e também fazer um *flyer* para que a gente entregue para a Secretaria da Educação distribuir dizendo que existe o material, mas daí os professores que venham buscar (informação verbal; ALVES, 2017).



Figura 10 – Registros do local onde se encontravam as cerca de 400 caixas já distribuídas (à esquerda) e onde estão hoje as 350 caixas por distribuir (à direita). Foto: Acervo pessoal, 2017.



Figura 11 – Registro dos momentos de entrega de algumas caixas pedagógicas a professores da rede pública. Fotos: Cortesia dos realizadores do projeto.

A interlocutora fala da importância de um *feedback* com relação a prestação de contas e relembra a participação da instituição em outro edital de captação de recursos no qual houve a análise acerca das ações realizadas. Diferentemente do ocorrido com o Programa Pontos de Memória, sobre o qual comenta não haver recebido nenhum comentário após o envio da documentação para a prestação de contas, pondera sobre a diversidade de expectativas a depender do modelo e da tipologia de cada PM:

(...) o objetivo desse edital era fortalecer a sociedade civil, [por isso os] Pontos de Memória não vinculados ao Estado [...] É justo que uma instituição como a nossa acabe por concorrer em pé de igualdade com um grupo de pessoas que são até voluntários? Eu acho que não deveria ser a mesma instância. Nem sei se a lógica da premiação [do IBRAM] é correta, [pois] a gente tem uma instituição pública, ela é parte da organização e da estrutura do estado, ela salvaguarda acervos que são conhecidamente patrimônios do estado... Não há nada mais justo do que o Estado fazer a manutenção e difusão desse acervo [por conta própria] (informação verbal; ALVES, 2017).

Outro ponto importante a ser destacado desta fala se refere a sustentabilidade destes espaços que recebem apenas o recurso do prêmio, mas não uma assistência continuada, o que dificulta uma maior duração destas políticas.

Essa questão do acompanhamento e da articulação de contatos entre as ações realizadas é um ponto ressaltado por Clarissa ao longo da entrevista, e um dos temas que ela considera que poderia ser aperfeiçoado no PPM:

(...) E eu sei que existe uma rede de Pontos de Memória, mas eu não sei exatamente como ela se articula. Se é apenas para museus comunitários... Eu não tive contato com essa rede [...] Eles [o IBRAM] faziam um convite para os Pontos de Memória do Rio Grande do Sul, mas não era para algum tipo de avaliação. Seria mais interessante se tivesse uma articulação mais próxima, entre os Pontos... Eu sei que existem outros, mas eu nem sei quais são. E seria muito importante esse tipo de troca (informação verbal; ALVES, 2017).

Ela compara o incentivo à articulação entre PMs com um outro edital de captação de recursos, no qual uma parcela da premiação era destinada obrigatoriamente para custear passagens aéreas e hospedagem para uma reunião

de troca de experiência entre os contemplados, o que teria funcionado bem e seria uma boa proposta:

(...) Podia ter algo assim, não necessariamente nacional, mas estadual, para a gente ter conhecimento dessas ações, de como essa verba foi usada de formas diferentes, [das práticas] dos Pontos de Memória. E essa ideia de ter uma plataforma [online] onde os produtos pudessem ser compartilhados [, conforme consta no PNSM, ideia mencionada pela pesquisadora e desconhecida até então por parte da entrevistada]... Porque uma coisa é você colocar no site do Arquivo, que tem uma visibilidade dentro da nossa rede, outra coisa é ter um oficial do IBRAM, do IPHAN! Fazer uma rede assim, acho que isso é o que eu sinto mais falta (informação verbal; ALVES, 2017).

A entrevistada comenta também sobre a avaliação deste tipo de política pública que, segundo ela, necessita garantir a autonomia das instituições sem mecanismos burocráticos que dificultem a execução dos projetos, ao mesmo tempo em que deve deixar claro à sociedade a destinação dadas aos recursos financeiros recebidos:

(...) talvez seja uma das grandes debilidades dos projetos culturais no Brasil, [pois] como você vai avaliar isso depois? Eu acho que tem pouca cobrança sobre a avaliação, sobre o retorno, sobre o que de fato foi realizado com aquela verba. Por isso acho que o acompanhamento é importante, não para burocratizar mas para se ter conhecimento das ações realizadas e ver o que pode ser melhorado no Programa (informação verbal; ALVES, 2017).

A partir dos excertos registrados nesta dissertação é possível observar que o Ponto de Memória África no Arquivo, concebido e implementado por servidores do APERS, delineia-se como ação educativa patrimonial desenvolvida com primor e consciência crítica a partir do estudo do acervo de uma instituição formal e de tradição longa no estado e no município de Porto Alegre.

Destaca-se a originalidade da criação de materiais pedagógicos diferenciados e autorais, assim como o planejamento de uma estratégia de distribuição dos produtos focada na difusão do conhecimento histórico e pautada no acesso popular aos saberes museológicos, dado o enfoque no público oriundo de escolas da rede pública da região.

Contudo, ao considerarmos que desde a concepção dos Pontos de Memória prescreve-se que as ações promovidas devem pautar-se em “processos museais

protagonizados e desenvolvidos por povos, comunidades, grupos e movimentos sociais” (IBRAM, 2018), observa-se que o Ponto de Memória África no Arquivo não possui a característica de uma iniciativa que trabalha a memória de forma viva desde a concepção até a implementação de suas ações.

4.1.2 Ponto de Memória TV OVO

A TV OVO, localizada no município de Santa Maria (Figura 12), evidencia-se como um projeto complexo, repleto de interfaces de difícil descrição, porém passíveis de serem metaforizadas inclusive com a fachada da instituição, que estruturalmente se apresenta no contraste entre presente e passado (Figura 13). Dessa forma, para buscar uma compreensão mais exata de sua estrutura serão utilizados textos oficiais disponíveis em seu site, o projeto apresentado ao IBRAM (Anexo A) e excertos da entrevista concedida pela coordenadora do Ponto de Memória, Neli Mombelli.



Figura 12 – Localização do município de Santa Maria no estado do Rio Grande do Sul. Fonte: Googlemaps, 2010.



Figura 13 – Fachada do Ponto de Memória TV OVO, em Santa Maria/RS. Foto: Google Streetview, 2010.

No texto de apresentação disponível em seu site institucional, os coordenadores e conselheiros que integram a TV OVO afirmam que compõem “uma associação sem fins lucrativos criada em 1996 pela iniciativa de Paulo Tavares e por adolescentes que participavam das oficinas ministradas por Tavares na época”²⁴. Os projetos realizados pelo espaço trabalham com a formação audiovisual de jovens e com a produção de vídeos comunitários e curtas-metragens sobre Santa Maria.

Com relação ao Programa Ponto de Memória, destaca-se que as ações possuem um endereço próprio com informações sobre o seu desenvolvimento²⁵. Neli, em seu relato, busca trazer um panorama geral do projeto desde a sua formação até o momento atual:

(...) começou com oficinas, e ele [Paulo Tavares] tinha uma produtora de audiovisual, e acabou ficando com os equipamentos [...] Ele criou oficinas para a piaçada, especialmente [para] o pessoal da Vila Caramelo [...] Imagina! Naquela época era muito difícil a gurizada ter acesso a câmera. Era muito caro. O sonho da gurizada era ter uma TV... Por isso o nome TV OVO. Mas nunca foi uma TV, não é uma TV comunitária e sim um projeto de comunicação comunitária. Nunca se teve um canal, mas para a gurizada era uma TV e se fazia exibições em uma TV de 21 polegadas para a comunidade. E aí essa gurizada que fez esses oito meses de oficina em 1995, em 1996, criaram o estatuto e então tem dois que até hoje estão na TV OVO! [...] a cada ano, a turma que entrava em um ano era a responsável por formar a turma seguinte. Esse foi o início, mas claro que já são 21 anos,

²⁴ Disponível em: <<http://tvovo.org/quem-somos/historico/>> Acesso em 15 mai 2018.

²⁵ Disponível em: <<http://tvovo.org/pontodememoria/>> Acesso em 15 mai. 2018.

muita coisa mudou de lá para cá [...] Naquela época a gente trabalhava muito a questão da comunidade, como se fossem reportagens: mostrar o “esgoto à céu aberto” etc. Hoje a linguagem visual é outra, ela é mais documental, trabalha mais com documentários (informação verbal; MONBELLI, 2017)²⁶

O público participante do projeto também sofreu algumas alterações nos últimos anos, pois existe hoje uma grande procura de estudantes universitários que se interessam por audiovisual ou estudam jornalismo ou comunicação, e que realizam trabalhos voluntários na TV OVO.

(...) E o que vem muito é acadêmico para ser voluntário, porque gosta de audiovisual, e o trabalho é voluntário porque não temos recurso para manter pessoal. A gente gostaria que a TV OVO fosse muito mais um projeto para as comunidades periféricas, para essa piaçada que ainda não sabe bem o que vai fazer da vida do que para quem está na faculdade. Mas a gente não consegue manter assim (informação verbal; MONBELLI, 2017).

Segundo o projeto enviado ao IBRAM (Anexo A), a TV OVO desenvolve diversos projetos e oficinas em comunidades periféricas e escolas públicas, como oficinas de formação, cineclube e núcleos de vídeo comunitário. Como consta em seu projeto, a TV OVO:

(...) participa de atividades nos projetos “Ponto de Cultura Espelho da Comunidade”, em Santa Maria, e “Pontão de Cultura FOCU” em Pontos de Cultura do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná [...] Outro projeto desenvolvido foi o “Por Onde Passa a Memória da Cidade” que, desde 2008, registra a história de pessoas, ruas, bairros e distritos de Santa Maria. Temos reconhecimento nacional através dos prêmios *Escola Viva* (2007), *Selo Cultura Viva* (2007), *Selo e Prêmio Cultura Viva* (2011) e *Ponto de Memória* (2013).

Além destas atividades, o Ponto de Memória também produziu vídeos para diversos programas de televisão e alguns documentários e curtas-metragens que permitem ao conjunto do público resumirem a sua história como uma busca por “interligar cultura, comunicação e audiovisual” (Anexo A). Conforme enviado ao IBRAM, a proposta Ponto de Memória TV OVO possui dois eixos que se voltam para a fruição cultural. O primeiro baseia-se na

(...) difusão, divulgação e formação de público nas comunidades do meio rural de Santa Maria-RS, a partir de sessões cineclubistas que exibirão as

²⁶ Entrevista de Neli Mobelli concedida à pesquisadora no dia 14 de julho de 2017.

produções realizadas pela TV OVO, que falam do patrimônio cultural e da memória das pessoas que moram ou passam pela cidade (Anexo A).

A ação previa uma duração de sete meses realizando exposições de documentários em espaços comunitários nas zonas rurais e urbanas de Santa Maria. Estes documentários possuiriam como tema entrevistas com conhecedores de ervas medicinais e curandeiros, percorrendo cinco comunidades do interior com o objetivo de debater sobre o “conhecimento tradicional”.

O Ponto de Memória possui, segundo o projeto, o objetivo de ampliar a fruição e a formação de público de documentários e curta-metragem sobre a memória de Santa Maria/RS, num movimento de manter as ações de memória social que a TV OVO realiza desde 2008 com o projeto “Por Onde Passa a Memória da Cidade”:

(...) E agora, desde 2012 a gente está numa incursão no interior de Santa Maria [...] então esse projeto é muito para trabalhar essa questão de pertencimento, essa questão de identidade com a cidade, porque não existe muitos documentos que trabalhem a memória da cidade. Tem um movimento que trabalha a memória da cidade, mas é da década de 1980, que é super recente, e sobretudo da Universidade. Mas em vídeo não tem, é a TV OVO que faz (informação verbal; MONBELLI, 2017).

Conforme descrito no projeto, a participação da comunidade se dá durante todo o processo, desde as produções das sessões cineclubistas até as discussões presenciais, durante as exposições e pela internet, que através do servidor adquirido com o prêmio possibilita a interação e a discussão envolvendo diversos tipos de público. (...) Vai bastante gente [no cineclube], teve sessão, sinceramente, com cinco pessoas, mas tem sessão com cem. Então às vezes a gente pensa “por que a gente faz essas coisas?”, mas outras compensam não só pela quantidade, mas pela qualidade. Às vezes surgem discussões muito boas. A gente usou muito do documentário que a gente já tinha sobre ervas medicinais nas exposições, tipo conhecimento ancestral, que o pessoal usa [no cotidiano desses lugares onde os cineclubes ocorres] (informação verbal; MONBELLI, 2017).

Para executar a ação proposta, a TV OVO pretendia utilizar a verba do projeto para a compra de um veículo que auxiliaria na produção das sessões de cineclube e garantia o transporte do equipamento e da equipe. Previa também aquisição de computadores, de um servidor que abrigaria o material audiovisual e uma unidade de memória para a câmera Sony Z5.

Neli relata que houve um atraso no repasse das verbas, e que a consequência desse atraso foi um pedido de readequação orçamentária

(...) Foi em 2012 o edital, demorou um monte para recebermos esse prêmio. Demorou, e essa é uma crítica que a gente tem aos editais, (...) demorou mais de um ano e meio, e a gente nem achava que ia mais... (...)a gente queria comprar um cartão de memória para as câmeras, mas como demorou, esses cartões de memória ficaram obsoletos. (MONBELLI, 2017)

Dessa forma, o dinheiro da premiação foi investido na troca de carro, na compra de um reboque para transporte de equipamentos, na compra do gravador e do servidor de internet “A gente tinha 30.000 reais, do prêmio, compramos esse gravador, a gente investiu uns 14.000 na troca do carro (...) A gente comprou um reboque, para colocar nossos equipamentos para exibição, porque a proposta era exibir no interior. A gente fez o site do Ponto de Memória.” (MONBELLI, 2017)

O resultado esperado pela proposta era a promoção de debates nas comunidades do interior sobre a memória e os saberes locais. Para Neli, são nessas discussões, nesses debates, que as pessoas contam as suas histórias.



Figura 14 – Registro de sessões Cineclubistas na TV OVO.
Fonte: redes sociais, 2017.

Quando perguntada sobre a importância de editais de fomento para a TV OVO, Neli traz algumas reflexões que acabam explicando como o projeto se

mantém, como funciona a sustentabilidade institucional deste espaço de mais de duas décadas e ainda destaca o fato de que, muitas vezes, iniciativas que surgem a partir de um edital acabam existindo apenas enquanto participantes do edital, o que corrobora com a visão de Clarissa, do Arquivo Público de Porto Alegre, sobre a descontinuidade de muitas ações implementadas apenas com aporte financeiro inicial e não contínuo:

(...) A TV OVO se estabelece de uma forma diferente. Não é um projeto que surge por causa de um prêmio, mas o legal do prêmio é que ele te dá um fôlego maior para respirar [...] Então, a gente sabe, especialmente com os Pontos de Cultura, que a gente falava muito isso, um Ponto de Cultura existe enquanto existia o edital. E a gente fala... “Uma vez Ponto de Cultura, sempre Ponto de Cultura”. Então, acho que o legal desses editais é virem para nos dar uma força, é uma chancela de reconhecimento daquilo que a gente faz, e dá essa força para a gente continuar (informação verbal; MONBELLI, 2017).

Quando o espaço não recebe verbas providas de editais de captação de recursos, o que auxilia o cotidiano institucional, é a Lei de Incentivo Fiscal de Santa Maria o caminho percorrido pela instituição, como afirma Mombelli (informação verbal, 2017): “As nossas atividades do cotidiano são recursos, basicamente, da Lei de Incentivo à Cultura (LIC). É captação, não fundo. Agora que a gente conseguiu montar um fundo de apoio, esse ano [de 2017]...”.

Sobre as reuniões, Teias de Memória e encontros de Pontos de Memória, a entrevistada comenta achar interessante haver a abertura para a participação e integração de espaços que não sejam museus, mesmo se tratando de um projeto do IBRAM, e acredita que parte da desarticulação entre esse tipo de rede para a promoção de trocas de experiências pode ser consequência dos processos de alternância de poder nas diversas instâncias do governo:

(...) não é uma rede que se estabeleceu assim de uma forma tão forte quanto a dos Pontos de Cultura ou dos Pontões de Cultura, que eram muito articulados e tinham muito respaldo nas políticas públicas [...] muito pela troca de governo também, o que desarticulou bastante essa rede [...] É difícil tu estar na rede, articulando e tu tá produzindo e tu não consegue fazer as duas coisas ao mesmo tempo! Ou tu articula ou tu produz (informação verbal; MONBELLI, 2017).

Um dos pontos positivos destacados sobre o PPM é uma maior liberdade para a utilização dos recursos, pois, diferentemente de outros editais, a execução

dos recursos não fica restrita à realização de ações podendo ser utilizadas para adquirir patrimônio e melhorar as condições de trabalho, por exemplo:

(...) Eu não sei o que poderia melhorar. Eu acho legal haver editais em que você pode investir em infraestrutura, e é muito raro. Geralmente você tem que propor atividades, e como você vai investir em atividades sem investir em patrimônio? (informação verbal, 2017).

Esta indagação final da entrevistada integrante da gestão da TV OVO reitera a necessidade de investimentos para a permanência e continuidade das instituições executoras de atividades culturais e demonstra a experiência que a instituição possui em implementar uma diversidade de ações inseridas no escopo de outros programas.

Pode-se afirmar, assim, que a TV OVO abarca criticamente uma gama de atividades relacionadas ao audiovisual e propõe certa participação comunitária, ainda que predominantemente como uma espécie de projeto de extensão universitária por meio do qual graduandos de cursos de diferentes áreas correlatas à Comunicação encontram espaço para exercitar e criar o que estudam teoricamente nas Universidades produzindo conteúdo, compondo debates ao final das sessões cineclubistas e/ou atuando como voluntários no atendimento à comunidade do entorno.

Todavia, a postura analítica proposta como norte neste estudo faz pontuar que a participação comunitária neste PM, tal como prevista nos documentos programáticos oficiais (OEI, 2016), não ocorre em todos os processos realizados. Verificou-se que não há um efetivo envolvimento de pessoas externas ao núcleo do Ponto de Memória nos processos decisórios quanto ao recorte e/ou perspectiva da memória regional que seria interessante de ser trabalhada nas ações e documentários desenvolvidos, de modo que as ações voltadas à comunidade pautam-se prioritariamente na contribuição para a construção identitária a partir da valorização da cultura local visando à formação de público para os produtos audiovisuais criados nas diferentes frentes da TV OVO.

4.1.3 Ponto de Memória Missioneira

O Ponto de Memória Missioneira²⁷ é um espaço concebido e organizado por um entusiasta da história regional e das Missões, Valter Braga. Originalmente denominado “Exposição da Cultura Missioneira”, o espaço possui um acervo com peças relacionadas à história das Missões Jesuítas e à história do estado, especificamente sobre a Coluna Prestes e a Revolução Farroupilha, mesclado a elementos do cotidiano regional.



Figura 15 – Localização do município de São Miguel das Missões no estado do Rio Grande do Sul. Fonte: Googlemaps, 2010.

O local conta com quatro ambientes diferentes, um deles ainda em construção. O primeiro é um jardim, com algumas imagens em concreto armado e construções de tijolos a vista. Logo na entrada é possível perceber uma placa com a denominação do Ponto de Memória.

²⁷ Mais informações disponíveis em: <http://www.pousadadasmissoes.com.br/arquivos_internos/index.php?abrir=atracoes&acao=mais_detalhes&id=14> Acesso em 15 fev. 2017.



Figura 16 – Pórtico de entrada, vista parcial do jardim e placa de identificação do Ponto de Memória Missioneira. Fotos: Acervo pessoal, 2017.

O segundo espaço compõe-se por uma sala de paredes rebocadas com algumas peças expostas, em sua maioria de tradição indígena, e um espaço circular do lado esquerdo que segundo, Valter Braga, é uma reconstrução de um espaço indígena, adaptado. No centro deste espaço existe um altar em pedra para queima de carvão, onde ocorrem algumas atividades de cunho espiritual e religioso.



Figura 17 – Altar para queima de carvão e sala expositiva no Ponto de Memória Missioneira. Fotos: Acervo pessoal, 2017.

O terceiro espaço encontra-se em um nível mais baixo do terreno, e nele está a maior parte do acervo regional contendo uma pequena saleta com prateleiras repletas de objetos e um espaço semiaberto com fogo de chão.



Figura 18 – Sala de exposições no pavimento inferior no Ponto de Memória Missioneira. Fotos: Acervo pessoal, 2017.

Diego Luiz Vivian (2013, p. 36)) empreende uma análise deste Ponto de Memória, a partir dos pressupostos da Museologia Social, e afirma que:

(...) os primeiros anos de funcionamento da Exposição foram decisivos para que ela conquistasse visibilidade social e fosse reconhecida como um espaço de memória digno de ser apoiado em sua existência, de modo que também houve um crescimento paulatino do número de doações de peças por parte de moradores de São Miguel das Missões, ampliando significativamente o acervo de bens culturais musealizados.

Esta afirmativa é corroborada por Valter Braga²⁸, que afirma que:

(...) agora mudou um pouco, mas no início o povo aqui... Uma reivindicação que eles pedem, agora eles estão mais diferentes, mas no começo era difícil, eles queriam que eu me distanciasse das instituições públicas e eu fui meio que administrando esse... O povo não acredita muito nas instituições, mas agora... Nesse período teve uns impasses do povo com as instituições, especialmente o IPHAN. Mas o município, com toda a história que tem, ainda não conseguiu montar um museu municipal porque o povo não doa, porque eles dizem “Ó, o prefeito tal... não vamos dar nossas peças, nossas coisas para o prefeito fazer nome!”. E pro IPHAN, na década de 1970

²⁸ Entrevista de Valter Braga concedida à pesquisadora no dia 13 de julho de 2017.

levaram uns ossos e uns dizem que tinham autorização e outros que não, mas acabou ficando uma mágoa dos descendentes. São casos que aconteceram que causou esse repúdio às instituições, e pra ti ter uma noção, muitas partes da nossa história ainda estão nas mãos do povo e eles dizem que “Se for para ti, pro Ponto de Memória, está aqui à disposição. Agora, se for para o prefeito ou para o IPHAN... não”. (informação verbal; BRAGA, 2017).

Segundo o estudo de Vivian (2013), tais negociações entre o espaço de memória e os doadores deve buscar a prevenção de certa instrumentalização político-partidária da Exposição, o que denota a rejeição da população em apenas ter suas peças compondo um museu distante de suas histórias, negam um espaço que não tenha se erigido com por meio da participação popular. Assim, o Ponto de Memória Missioneira foi concebido de forma autônoma e não possuiu vínculos formais com órgãos de preservação patrimonial.

Ao ser questionado sobre a relação com a comunidade e sobre quem seria esse “povo” e essa “comunidade” aos quais o sr. Valter Braga refere-se ao comentar sobre a participação das pessoas, doações de acervo e ações realizadas, o entrevistado comenta:

(...) Você tem que entender que a história missioneira está espalhada a nível de Brasil. Eu consegui peças no Mato Grosso, já veio uma ou duas de lá, e tem umas 50 peças lá porque tem muito gaúcho que morava aqui e foram para lá [...] O IPHAN e o Ministério da Cultura me deram a liberdade: “Faça se você sabe, porque preserva a história” (informação verbal; BRAGA, 2017).

Em 2010 ocorreram reuniões entre a Exposição da Cultura Missioneira e o Setor de Pesquisa do Museu das Missões, que reconheceu no espaço os princípios norteadores do Programa Pontos de Memória, aproximações institucionais que “estreitaram, igualmente, os laços de colaboração entre o Museu das Missões, a Coordenação de Museologia Social e Educação do IBRAM (COMUSE/IBRAM) e o empreendimento comunitário miguelino” (VIVIAN, 2013, p. 40).

Braga (2017) comenta também que, como parte desta aproximação institucional, houve a decisão de inscrever a iniciativa no Prêmio Pontos de Memória, no final de 2011. Para esta ação, o Ponto de Memória Missioneira contou com a colaboração técnica e operacional do Setor de Pesquisa do Museu das Missões. Tal processo tornou possível a inscrição da Exposição no Programa Pontos de Memória:

(...) Depois foi instituído o IBRAM e eles vieram para cá, o pessoal, e começaram a conviver com a gente aqui [...] daí eles viram essa luta que eu estava desenvolvendo e eles me convidaram: “Valter, vamos fazer parte do edital da museologia social e tudo o mais?”, e daí nós conseguimos o prêmio de 30 mil na época [...] Eles que escreveram tudo [no texto do projeto]. Eles passaram a conviver comigo e viram o espaço que eu estava. E foi importante porque nós temos essa vivência de que um dia não vamos mais estar aqui, né? E a história fica, o legado do que tu fez, se tu fez o bem, tu vai colher o bem... Então eu vejo assim: alguns me perguntam qual o objetivo aqui e eu digo que o objetivo é contar a história do que eu vivi, do que eu conheci e pra mim é uma felicidade trazer uma sabedoria que o IPHAN e essas instituições aí não conheciam (informação verbal; BRAGA, 2017).

Durante a pesquisa não se obteve acesso ao projeto enviado ao IBRAM em 2011, pois nossos contatos não possuíam consigo uma cópia do arquivo. Dessa forma, para compreendermos melhor como se pretendeu a instalação do espaço, a destinação das verbas e os projetos desenvolvidos foram utilizados os dados apresentados em artigo de Diego Luiz Vivian (2013), que traz um relato da experiência do Ponto de Memória Missioneira, além dos comentários do diretor do espaço sobre os mesmos temas.

No artigo, Vivian (2013) comenta que durante a elaboração da documentação apresentada para concorrer ao Prêmio Pontos de Memória “foi frisado que o público-alvo da aplicação dos recursos seria a própria comunidade de São Miguel das Missões” e que, “de acordo com o Plano de Trabalho, jovens e crianças miguelinos seriam favorecidos de outras maneiras”:

[...] pois os recursos do prêmio permitiriam ao Ponto de Memória ampliar e qualificar o atendimento ao público, aperfeiçoando seu trabalho de divulgação do patrimônio cultural [...] também seriam utilizados para adquirir materiais e equipamentos destinados à manutenção e à conservação do acervo. Este trabalho preventivo contribuiria para sensibilizar os moradores de São Miguel das Missões sobre os significados da preservação do patrimônio cultural que eles compartilham (VIVIAN, 2013, p. 41, 43).

Sobre a destinação da verba, Valter Braga comenta

(...) Eu consegui informatizar [referindo-se à compra de computador] e comprei máquina de cortar grama. Coloquei essas aberturas [aponta para as janelas], mas foi como eu te expliquei, eu tive que dar espaço da onde eu morava para pôr o acervo e tinha que providenciar outro lugar, construir um outro lugar para morar... Então é aquela luta! (informação verbal; BRAGA, 2017).

Apesar de haver a premiação, observou-se durante a visita de campo muitas outras obras e modificações na estrutura arquitetônica do espaço sendo realizadas, o que tornou necessário compreender como funcionava a captação de verbas para estas atividades. O desafio da sustentabilidade institucional não é atual, em 2012 já era observado por Vivian (2013), que notou serem os recursos irregulares, constituindo um dos maiores entraves para os gestores do espaço.

Questionou-se sobre os recursos para serem realizadas as melhorias no espaço e as atividades, de forma a investigar se há uma sustentabilidade institucional. Quando questionado sobre a existência da utilização do recurso próprio para investir no espaço de memória, o entrevistado foi enfático:

(...) Mas claro! O maquinário foi emprestado. O pessoal se preocupa sobre o material, eu não gosto de falar... Mas vou ser bem sincero, para fazer essa chapada aqui, a parte nova... meu salário é R\$1.200 e pouco, e eu terminei de pagar umas últimas prestações de um investimento que eu fiz, e vou ter que fazer essa parte da chapada para colocar as outras peças porque eu não tinha mais onde colocar as peças. A outra casa também está cheia de peças e o pessoal me questiona, uns que doaram peças [...] E agora estou pagando quase 500 reais de prestação. É 30 e poucos. E eu me viro ainda! Estou comprando mais uns milheiros de tijolo para fazer aquela parte ali [aponta na outra direção] (informação verbal; BRAGA, 2017).

Dentre as obras realizadas observou-se algumas imagens construídas de concreto, sendo que uma delas, a de Nossa Senhora (Figura 19), estava em processo de confecção quando da visita:

(...) Você perguntou da participação popular. Vou pegar um *pen drive* para te mostrar as fotos das universidades que nos visitaram... Essas pastas, nós vamos montar um vídeo da construção da divindade que nem fizemos com as outras [mostra muitas fotografias de padres, universitários, crianças auxiliando na montagem das imagens e representações] (informação verbal; BRAGA, 2017).



Figura 19 – Amostra de fotos com registros sobre a participação comunitária. Fonte: redes sociais do Ponto de Memória Museu Missioneira.

Posteriormente, Valter Braga convidou a autora para tirar uma fotografia e participar da construção da divindade Tupanci (Figura 20).



Figura 20 – Mariana Boujadi e Ariston Correa em registro após finalização comunitária da imagem da divindade indígena Tupanci. Foto: Acervo pessoal, 2017.

Na entrevista com Braga (2017), outro ponto conversado tratou das Redes de Memória e questões sobre o PNSM para os Pontos de Memória. Em ambos os casos prevaleceu o desconhecimento dos documentos oficiais, assim como de outros espaços funcionando como Ponto de Memória:

(...) Tem que ser Ponto de Memória ou pode ser Museu? Não, não conheço nenhum. Eu não posso saber como seria se tivessem essas reuniões porque eu não tenho tempo para sair. Fui convidado para dar palestra sobre a história missioneira, mas não vou dizer que não vou, mas vai ser muito difícil. Também não tenho muito interesse [nesse tipo de prática] (informação verbal; BRAGA, 2017).

Observou-se, assim, que apesar de ser uma iniciativa mais próxima daquelas propostas inicialmente pelo Programa Pontos de Memória em sua edição inicial, sobretudo no que tange ao interesse e às iniciativas de cunho popular, a instituição não possui um plano de sustentabilidade, de modo que a captação de recursos depende da iniciativa de elementos externos sendo o Ponto de Memória Missioneira um espaço que funciona, basicamente, através da figura do seu coordenador.

Não fosse a iniciativa deste entusiasta em difundir, conscientizar, promover e congregar pessoas para construir tal espaço de suas memórias comunitárias, muito do que hoje figura em prateleiras e insere cidadãos comuns em debates sobre gestão e manutenção de acervos certamente inexistiria.

Contudo, um olhar atento para a gestão administrativa do Ponto de Memória revela traços de ordem personalista na dedicação pessoal na manutenção financeira e elaboração das ações realizadas. Observou-se também que a participação comunitária ocorre sobretudo em um nível bastante superficial e de execução final de atividades, conforme se discute mais detalhadamente ainda neste capítulo.

4.1.4 Ponto de Memória Casa de Cultura do Litoral Boizinho da Praia

A iniciativa do Ponto de Memória Boizinho da Praia surge com o intento de buscar a instalação de um Museu de Cultura Popular na cidade de Cidreira (Figura 21).



Figura 21 – Localização do município de Cidreira no estado do Rio Grande do Sul. Fonte: Googlemaps, 2010.

O nome do projeto tem origem em uma manifestação folclórica típica da cidade, o “Boizinho da Praia”, brincadeira dançante, também denominada folguedo, realizada em junho na beira da praia e em desuso há mais de 50 anos na região.



Figura 22 – Logo do Projeto.

Segundo o texto constante no portfólio do projeto²⁹, e repetido na entrevista enviada para a Casa de Cultura do Litoral, o cientista social e pesquisador Ivan Therra realizou pesquisa baseada na história oral da população de Cidreira nos anos 2000. Através dessa pesquisa houve a composição de uma música que foi premiada no *Palco da Moenda da Canção*, em 2007, e que viria a torna-se uma ópera popular encenada por mais de 70 pessoas da comunidade da praia de Cidreira e Balneário Pinhal neste mesmo ano.

(...) Destas ações, que buscavam trabalhar a cultura popular, surgiu o projeto denominado Boizinho da Praia, vinculado à Casa de Cultura do Litoral, aprovado pelo Programa Mais Cultura na Escola, com ações realizadas na Escola Estadual Herlita Teixeira. As atividades consistiam basicamente de oficinas de produção audiovisual e uma oficina de percussão praieira, com a utilização de instrumentos como os tambores de moçambique, tambores de kikumbis, massacaias e xequeês. Um projeto de registro, resgate, valorização e divulgação da cultura da região praieira gaúcha, através do fortalecimento do auto do Boizinho da Praia foi aprovado no Edital Pontos de Memória – IBRAM, o que gerou uma expectativa muito positiva em toda a comunidade praieira com forte repercussão na cidade e arredores, pois tratava-se da instalação de um Museu da Cultura Popular em nossa praia (THERRA, 2017).

Assim como a TV OVO, a Casa de Cultura do Litoral havia participado de outro edital de captação de recursos – o Ponto de Cultura – e foi assim que recebeu informações sobre a abertura do edital do Programa Pontos de Memória.

A Casa da Cultura do Litoral já havia sido contemplada com o Ponto de Cultura Flor da Areia, que trata da formação, qualificação e fortalecimento da gurizada da praia através do aprendizado de técnicas para a produção audiovisual em tecnologias digitais. Nosso Ponto de Cultura faz Cinema da beira da praia (THERRA, 2017).

Esse processo, segundo Ivan Therra, também facilitou a inscrição do espaço no edital do PPM, pois a Casa de Cultura do Litoral já possuía alguns projetos aprovados em editais, tanto do Governo Estadual quanto Federal. Com o tempo o espaço acabou não se efetivando como um Ponto de Memória, pois, apesar de haver sido selecionado e de constar na lista de espaços contemplados, um problema burocrático impediu que recebessem o prêmio e que o Museu Popular fosse criado, o que é comentado por Therra (2017) na correspondência remetida à pesquisadora:

²⁹ Disponível em: <<http://museus.cultura.gov.br/projeto/61/>> Acesso em 12 mai. 2018.

Enviamos a documentação necessária e solicitada no edital, porém a cópia do estatuto da Casa da Cultura do Litoral, além do carimbo “do” Tabelionato tinha que ter também um carimbo Tabelionato. Por este detalhe burocrático não pudemos receber a verba do Governo Federal. Não recebemos qualquer contato quanto a isso, solicitando o tal carimbo ou uma nova cópia, uma vez que foi só este o problema. Quando soubemos da questão nós tentamos falar com a organização, falando que enviaríamos a tal cópia com os dois carimbos e não com apenas um só carimbo. Mas eles foram irredutíveis. Argumentamos que já tínhamos um convênio com o Governo Federal e que esta documentação já estava de posse do MinC, nem assim eles flexibilizaram a situação. Então acreditamos que para esse pessoal, mais burocrata, o tal carimbo era muito mais importante que o projeto, que a cultura popular, que a memória popular e que as expectativas criadas na comunidade. Ficamos sem o Museu, mas não sem memória. O Boizinho da Praia continua sendo brincado (THERRA, 2017).

Apesar desta questão, o interlocutor comenta que acha bastante positiva a iniciativa, e que este tipo de edital é extremamente relevante: “Quanto mais pulverizado, quanto mais abrangente, quanto mais direto for o edital, melhor para o povo das comunidades que de fato fazem cultura neste país. (...) É nessa gente que o apoio institucional tem de chegar” (THERRA, 2017). E complementa dizendo que apesar da situação política atual, que considera delicada, “os Pontos de Cultura, Pontos de Memória, Pontos de Mídia Livre, Pontos de Leitura, enfim... São ilhas de resistência que precisam ser fortalecidas para empoderar o povo, para que assim possamos assumir o destino e protagonizar a história de nossa nação” (THERRA, 2017).

Sobre os aspectos que poderiam ser aperfeiçoados, comenta sobre o excesso de burocracia, a enormidade de papéis que têm que ser produzidos, comenta que seria mais interessante que todos os documentos pudessem ser enviados digitalmente “sem precisar pagar uma fortuna [...] As comunidades não possuem esses recursos”.

Ressalta-se que este é um espaço que possuía o intuito de constituir um museu a partir das ações de valorização do folclore local, que foi trabalhado pelo coordenador do projeto. No entanto, o dado sobre a sua não implementação impede que neste estudo se analise de forma concreta como seria a relação deste museu com a comunidade de seu entorno.

4.1.5 Ponto de Memória Trajetos de Memória em Osório

Durante a pesquisa, de todos os Pontos de Memória estudados este foi o mais difícil no tocante à obtenção de informações. Ainda que se tenha obtido um contato com a Secretaria de Cultura de Osório em janeiro de 2018, e se tenha conseguido acesso ao projeto enviado ao IBRAM, não foi possível informar se houve realmente a realização desta ação, tampouco conseguiu-se comprovações de que a ação a qual se teve acesso é realmente aquela enviada ao IBRAM como candidatura ao edital. Tal dificuldade deveu-se ao fato de os responsáveis pelo Projeto já não residirem no município durante os contatos com a Secretaria de Cultura.

Observou-se que, no projeto contemplado pelo IBRAM, figura o título “Trajetos de Memória”, mas na pouca documentação a que se teve acesso a ação aparece com o nome “Contando Outras Histórias”. Até o momento do término da dissertação não foi possível obter entrevista ou lograr o envio de questões por e-mail.

Conforme o Projeto enviado à autora deste trabalho, supostamente igual àquele enviado ao IBRAM, este Ponto de Memória seria realizado pelo Museu Férreo em Osório, e se propunha à valorização da memória moçambique da cidade, propondo discutir questões raciais através do debate com as diferentes instituições como a família, a igreja, os meios de comunicação e a escola visando reduzir a reprodução de um discurso racista na sociedade.

Convém explanar que o Moçambique, ou Maçambique, tem origem no Brasil do século XIX, onde quase todas as confrarias que reuniam os africanos e seus descendentes possuíam como padroeira Nossa Senhora do Rosário, por vezes designada como Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (LUPI, 1988). Os Moçambiques são cortejos constituídos por guias, pajens, capitães, coronel e porta estandarte (CARNEIRO, 1965 *apud* LUPI, 1988), “e ainda um rei, às vezes uma rainha, príncipes, princesas, um mestre, um contramestre, dois capitães (...), um general, variando de companhia para companhia e para o número e designação de componentes” (RIBEIRO, 2004, p. 49)³⁰.

³⁰ Para maiores informações sugere-se a leitura de “Festas populares e turismo cultural - inserir e valorizar ou esquecer? O caso dos Moçambiques de Osório, Rio Grande do Sul” (RIBEIRO, 2004).

Segundo o projeto enviado ao IBRAM, essa proposta seria realizada através de um projeto denominado “Contando Outras Histórias”, composto por um curso de capacitação ministrado aos professores da rede pública municipal. O curso deveria ter duração de, no mínimo, 60 horas/aula e seria ministrado através de palestras, oficinas, mostras de fotografias, mostra de danças e atividades escritas. Ao final do curso seria estabelecido um prazo de até 60 dias para que cada participante apresentasse um artigo ou relatório de aplicação com alunos a partir de um dos temas trabalhados.

As atividades seriam desenvolvidas através de palestras, pesquisas históricas sobre negros osorienses, oficinas gastronômicas, educacionais e literárias. Contaria também com apresentação de danças afro e moçambique, projeção de filmes e mostra de fotografias sobre personalidades negras osorienses.

Conforme comentado, por ter havido muita dificuldade acerca das informações disponibilizadas sobre o Ponto de Memória “Trajetos de Memória”, sequer foi possível concluir se esta ação realmente realizou-se como parte das iniciativas do Museu Férreo do município de Osório/RS.

4.1.6 Ponto de Memória Escola Hohendorff: Vila União e Parque Itapema

Conforme informações disponibilizadas no site da Articulação Nacional de GTs de Urbana da Associação dos Geógrafos Brasileiros³¹, e após consulta ao blog do Ponto de Memória Hohendorff³², verificou-se que este projeto buscou realizar atividades voltadas à valorização da memória das comunidades do entorno da escola, a saber, da Vila União e do Parque Itapema no município de São Leopoldo (Figura 23).

³¹ Disponível em: <<https://agburbana.wordpress.com/2013/10/20/museu-de-rua-construindo-espacos-museais-populares/>> Acesso em 11 abr. 2018.

³² Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/hohendorff30anos/>> Acesso em 11 abr. 2018.



Figura 23 – Localização do município de São Leopoldo no estado do Rio Grande do Sul. Fonte: Googlemaps, 2010.

O projeto iniciou-se nas disciplinas de Geografia, História e Artes de turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) sob orientação das professoras Kátia M. Algaier e Michele Nobrega, que trabalharam a história da abertura democrática brasileira e da reconstrução histórica pelos sujeitos moradores do bairro por meio do fomento a atividades culturais.

(...) Já havia o conhecimento prévio da questão da museologia social no Brasil [...], então a iniciativa surgiu de um projeto de ensino de História e Geografia realizado pela professora Michelle Nobrega, no momento em que foi constatado que os alunos tinham vergonha de dizer onde moravam. A partir daí foram elencados todos os conteúdos de história e geografia perpassando a questão espaço-tempo prevista nas diretrizes básicas, tendo como ponto de partida a realidade do educando (NOBREGA, 2017).

Uma das atividades realizadas pelo projeto denominou-se "Museu de Rua" (Figura 24) e desenvolveu-se em 2011 na Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. João Carlos Von Hohendorff. Uma das fontes utilizadas para a pesquisa foi o Jornal VS³³, o que possibilitou uma análise de fotos antigas cedidas pela comunidade. Realizaram-se também entrevistas e rodas de memórias e, posteriormente, outras formas de trabalho passaram a ser realizadas:

Esse Ponto de Memória tem o acervo da documentação da escola. Foi organizado e realizada a catalogação pelos alunos durante a execução do

³³ Disponível em: <<https://www.jornalvs.com.br/>> Acesso em 10 abr. 2018.

projeto. Atualmente estamos em processo de revitalização do seu acervo e da programação (NOBREGA, 2017).

Sobre o processo de inscrição no Programa Pontos de Memória, em correspondência Nobrega (2017) comenta que a sua elaboração se deu de forma coletiva, através de reuniões que discutiam e planejavam as ações a serem desenvolvidas.



Figura 24 – Convite para o Museu de Rua. Fonte: Blog do Ponto de Memória Hohendorff.

Dentre todos os Pontos de Memória pesquisados este foi o único que não apenas conhecia a existência de outros Pontos de Memória no estado do Rio Grande do Sul, como também sabia os seus nomes e localizações. Foram citados o Ponto de Memória Missioneira, em São Miguel das Missões, e o Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro³⁴, em Porto Alegre. Tal conhecimento, segundo a entrevistada, é considerado pouco diante da potencialidade de uma verdadeira rede para troca sobre as experiências destes espaços, ponto que sugere ser aperfeiçoado no Programa possibilitando uma articulação maior entre os agentes.

Michele Nobrega (2017) destacou como fator positivo do Programa a oportunidade que o edital proporciona de “tornar visível diversos modos culturais que

³⁴ Conforme comentado anteriormente, este PM não consta do presente estudo, que se restringe aos Pontos criados recentemente e que não fazem parte do edital inicial dos 12 Pontos de Memória pioneiros.

precisam ter sua história registrada, e a oportunidade de concretizar ações culturais nas áreas periféricas”.

Observa-se que a proposta deste Ponto de Memória aproxima-se relativamente das diretrizes programáticas previstas para o Programa pelo IBRAM (OEI, 2016), uma vez que houve o levantamento de possíveis referenciais culturais do bairro, devidamente catalogados e expostos pelos próprios membros da comunidade. Apesar da proposta haver sido predominantemente elaborada por professoras, houve a iniciativa de incluir a comunidade escolar em parte considerável desse processo.

4.2 Os Pontos de Memória e o Programa Pontos de Memória

Após a análise de todos os documentos pertinentes e a realização das entrevistas, observando-se os documentos dos projetos faz-se necessária a reflexão sobre alguns dos dados levantados sobretudo no tocante à sustentabilidade institucional desses PMs, ao protagonismo comunitário, à implementação das políticas do Plano Nacional Setorial de Museus, à existência de uma rede que estabeleça articulações entre estes espaços e às características sociomuseológicas das experiências relatadas.

Parte dos projetos analisados – TV OVO, Ponto de Memória África no Arquivo e Casa de Cultura do Litoral Boizinho da Praia (CCLBP) – já trabalham com a lógica da captação de recursos através de editais para a realização de suas ações. Tanto a TV OVO quanto a CCLBP foram contempladas pelo edital dos Pontos de Cultura antes de se inscreverem no Programa Pontos de Memória, e tiveram acesso a informação sobre a abertura do edital do PPM por meio da divulgação realizada pela rede dos Pontos de Cultura.

A Escola Estadual Hohendorff e o Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS) apresentam a possibilidade de manter suas atividades em funcionamento mesmo sem a captação de recursos, o que se torna viável por possuírem uma infraestrutura mínima disponibilizada pelo Estado utilizando dos recursos de captação como uma forma de realizar ações pontuais de difusão cultural.

A TV OVO, por sua vez, possui outras formas de manter o seu espaço, seja através da verba da LIC ou por meio da manutenção de um fundo próprio recentemente conquistado pelo projeto.

Dentre todos os locais estudados, o Ponto de Memória Missioneira possui uma característica diferenciada, pois funciona e se mantém basicamente através de investimentos feitos pelo seu gestor, que destina mais de 1/3 do seu salário de servidor público para as despesas geradas com a manutenção do local. Este espaço não participou de nenhum outro edital de captação de recursos e, tampouco teria participado do Programa Pontos de Memória não fosse a assistência do IBRAM que colaborou, inclusive, com a escrita do projeto.

Não houve informações consolidadas sobre o projeto Trajetos de Memória em Osório, que seria uma ação do Museu Férreo.

4.3 Ações previstas no Plano Nacional Setorial de Museus e os Pontos de Memória

Ao voltar o olhar às ações previstas no Plano Nacional Setorial de Museus – como oficinas de capacitação, distribuição de um kit multimídia e a disponibilização de um espaço virtual para a divulgação das ações – verificou-se que não só as ações, como por vezes até o PNSM, são de desconhecimento da ampla maioria de Pontos de Memória do Rio Grande do Sul. Assim, se estas ações existem de alguma forma, a informação não chegou aos idealizadores dos projetos, tanto que foi constatado que parte dos recursos dos prêmios foram utilizados pelos Pontos de Memória para a aquisição destes mesmos itens previstos em outras modalidades pelo PNSM, tais como computadores, projetores, máquinas fotográficas e servidores de internet.

Sobre os encontros para trocas de informações, comentados tanto nas publicações do IBRAM quanto no Plano Nacional Setorial de Museus, foi observado que, apesar de em algum momento haver existido, apenas o Ponto de Memória TV OVO participou desta ação, e uma única vez. Observou-se também que os PMs não se intercomunicam e nem mesmo possuem conhecimento das existências dos demais, o que indicia um sério problema de falta de trocas e, portanto, de continuidade nas experiências implementadas. Não há um espaço de intercâmbio

dessas experiências, logo não há uma reflexão coletiva sobre as mesmas que possa dar mais dinamismo às discussões relativas a esta e outras políticas públicas.

Das ações analisadas, apenas os Ponto de Memória Missioneira, Escola Hohendorff, bem como o projeto que não chegou a ser executado da CCLBP podem ser classificadas como iniciativas de cunho claramente museológico.

Considerando-se os conceitos discutidos no primeiro capítulo sobre museologia social, cujos princípios preveem uma participação comunitária mais ativa, e contrapondo-os com as ações realizadas e a forma como se dá esta participação comunitária na prática nos PMs analisados, reitera-se a percepção de que tal participação ativa apenas ocorre num nível bastante superficial, não permitindo considera as práticas identificadas como próprias de uma museologia social.

Outro ponto observado tanto no Plano Nacional Setorial de Museus como nos objetivos do Programa Pontos de Memória diz respeito à criação de um inventário participativo. Querol (2011, p. 319) define o conceito de inventário participativo como uma variante democrática do inventário tradicional, consistindo na intervenção de pessoas e comunidades na identificação e documentação de seus recursos culturais, o que inclui seu reconhecimento como elementos de identidade local e pessoal, ou seja, como Patrimônio Cultural.

Janeirinho (2013), por sua vez, afirma que o inventário participativo é uma das formas utilizadas como estratégia na aproximação das instituições museológicas à comunidade, pois a participação das populações no inventário oferece a esta ação museológica uma componente dialético fundamental para a sociomuseologia, que assevera que este processo deve se desenvolver junto à comunidade tratada não apenas como informante, mas sim como inventariante, sublinhando-se a participação, a aprendizagem mútua, a coinventariação e corresponsabilização.

Para Cury (2009), o inventário como parte dos procedimentos de análise e compreensão da realidade constitui-se na ferramenta básica para o conhecimento do acervo cultural e natural. A realização do inventário com a participação da comunidade proporciona, então, não apenas a obtenção do conhecimento do acervo por ela atribuído ao patrimônio, mas, também, o fortalecimento dos seus vínculos em relação ao patrimônio (JANEIRINHO, 2013, p. 24 *apud* CURY, 2008, p. 286).

Apesar da importância dada a este processo nos textos oficiais no IBRAM, na prática a participação efetivamente ativa da comunidade em todos os níveis de

gestão e execução dos espaços não foi observada em nenhuma das iniciativas dos Pontos de Memória sul-rio-grandenses estudados. A título de ilustração contrastiva das análises feitas é que se elaborou um quadro com os pontos de fundamental relevância e seus resultados em cada um dos Pontos de Memória (Quadro 4).

Quadro 4 – Relação entre Pontos de Memória, Programa Pontos de Memória e Plano Nacional Setorial de Museus considerando os dados obtidos na pesquisa. Elaborado pela autora, 2018.

	Forma de Financiamento	Inventário Participativo	Kit Multimídia	Receberam visita avaliativa do IBRAM	Participação/ protagonismo comunitário	Ações Museológicas	Ações de museologia social	Participaram de redes de Pontos de Memória	Conhecem outros Pontos de Memória no estado
África no Arquivo	Editais para ações e cotidiano mantido pelo governo	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
TV OVO	Editais para ações e cotidiano mantido através de fundos e da LIC	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
Missioneira	Ações e cotidiano mantido com verbas particulares. Prêmio utilizado para melhorias no espaço físico	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
Escola Hohendorff	Edital do PPM para ações e cotidiano mantido pelo governo	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim
Casa de Cultura do Litoral Boizinho da Praia	Editais para ações sem informações sobre o cotidiano	Não	Não	Não	Não	Pretendia, mas atualmente não	Não	Não	Não
Trajeto de Memória	Sem informações	-	-	-	-	-	Não	-	Não

5 Considerações Finais

Este estudo buscou realizar uma análise crítica da política pública para a cultura denominada Programa Pontos de Memória, para compreender as relações entre o projeto de ação proposto pelo IBRAM e o que ocorre na prática.

Realizou-se o levantamento inicial de todos os Pontos de Memória localizados no estado do Rio Grande do Sul, optando-se metodologicamente por não trabalhar com o Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro, que havia integrado parte do estudo anterior desenvolvido pela autora sobre os 12 Pontos de Memória pioneiros (SILVA, 2015), voltando os esforços de pesquisa para a análise dos Pontos de Memória que se inscreveram de forma espontânea nas edições recentes dos editais do PPM.

Foram realizados trabalhos de campo com entrevistas orais no Ponto de Memória África no Arquivo, no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre; no Ponto de Memória Missioneira, em São Miguel das Missões e no Ponto de Memória TV OVO, em Santa Maria.

A seleção destes espaços para uma análise mais aprofundada foi feita por abranger basicamente todas as tipologias de Pontos de Memória que poderiam ser encontradas no estado e que compreendem, como se pode observar, instituições maiores e com aporte constante do governo, como o África no Arquivo, aquelas que eram ações temporárias dentro de outros projetos, como o caso da TV OVO, além de outros que mais se assemelhavam a iniciativas museológicas, tal como o Missioneira.

Para as demais iniciativas optou-se pelo envio das mesmas perguntas realizadas presencialmente nas entrevistas, e buscou-se ter acesso aos projetos enviados para concorrer aos editais do PPM.

Os dados obtidos por meio das entrevistas e questionários, ancorados no conteúdo dos documentos oficiais sobre os Pontos de Memória, possibilitaram analisar o que se pretendia em diversos níveis: como estes PMs se articulam com as comunidades e como o discurso oficial apresenta estas articulações em contraste com as suas realizações na prática.

Quanto às relações entre as propostas do Plano Nacional Setorial de Museus (IBRAM, 2012) para os Pontos de Memória e as ações dos Pontos de Memória em si, constatou-se que não houve uma aplicação prática das propostas programáticas do PPM pautadas nos princípios da museologia social nos locais estudados no estado do Rio Grande no Sul. Ressalta-se, porém, que as metas são estabelecidas entre os anos de 2010 e 2020, podendo ainda ser realizadas nos próximos dois anos.

A articulação e o conhecimento entre os espaços promotores de cultura foram um ponto de fragilidade identificado no Programa em diferentes cenários. Sugere-se que novos estudos sejam feitos no sentido de subsidiar as ações necessárias para a construção e o consequente fortalecimento de rede visando a articulação permanente entre os seus membros para troca de experiências e relatos.

O diálogo permanente entre as partes envolvidas no mesmo programa enriqueceria não apenas as atividades individuais dos espaços, mas também os processos para avaliação aprofundada do impacto destes Pontos de Memória em suas comunidades visando o diagnóstico de pontos a serem aperfeiçoados, no âmbito do PPM. Nesse sentido, evidenciou-se como viável a solução exposta pela entrevistada Clarissa Alves (2017), que sugere a destinação de parte da verba destas políticas públicas exclusivamente para o custeio de passagens e hospedagem em encontros dos Programas Pontos de Memória. Complementa-se tal proposta com a possibilidade de contrapartida por parte das equipes dos Pontos de Memória no decorrer dos eventos.

Os mecanismos de avaliação do Programa também se mostraram um ponto frágil na proposta do IBRAM, pois não há um *feedback* dos relatórios enviados para a prestação de contas pelos Pontos de Memória. No âmbito do fomento de ações comunitárias seria interessante, especialmente para uma avaliação das ações desenvolvidas, a resposta do Instituto que representa a voz de especialistas da área sobre pontos fortes e fracos que poderiam fazer parte do comentado *policy cycle*.

Apesar da museologia social ser um dos fatores que motivaram a criação do Programa, notou-se que as ações desenvolvidas em alguns destes espaços sequer possuem um caráter museológico, constituindo ações educativas que trabalham

referenciais culturais e/ou patrimônio³⁵ de forma mais ampla e não necessariamente através de qualquer processo de musealização³⁶. Tais situações demonstram uma alteração na concepção daquilo que se denomina Pontos de Memória.

Sobre a participação e o protagonismo comunitário, seja através de inventário participativo ou de qualquer outra forma de ação, observou-se que a mesma se dá em um nível muito superficial, de forma que o público continua sendo mais espectador ou, no máximo, realizador de interações pontuais.

Embora não se tenha encontro em nenhum Ponto de Memória estudado qualquer membro da comunidade que de fato participa de todos os processos realizados na instituição, isso não desmerece de forma alguma as importantes ações realizadas dentro das especificidades de cada organização. Tal fato apenas demonstra a diferença significativa existente entre o que foi projetado pelo IBRAM para os Pontos de Memória e o que ocorre na prática desses lugares.

Diante de cenários como o verificado em São Miguel das Missões, faz-se necessário enfatizar a relevância de oficinas de capacitação para criação de propostas de sustentabilidade geradoras e constitutivas de uma economia criativa, tal como estabelece o PNSM. Com relação à fruição do patrimônio cultural recomenda-se a revisão dos processos burocráticos, que muitas vezes criam obstáculos que impedem a finalização de projetos como se deu como África no Arquivo, que por ser responsabilidade do Estado deveria possuir um fundo para gestão mais autônoma.

As reflexões que compõem este estudo estão imersas, também, na análise sobre o Plano Nacional Setorial de Museus e seu plano de metas para 2010-2020, documento fundamental para compreender as intensões, os interesses e as decisões que se organizaram para a formulação e implementação do PPM.

Dentre as dificuldades para a realização da pesquisa lamenta-se a falta de material para análise contemplando um maior número de projetos dos Pontos de Memória. Ocorreu que em muitos deles inexistia uma gestão de acervos administrativos, motivo pelo qual não mantinham mais os projetos inscritos para os editais armazenados. Buscou-se realizar uma análise do PPM, e apesar dos

³⁵ Diferencia-se, aqui, “referência cultural” (sentidos de identidade em localidades específicas para uma dada coletividade) de “patrimônio” (processo de instituir o patrimônio cultural ampliando o seu acesso e de seus detentores às políticas sociais de proteção e salvaguarda).

³⁶ Entendida como “um conjunto de procedimentos vinculados à seleção, aquisição, pesquisa, conservação, documentação e comunicação e tem o objetivo de atribuir ao objeto função de documento” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2010, p. 51).

resultados alcançados e da contribuição para a temática, é necessário salientar que este trabalho não esgotou o assunto sobre o Programa Pontos de Memória. Outras pesquisas são de enorme relevância para que se possa conhecer e delinear o panorama geral do Programa não apenas no Rio Grande do Sul, mas nas demais iniciativas nacionais e nos Pontos de Memória estrangeiros. Acredita-se que seria interessante que futuras pesquisas viabilizassem entrevistas e relatos dos responsáveis pela criação do Programa Pontos de Memória com vistas a exporem uma visão institucional da ação realizada podendo elucidar questões que este trabalho não alcançou.

Referências Bibliográficas

ALVES, Clarissa L. Sommer. **Sobre o Ponto de Memória África no Arquivo:** depoimento [11 de julho de 2017]. Entrevistadora: Mariana B. M. da Silva. Porto Alegre, RS, 2017. Registros em Diário de Campo da pesquisadora. Entrevista concedida para subsidiar pesquisa acadêmica de Mestrado.

AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Coord.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

AMAZONAS, Archimedes Ribas. Políticas de museus do governo Lula da Silva. **VI Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil, mai. 2010. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/wordpress/24387.pdf>> Acesso em 15 set 2018.

AVELAR, L. F. **Museus Comunitários no Brasil: O Ponto de Memória Museu do Taquaril**. Rio de Janeiro: FGV, 2015. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13691/Disserta%C3%A7%C3%A3o_AVELAR%2C%20Luciana.pdf> Acesso em 10 jan 2019.

BAPTISTA, T. W. F.; REZENDE, M. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. In: MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. (Org.). **Caminhos para análise das políticas de saúde**. Rio de Janeiro: CCAPS, 2011.

BARBUY, Heloisa. A conformação dos ecomuseus: elementos para a compreensão e análise. In: **Anais do Museu Paulista – História e cultura material**. Nova Série, v. 3. São Paulo: Universidade de São Paulo, jan./dez. 1995. p. 209.

BARTLE, Phill. O que é comunidade? Uma Perspectiva Sociológica. FERNANDES, S. F. (Trad.). In: **Portal do Coletivo Fortalecimento da Comunidade**, 2011. Disponível em: <<http://cec.vcn.bc.ca/mpfc/whatcomp.htm>> Acesso em 12 de junho de 2014.

BENINCÁ, Elli. Em busca de um método para a ciência pedagógica. **Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 05, n. 01, p. 129-143, 1998.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória** – Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BIRKLAND, T. A. **An introduction to the Policy Process: theories, concepts, and models of public policy making**. s/n: M.E. Sharpe, 2005.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1987.

BRAGA, Valter. **Sobre o Ponto de Memória Missioneira**: depoimento [13 de julho de 2017]. Entrevistadora: Mariana B. M. da Silva. São Miguel das Missões, RS, 2017. Registros em Diário de Campo da pesquisadora. Entrevista concedida para subsidiar pesquisa acadêmica de Mestrado.

BRASIL. Lei n. 11.530, de 24 de outubro de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 25 out 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11530.htm> Acesso em 16 Jan 2019.

_____. Portaria nº 315, de 6 de setembro de 2017. **Dispõe sobre a instituição do Programa Pontos de Memória no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM e dá outras Providências**. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 11 set. 2017. Seção 1, p. 6. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=6&data=11/09/2017>> Acesso em 15 abr 2018.

_____. **Medida Provisória Nº 870, de 1º de janeiro de 2019**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 3 jan 2019, ed. extra, 2-A. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm> Acesso em 16 Jan 2019.

CANAU, Joël. **Antropología de la Memoria**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2006.

_____. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Memória em Rede**, Pelotas, v. 1, jan./jul. 2009.

_____. **Memória e identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

CASSINA, Eduardo Giménez. Who am I? An identity crisis Identity in the new museologies and the role of the museum professional. *Sociomuseology III – Cadernos de Sociomuseologia*, v. 37, 2010.

CASTRO, Joao Paulo Macedo. **UNESCO - Educando os jovens cidadãos e capturando redes de interesses: Uma pedagogia da democracia no Brasil** (Tese de Doutorado em Antropologia Social)– Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil, 2005. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp032149.pdf>> Acesso em 15 mai 2017.

CHAGAS, Mario. Millôr Fernandes e a Nova Museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 2, n. 2, 1994. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/536>> Acesso em 8 jan 2019.

CHAGAS, Mario; ASSUNÇÃO, Paula; GLAS, Tamara. Museologia social em movimento. **Cadernos do CEOM**, v. 41, 2014, p.429-436. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2618/1517>> Acesso em 9 Jan 2019.

CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas. **Cadernos do CEOM**, v. 41, 2014, p. 9-22. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2592>> Acesso em 9 jan 2019.

CHAGAS, Mário; PRIMO, Judite; ASSUNÇÃO, Paula; STORINO, Claudia. A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. **Cadernos de Sociomuseologia**, n.11, v. 55, 2018, p. 73-102. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/6364/3870>> Acesso em 9 jan 2019.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM). **Declaração MINOM Rio 2013**. XV Conferência Internacional do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), Rio de Janeiro, 10 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.minom-icom.net/files/declaracao-do-rio-minom.pdf>> Acesso em 5 jan 2019.

_____. 1972 - Mesa-Redonda de Santiago do Chile. **Revista Museu**, 2018a. Disponível em: <<https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/museologia/3-1972-icom-mesa-redonda-de-santiago-do-chile.html>> Acesso em 16 jan 2019.

_____. 1984 – Declaração de Quebec. **Revista Museu**, 2018b. Disponível em: <<https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/museologia/4894-1984-declaracao-de-quebec.html>> Acesso em 16 jan 2019.

CONSTANCIA, Medeiros João Paulo. A evolução de conceitos entre as Declarações de Santiago e de Caracas . **Cadernos de museologia**, 1993

CURY, M. X. Novas Perspectivas para a Comunicação Museológica e os Desafios da Pesquisa de Recepção em Museus. In: I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola. **Actas...**, Porto, Portugal, v. 1, 2008, p. 269-279. Disponível em: < <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8035.pdf> > Acesso em 13 abr. 2018.

DAUSTER, Tânia. Uma infância de curta duração: trabalho e escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 82, p. 31-36, ago. 1992.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Dictionnaire encyclopédique de muséologie**. Paris : Armand Colin, 2011. p.381

DUARTE, Alice. Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda Inovadora. **Museologia e Patrimônio**, PPG-PMUS Unirio/MAST, v. 6, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>> Acesso em 7 dez. 2014.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, março 2002.

FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina**. 2a ed, Florianópolis: UFSC; Itajaí: UNIVALI, 2005. 533p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2004.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Políticas da memória e políticas do esquecimento. **Revista Aurora**, v. 10, p. 102-108, 2011.

GOHN, Maria Glória. Empoderamento e Participação da comunidade em políticas públicas. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 20-31, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro: Vertice, 1990.

_____. **Los marcos sociales de la memoria**. Caracas: Anthropos Editorial, 2004.

HEIJNEN, Wilke. The new professional: Underdog or Expert? New Museology in the 21th century. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 37, 2010.

HOROCHOVSKI, R. R.; MEIRELLES, G. Problematizando o conceito de empoderamento. In: II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2007, Florianópolis. **Anais...** Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Plano Nacional Setorial de Museus**. 2012. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/PSNM-Versao-Web.pdf>> Acesso em 12 abr. 2018.

_____. **Ações e Programas - Pontos de Memória**. 2018. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/pontos-de-memoria/>> Acesso em 16 Jan 2019.

JANEIRINHO, Raquel. Estratégias museológicas participativas: refletindo e atuando em Sociomuseologia. **Cadernos de sociologia**, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4523>> Acesso em 11 abr. 2018.

LASWELL, H. D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland: Meridian Books, 2006 [1936/1958], p. 35.

LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer Matheus. Preservação in situ X ex situ: reflexões sobre um falso dilema. **Series Iberoamericanas de Museología**, v. 7, 2012. Disponível em: <https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/10486/11607/57448_16.pdf?sequence=1>. Acesso em 28 ago. 2016.

LUPI, João. **Moçambique, Moçambiques**. Santa Maria: [S.n.], 1988.

SOUSA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

MINISTÉRIO DA CULTURA; IBRAM. **Edital de seleção pública nº 09, de 16 de novembro de 2012. Prêmio Pontos de Memória 2012**. Disponível em:

<<http://www.museus.gov.br/fomento/editais-2012/premio-pontos-de-memoria-2012/>>
Acesso em 15 abr. 2018.

_____. **Edital de chamamento público nº 02/DDFEM, de 18 de setembro de 2014. Prêmio Pontos de Memória 2014.** Disponível em:
<<http://www.museus.gov.br/fomento/editais-2014/premio-pontos-de-memoria-2014/>>
Acesso em 15 abr. 2018.

MOCELLIM, Alan Delazer. A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. **PLURAL**, São Paulo, v. 17, n. 2, p.105 -125, 2011.

MOMBELLI, Neli. **Sobre o Ponto de Memória TV OVO**: depoimento [14 de julho de 2017]. Entrevistadora: Mariana B. M. da Silva. Santa Maria, RS, 2017. Registros em Diário de Campo da pesquisadora. Entrevista concedida para subsidiar pesquisa acadêmica de Mestrado.

MOUTINHO, Mário C. Definição evolutiva de sociomuseologia: proposta de reflexão. **Cadernos do CEOM**, v. 27, n. 41, p. 423-427, dez. 2014. Disponível em:<<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2617>> Acesso em 09 jan 2019.

NEVES, J .L. Pesquisa Qualitativa – Características, usos e possibilidades. **Cadernos de pesquisa em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996.

NÓBREGA, Michele. **Sobre o Ponto de Memória Escola Hohendorff Vila União e Parque Itapema**: correspondência [23 de agosto de 2017]. Entrevistadora: Mariana B. M. da Silva. São Leopoldo, RS, 2017. Registros em Diário de Campo da pesquisadora. Entrevista concedida para subsidiar pesquisa acadêmica de Mestrado.

NUNES, C. O conceito de movimento social em debate: dos anos 60 até à atualidade. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 75, 2014. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/spp/1596>> Acesso em 16 Jan 2019.

OLIVEIRA, José Cláudio Alves de. O Patrimônio Total: dos Museus Comunitários aos Ecomuseus. **Revista Museu**, 2007.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). **Cultural policy**: A preliminary study - Round-table Meeting on Cultural Policies, Monte Carlo, Monaco, 1967. Paris: 1969. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000001173>> Acesso em 15 mai. 2017.

Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). **Carta cultural ibero-americana**. In: XVI Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, Montevidéu, Uruguai, 4 e 5 de novembro de 2006. Disponível em: <https://www.oei.es/xvi/xvi_culturaccl.pdf> Acesso em 12 mai 2018.

_____. Convênio de Cooperação entre o Instituto Brasileiro de Museus e a OEI. **Boletín Oficial de la OEI**, n. 3, ago./2008 – jul./2009. Disponível em: <<https://www.oei.es/historico/booei/BoletinOEI3.pdf>> Acesso em 2 jan 2019.

_____. **Avanzar en la construcción de un Espacio Cultural compartido** - Desarrollo de la Carta Cultural Iberoamericana. PISTILLI, Fernando; ESPÍNDOLA, Ernesto (Coord.). Madrid: CEPAL, 2012a. Disponível em <http://culturasiberoamericanas.org/Libro_IBERO_Web.pdf> Acesso em 3 de jan. 2017.

_____. **Memoria 2011-2012 y Programa Presupuesto**. Madrid: OEI, 2012b. Disponível em: <https://www.oei.es/historico/publicaciones/detalle_publicacion.php?id=137> **Erro! A referência de hiperlink não é válida.** Acesso em 10 dez. 2016.

_____. **Pontos de memória: metodologia e práticas em museologia social**. Brasília (DF): Phábrica, 2016. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/Pontos-de-Memoria-ebook-Portugues.pdf>> Acesso em 5 jan 2019.

_____. **Programa Presupuesto 2016**. Madrid: ago. 2016b. Disponível em <https://www.oei.es/uploads/files/about_us/Programa_presupuesto_2016.pdf>. Acesso em 10 de dez. de 2016.

PEREIRA, M. J. Memórias que “sangram”: Uma reflexão sobre História, memória e esquecimento no Paraná durante a Segunda Guerra Mundial. **Revista do Piauí**, Piauí, p. 1-13, 2014.

PIRES, Sergio Fernandes Senna; BRANCO, Angela Uchoa. Protagonismo infantil: co-construindo significados em meio às práticas sociais. **Paideia**, 2007, n. 17, v. 38, p. 311-320. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n38/v17n38a02.pdf>> Acesso em jan 2019.

PITOMBO, M. Narrativas tecidas, novas metafísicas: o papel das agências multilaterais na produção de sentido para a esfera cultura. In: **III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, ENECULT**, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil, 23-25 mai 2007. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/MariellaPitombo.pdf>> Acesso em 18 de abr. 2017

PRIMO, Judite. Museologia e Patrimônio: Documentos Fundamentais – Organização e Apresentação. **Cadernos de Sociomuseologia**, 1999a, n. 15, p. 95-104.

_____. Pensar contemporaneamente a museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**. V. 16, 1999b. P. 5-37

QUEROL, L. S. **El Patrimonio Cultural Inmaterial y la Sociomuseología**: estudio sobre inventarios. Tese (Doutorado em Museologia) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2011. Disponível em: <<http://www.museologia->

portugal.net/files/upload/doutoramentos/maria_lorena_querol.pdf> Acesso em 10 abr. 2018.

RODRIGUES, A. R; SERRES, J. P. Museu: memória e esquecimento do individual ao coletivo. **Mouseion**, v. 14, p. 37-48, abr. 2013.

RUBIM, A. A. C; PITOMBO, M; RUBIM, I. O. Políticas e Redes de Intercâmbio e Cooperação em Cultura no Âmbito Ibero-Americano. In: **Cátedra de Integração Andrés Bello. Convocatoria 2005**. Bahia: UFBA; CULT, jul. 2005. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/wordpress/?page_id=681> Acesso em 15 dez. 2018.

SAMPAIO; ARAÚJO Jr. Análise das políticas públicas: uma proposta metodológica para o estudo no campo da prevenção em Aids. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, Recife, v. 6, n. 3, jul.-set. 2006, p. 335-346.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. **Encontros museológicos**: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu. Rio de Janeiro: DEMU/IPHAN/MinC, 2008. (Coleção Museu: memória e cidadania, v. 4).

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Por uma sociologia dos museus. **Cadernos do CEOM**, 2014, n. 41. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2597>>. Acesso em 16 Jan 2019.

SERAFIM, M., DIAS, R. Análise de política: uma revisão da literatura. **Cadernos Gestão Social**, Salvador, v. 3, n. 1, maio 2012.

SILVA, Mariana Boujadi Mariano. **O Programa Pontos de Memória e os Museus Comunitários**. 2015 (Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharel em Museologia)– Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2015. Disponível em: <https://museologiaufpel.files.wordpress.com/2016/09/mariana-boujadi-mariano-da-silva_tcc.pdf> Acesso em 15 dez 2018.

SILVA, P. L. B. ; MELO, M. A. B. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. **Caderno NEPP-UNICAMP**, Campinas, n. 48, p. 1-16, 2000. Disponível em: <http://governancaegestao.files.wordpress.com/2008/05/teresa-aula_22.pdf>. Acesso em: 20.set 2016

THERRA, Ivan. **Sobre a Casa de Cultura do Litoral Boizinho da Praia**: correspondência [1 de agosto de 2017]. Entrevistadora: Mariana B. M. da Silva. Cidreira, RS, 2017. Registros em Diário de Campo da pesquisadora. Entrevista concedida para subsidiar pesquisa acadêmica de Mestrado.

TOLENTINO, Atila Bezerra. Museologia social: apontamentos históricos e conceituais. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.l.], n. 8, jun. 2016. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5499>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

VAN MENSCH, Peter. Obilježja izložbi. **Informatica Museologica**, v. 34, n. 3-4, 2003. Disponível em: <<https://hrcak.srce.hr/140413>> Acesso em 15 mai. 2017.

VAZ, Leopoldo Gil Dulcio. **O Museu Comunitário da Vila Velha de Vinhais**. 2012. Disponível em: <<http://cev.org.br/comunidade/maranhao/debate/o-museu-comunitario-vila-velha-vinhais-1/>> Acesso em 14 de maio de 2014.

VERGO, Peter. **The New Museology**. London: Reaktion Books, 1989.

VICTOR; MELO. **A qualidade em museus** – atributo ou Imperativo? In: I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola. **Actas...**, Porto, Portugal, v. 2, 2008, p. 156-167. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8193.pdf>> Acesso em 13 abr. 2018.

VINYES, R. La memoria como política pública. **El País**, Espanha, 6 de jan. de 2009. Disponível em <<http://elpais.com/diario/2009/01/07/opinion/1231282813850215.html>> Acesso em 10 abr. 2018.

VIVIAN, Diego Luiz. Ponto de Memória Missioneira: iniciativas comunitárias de preservação e promoção do patrimônio cultura em São Miguel das Missões (RS). In: BATISTA, Jean; SILVA, Cláudia Feijó da (Org.). **Práticas Comunitárias e Educativas em memória e Museologia Social**. Rio Grande: FURG, 2013, p. 33-47. Disponível em: <<https://pt.calameo.com/read/0011055956b65b01f9509>> Acesso em 15 mai. 2018.

Apêndices

APÊNDICE A – Roteiro de questões utilizadas nas entrevistas e enviadas por e-mail aos demais Pontos de Memória

1. Você poderia me falar um pouco sobre o projeto deste Ponto de Memória e sobre as ações que foram realizadas?
2. Como surgiu a iniciativa para a sua elaboração?
3. Como ficaram sabendo sobre o Programa Pontos de Memória?
4. Como foi o processo para participar do edital?
5. Qual a relação de vocês com as comunidades do entorno?
6. Quanto tempo demorou para sair os resultados?
7. Depois de contemplado o Ponto de Memória, houve algum contato ou visita do IBRAM?
8. O Plano Nacional Setorial de Museus traz algumas metas do IBRAM para os Pontos de Memória, neste sentido, eu gostaria de saber:
Como foi feita a divulgação das ações realizadas por vocês? Há a disponibilização de alguma plataforma online para que possam realizar esta divulgação?

Além da verba da premiação, vocês receberam mais algum auxílio do IBRAM, como projetores, máquinas fotográficas, notebooks?
(Caso seja um espaço físico): como foi realizada a seleção do acervo?
9. Você conhece alguma outra ação de algum outro Ponto de Memória aqui no estado do Rio Grande do Sul?
10. Como funciona a prestação de contas?
11. Recentemente o IBRAM anunciou uma parceria com a Caixa Econômica e com o Banco do Brasil para premiar os pontos de memória de “grande impacto social”, como você enxerga essa oportunidade?
12. Quais os aspectos do Programa Pontos de Memória que você vê como mais positivos?
13. Quais os aspectos do Programa que você ache que podem ser aperfeiçoados?
14. Existe algo que gostaria de acrescentar que eu não perguntei anteriormente?

APÊNDICE B – Questões enviadas à Casa de Cultura do Litoral Boizinho da Praia

1. Você poderia me falar um pouco sobre o projeto de vocês e sobre as ações que foram realizadas?
2. Como surgiu a iniciativa para a sua elaboração?
3. Como ficaram sabendo sobre o Programa Pontos de Memória?
4. Como foi o processo para participar do edital?
5. Quanto tempo demorou para sair os resultados?
6. Você havia mencionado um problema de ordem burocrática que impediu de
7. receberem a verba, como foi esse problema? Por que não pode ser resolvido?
8. Você conhece alguma outra ação de algum outro Ponto de Memória aqui no estado do Rio Grande do Sul?
9. Recentemente o IBRAM anunciou uma parceria com a Caixa Econômica e com o Banco do Brasil para premiar os pontos de memória de “grande impacto social”, como você enxerga essa oportunidade?
10. Apesar de não terem chegado a ser de fato um Ponto de Memória, quais os aspectos do Programa Pontos de Memória que você vê como mais positivos? E quais os aspectos do Programa que você ache que podem ser aperfeiçoados?
11. Existe algo que gostaria de acrescentar que eu não perguntei anteriormente?

Anexos

ANEXO A – Projeto do Ponto de Memória TV OVO enviado ao IBRAM

Plano de trabalho

1. JUSTIFICATIVA DO PLANO DE TRABALHO DOS RECURSOS DO PRÊMIO

1.1 Descreva o público alvo da aplicação dos recursos do prêmio e como se dará a participação e como se beneficiará a comunidade na aplicação desses recursos

A proposta Ponto de Memória TV OVO tem dois eixos que se voltam para a fruição. Um deles é a partir da difusão, divulgação e formação de público nas comunidades do meio rural de Santa Maria-RS, a partir de sessões cineclubistas que exibirão as produções realizadas pela TV OVO que falam do patrimônio cultural e da memória das pessoas que moram ou passam pela cidade. A ação terá duração de sete meses, na sua fase inicial, conforme previsto no edital, realizando exhibições em cinco comunidades do interior. No entanto, não é uma ação estanque, uma vez que a TV OVO continuará trabalhando com atividades voltadas à memória, o que permitirá a continuidade de sessões de cineclube pela zona rural, bem como na zona urbana de Santa Maria, como a TV OVO já vem fazendo. Nas comunidades do interior, o público é formado por produtores rurais. As sessões serão realizadas próximas aos salões comunitários e igrejas, espaços comunitários de sociabilidade desses moradores. As formas de participação se darão na produção das sessões, onde a comunidade terá que se envolver na divulgação do evento e na discussão do material exibido. Nestas exhibições, os documentários sobre conhecedores de ervas medicinais e curandeiros, em fase de produção, deverão provocar o debate sobre o conhecimento tradicional, por vezes, caído em esquecimento.

O outro eixo da ação engloba a digitalização do acervo e a ampliação do acesso às produções audiovisuais da TV OVO que tratam da memória. Isso se dará

a partir da disponibilização online desses vídeos para que o público possa assistir e realizar o download desses arquivos.

Em 2008, foram produzidos os documentários de curta-metragem *Avenida Progresso* e *1ª Quadra* que falam do patrimônio cultural de duas importantes ruas de Santa Maria. Em 2011, foram produzidos mais dois documentários de curta-metragem que contam a história de formação e desenvolvimento dos bairros Itararé, local dos ferroviários, que originou o filme *Trilhos do Itararé*, e o Nossa Senhora do Rosário, o bairro negro da cidade, que hoje se transformou em um bairro universitário, retratado no *Quatro Mistérios do Rosário*. Ainda, em 2011, foram gravados 4 minidocumentários de “personas” da cidade, chamados *No meu tempo*. Em 2012, a iniciativa gravou 50 histórias de pessoas em 7 localidades de Santa Maria e promoveu exposições de cineclube em cada uma delas.

Para 2013, o projeto gravará 6 documentários de curta-metragem voltados para curandeiros e conhecedores de ervas medicinais e tem previsto sessões de cineclube na sede da TV OVO para alunos do ensino médio. Ainda, a TV OVO produz o quadro Pilares da História desde 2005. São reportagens que tratam do patrimônio histórico de Santa Maria e que são exibidas no projeto TV OVO no Ônibus, uma iniciativa que compreende uma programação mensal de 30 minutos de caráter cultural e informativo exibida no transporte coletivo urbano. E em 2004 havia o projeto Memórias das Comunidades, que compreendia documentários sobre vilas da cidade, que acabou evoluindo para o projeto existente hoje, o Por Onde Passa a Memória da Cidade. Em função dessas produções, a TV OVO recebeu a segunda colocação no prêmio Cultura Viva, em 2010. A seleção no prêmio Pontos de Memória permitirá ampliar as ações de fruição e formação de público sobre a memória santa-mariense.

Há mais de quatro anos a TV OVO desenvolve ações voltadas para a recuperação, registro e valorização da memória em Santa Maria, disponibilizando equipe e equipamentos para tal. O prêmio Pontos de Memória irá potencializar essas ações. Deste modo, o plano de trabalho apresenta compra de alguns equipamentos faltantes, veículo e a contratação de serviços de divulgação. Para as sessões cineclubistas, a TV OVO já dispõe de equipamento de projeção, tela e sonorização. No entanto, as principais necessidades são a troca do veículo existente e a divulgação dessas ações. Do mesmo modo, a reformulação da plataforma online

da TV OVO se faz necessária para que o público que busca projetos e produções com foco na memória tenha acesso ao material produzido.

1.2. ITENS DE DESPESA DO PLANO DE TRABALHO

(Marque um X os itens nos quais haverá investimento)

- (x) manutenção das ações de memória social;
- () programações culturais regulares;
- () elaboração, desenvolvimento, execução de novas ações;
- () ampliação do acesso, educação e formação de público;
- (x) aquisição, preservação, inventário, documentação e digitalização de acervo;
- (x) ações de difusão, divulgação e promoção;
- (x) aquisição de equipamentos.

1.3. PLANO DE TRABALHO

1.3.1. Descreva de maneira sucinta as ações do Plano de Trabalho

Nome da ação: Ponto de Memória TV OVO

Objetivo da ação

A ação tem como objetivo ampliar a fruição e a formação de público de documentários de curta-metragem sobre a memória de Santa Maria/RS, num movimento de manter as ações de memória social que a TV OVO realiza desde 2008 com o projeto *Por Onde Passa a Memória da Cidade*. Além disso, entre os objetivos está a ampliação do acesso a esses audiovisuais a partir da digitalização e disponibilização do acervo da TV OVO na internet.

Público-alvo

O público alvo constitui-se por produtores rurais que residem nas comunidades do interior e por internautas, de interesses diversos, como professores, pesquisadores, estudantes, etc., que buscam informações sobre a memória santa-mariense.

Descrição e duração da ação (destaque à participação comunitária, se houver)

Descreveremos aqui as ações específicas que serão viabilizadas com o recurso do prêmio. A participação da comunidade se dará durante todo o processo, tanto na produção das sessões cineclubistas nas comunidades do interior, quanto nas discussões presenciais, durante as exposições, e pela rede, visto que a internet possibilita a interação e discussão com grupos e pessoas de todas as partes do país e do mundo.

Ação: Exposição no interior

Esta ação prevê a aquisição de um veículo para a produção das sessões de cineclube que garanta o transporte de todo o equipamento necessário para a atividade e para a equipe. Atualmente a Oficina de Vídeo possui um carro, Parati GL 93, que não comporta todo o material e a equipe da TV OVO. Para esta ação, prevemos um tempo de seis meses.

Para divulgar o projeto e criar uma identificação com a proposta, a adesivação do veículo se faz necessária, além de fortalecer a marca da Oficina de Vídeo - TV OVO, do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram e do Ministério da Cultura. Além disso, como ação de divulgação, spots em rádios AM e cartazes nas comunidades terão como finalidade a ampla divulgação das ações de exposição. Folders com conteúdo que fomentem a discussão sobre a importância da recuperação e do registro da memória serão o material de apoio ao projeto.

Ação: Acervo Memórias

Como estratégia para garantir o acesso democrático a todo o material produzido pela TV OVO, as ações na rede mundial de computadores irão facilitar o uso do material de forma online. Os vídeos, com alta qualidade, ficarão hospedados em um servidor que abrigará o material que também será postado em sites dedicados à exposição de vídeos na internet, como o iTeia, Youtube e Vimeo. Desta forma, o projeto ganha em amplitude, pois estarão nos principais sites e linkados, por meio de palavras-chaves, à motores de busca na internet. Os documentários, em alta qualidade, serão re-editados em uma nova mídia, com a divulgação prevista no edital, e disponibilizados por ftp no formato .ISO. Desta maneira, qualquer pessoa que baixar o conteúdo poderá gravar um DVD autorado com o material. Para abrigar esses vídeos, de maneira atrativa, a criação de uma plataforma online e de fácil acesso também é importante. Outra etapa desta ação é a aquisição de uma unidade

de memória para a câmera Sony Z5, que a TV OVO já possui. Em 2013, serão seis documentários produzidos sobre curandeiros e conhecedores de ervas medicinais. Na proposta audiovisual, a captação das imagens será feita com duas câmeras, mas apenas uma delas grava em formato de arquivo, por meio de cartões de memória, a outra ainda grava em fita de vídeo digital. Para melhorar o gerenciamento do material gravado, que é arquivado na íntegra para compor o Acervo Memórias da TV OVO, outra unidade de gravação de memória irá facilitar a guarda e a disponibilização dos arquivos. A duração desta ação será de sete meses.

Resultado esperado

O resultado esperado da proposta é a promoção de debates nas comunidades do interior sobre a memória e que as produções ressaltem a importância da valorização da memória e dos saberes que são passados de geração para geração, num movimento de preservar esse conhecimento e mantê-lo vivo. Ainda, espera-se que as produções ampliem o público e possam auxiliar no entendimento da história das pessoas, da cidade e no estudo sobre esses temas, pois a memória precisa reavivar seus rastros para dar bases ao futuro da sociedade. Um povo se faz de seu passado e de seus laços de identificação.

1.3.2. Conforme as ações a serem desenvolvidas, descreva o Plano de Trabalho dos recursos, em tabela com as seguintes colunas:

Nome da ação	Cronograma de execução (prazo máx. 7 meses)	Natureza da despesa	Valor de cada despesa	(% do valor total)
Exibição no interior	6 meses	Aquisição de bem e serviço	15.998, 00	53,3%
Acervo Memórias	7 meses	Aquisição de bem e serviço	12.802, 00	42,7%
Imposto de Renda		Imposto	1.200,00	4%

O valor total deve representar o valor total do prêmio, excluindo o recolhimento do Imposto de Renda, quando for o caso.

2. DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que:

- 2.1. Na qualidade de Participante do Prêmio Pontos de Memória 2012, tenho ciência do inteiro teor do Edital em questão, seus anexos, bem como da legislação aplicável;
- 2.2. A presente proposta e as obrigações decorrentes do Edital serão integralmente cumpridas com o recurso financeiro recebido; e
- 2.3. As informações aqui prestadas são de minha inteira responsabilidade.

Santa Maria, 13 de fevereiro de 2013

ANEXO B – Projeto do Ponto de Memória África No Arquivo enviado ao IBRAM**Plano de Trabalho****1. JUSTIFICATIVA DO PLANO DE TRABALHO DOS RECURSOS DO PRÊMIO****1.1 Descreva o público alvo da aplicação dos recursos do prêmio e como se dará a participação e como se beneficiará a comunidade na aplicação desses recursos**

A Associação dos Amigos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (AAP-RS) foi criada em 1994 com o objetivo de despertar o interesse dos cidadãos para o conhecimento da herança cultural documentada, apoiando os projetos de melhoria de instalações e preservação do acervo, maior comodidade e satisfação dos(as) usuários(as) do Arquivo, bem como o apoio às atividades científico-culturais do Departamento de Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Situa-se junto à sede do APERS, instituição pública criada em 1906 através do Decreto nº 876, que integra a Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos do Estado do RS, à Rua Riachuelo, 1031, Centro Histórico, Porto Alegre.

Neste sentido, desde 2006 a AAP-RS vem desenvolvendo atividades de captação de recursos para subsidiar projetos executados pelo Arquivo, entre os quais podemos citar:

- a) elaboração e publicação de catálogos seletivos de documentos denominados “Documentos da Escravidão no RS”, patrocinados pelo Programa ADAI, que é um fundo financeiro multilateral de fomento ao desenvolvimento de arquivos dos países ibero-americanos, e pela PETROBRAS. Este trabalho foi desenvolvido entre 2006 e 2010, resultando em 10 volumes de catálogos seletivos que contribuem para a preservação da documentação (ao diminuir seu manuseio), assim como para sua divulgação e difusão, sendo distribuídos em formato impresso para instituições de memória, ensino e pesquisa de todo o estado, e disponibilizados na íntegra no portal da instituição (www.apers.rs.gov.br). Foram descritos acervos

do período de 1763 a 1888 – desde o documento mais antigo salvaguardado pela instituição até o ano de abolição da escravidão no Brasil – passando pelas seguintes tipologias: cartas de liberdade, registros de compra e venda de escravos, inventários, processos criminais e testamentos;

- b) implantação do “Sistema de Segurança do Conjunto Arquitetônico do APERS”, composto por 39 câmeras de monitoramento, projeto levado em 2012 com recursos captados junto à Caixa Econômica Federal;
- c) realização do projeto “Preservação das Cartas de Liberdade”, que no momento encontra-se em andamento. Como desdobramento do projeto Documentos da Escravidão no RS, este visa à preservação dos documentos originais em suporte papel (cartas de liberdade, ou cartas de alforria) a partir de sua digitalização e indexação para consulta através da internet. Este projeto também foi patrocinado pela PETROBRAS.

A menção a estes projetos evidencia o compromisso da AAP-RS e do APERS com a preservação e difusão da memória social sul-rio-grandense e brasileira, especialmente no que concerne à memória afro-brasileira e à temática étnico-racial, que vem sendo trabalhada tanto a partir da difusão do acervo já mencionado, quanto a partir da organização de atividades culturais e educativas relativas à questão. Como exemplos, podemos citar a realização do painel de debates Escravidão e Liberdade: fontes, reflexões e experiências de pesquisa, em dezembro de 2010, oferecido à comunidade por ocasião do lançamento dos Catálogos Seletivos de Documentos da Escravidão; a atividade África no Arquivo: história, memória e consciência negra no Arquivo Público, realizada em novembro de 2011 em comemoração à Semana da Consciência Negra, contanto com roda de “contação de histórias”, intervenção teatral, exibição de filmes e apresentação de Capoeira; e o curso de formação para educadores Aplicando a Lei 10.639: patrimônio, cultura e história da África e Afro-Brasileira, realizado no APERS em novembro de 2012 em parceria com o Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e com apoio financeiro da CAPES através do edital Novos Talentos.

O curso Aplicando a Lei 10.639 foi mais uma ação do Programa de Educação Patrimonial do APERS, realizado em parceria com a AAAP-RS e a UFRGS, que oferece, além de cursos de formação para professores, oficinas de Educação Patrimonial para turmas da Educação Básica e cursos de capacitação paraicineiros, voltados a graduandos do curso de História. Entre as oficinas disponibilizadas está “Os Tesouros da Família Arquivo”, criada para alunos do 6º e 7º ano do Ensino Fundamental. Nesta oficina os estudantes debatem conceitos como história, memória, identidade e cidadania a partir da metodologia da Educação Patrimonial com base em documentos da escravidão (carta de liberdade, compra e venda de escravos, inventário, processo crime e testamento), espaço em que se busca refletir a respeito das marcas da escravidão em nossa sociedade, as memórias de seus sujeitos – expressas tanto a partir dos documentos oficiais e fontes escritas quanto de imagens e da história oral – e a necessidade de combate ao racismo.

Assim, para consolidar o APERS como um Ponto de Memória em que a comunidade sul-rio-grandense identifique a preservação, difusão, acesso e produção do conhecimento acerca da história afro-brasileira, enfim, para que identifiquem um “Africano Arquivo” ou a “África no Arquivo”, justifica-se a aplicação dos recursos do prêmio Pontos de Memória, que serão utilizados na ação intitulada “África No Arquivo: fontes de pesquisa & debates para a igualdade étnico-racial no Brasil” de maneira a atingir um número ainda maior de estudantes da Educação Básica e seus professores, assim como pesquisadores das Ciências Humanas dos diferentes níveis do Ensino Superior, através de: 1) aquisição de computadores para o APERS, que viabilizarão pesquisas, produção textual, criação de dispositivos pedagógicos, guias para professores e alunos, entre outros materiais que comporão a caixa pedagógica e auxiliarão na divulgação dos Catálogos; 2) reedição dos Catálogos Seletivos de Documentos da Escravidão no RS em formato digital (pdf salvo em DVD), tendo em vista que já foram distribuídos todos os exemplares impressos em 2010; e 3) elaboração de uma caixa pedagógica que levará “um pedacinho do Arquivo” para dentro de cada escola, recheada de documentos que falam do período em que havia escravidão no Brasil, imagens, vídeo informativo e propostas de atividades pedagógicas criadas a partir destes documentos já descritos nos Catálogos Seletivos. As caixas serão distribuídas gratuitamente nas escolas públicas

de Porto Alegre e municípios mais populosos da região metropolitana¹, podendo ser utilizadas por todos os professores e alunos.

Com os recursos deste prêmio será possível distribuir inicialmente nestas localidades. Porém, pretende-se captar novos recursos e parcerias que permitam distribuir este kit a todas as escolas públicas do Rio Grande do Sul.

1.2. ITENS DE DESPESA DO PLANO DE TRABALHO

- (x) manutenção das ações de memória social;
- () programações culturais regulares;
- (x) elaboração, desenvolvimento, execução de novas ações;
- (x) ampliação do acesso, educação e formação de público;
- () aquisição, preservação, inventário, documentação e digitalização de acervo;
- (x) ações de difusão, divulgação e promoção;
- (x) aquisição de equipamentos.

1.3. PLANO DE TRABALHO

1.3.1. Descrição das ações do Plano de Trabalho

Nome da ação: África No Arquivo: fontes de pesquisa & debates para a igualdade étnico-racial no Brasil.

Objetivo da ação

Consolidar e ampliar as ações que vem sendo desenvolvidas no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) por intermédio ou em parceria com a Associação dos Amigos do APERS no intuito de preservar, difundir e ampliar o acesso a acervos que auxiliam na compreensão da história da escravização, da luta por liberdade, as consequências sócio-históricas e as diferentes memórias elaboradas a partir deste processo, contribuindo assim para a produção de conhecimento, qualificação do ensino sobre história e cultura da África e afro-brasileira, e construção de novas relações étnico-raciais em nosso estado e país. Para isto pretende-se: 1) melhor equipar o APERS com novos computadores, que viabilizam diversas atividades de pesquisa, produção e difusão do conhecimento; 2)

reeditar e distribuir os 10 volumes de Catálogos Seletivos de Documentos da Escravidão; e 3) elaborar e distribuir às escolas públicas caixas pedagógicas que abordam a história e cultura afro-brasileira a partir da temática da escravidão e liberdade e suas fontes documentais arquivísticas.

Público alvo

Estudantes e professores da rede pública de ensino, com enfoque nas séries finais do Ensino Fundamental, e pesquisadores das Ciências Humanas em geral, em diferentes níveis do Ensino Superior (graduação e pós-graduação).

Descrição da ação

A partir da aquisição de novos computadores para o APERS, que viabilizarão melhor aproveitamento dos recursos humanos de que a instituição já dispõe, realizando novas pesquisas, produção textual, criação de dispositivos pedagógicos, guias de leitura e sugestões de análises para professores e alunos, banners de divulgação, entre outros materiais, elaborar: compilação em formato digital de todos os 10 volumes de Catálogos Seletivos de Documentos da Escravidão já editados em formato de livro, para que sejam salvos em DVD e distribuídos a instituições e pesquisadores interessados, tendo em vista que já foram distribuídos todos os exemplares impressos em 2010; caixa pedagógica intitulada “O Arquivo vai à Escola: documentos da escravidão no RS & debates para a igualdade étnico-racial”. Este material será criado a partir do acervo salvaguardado pelo APERS e de entrevistas realizadas com pesquisadores que utilizam as fontes primárias deste Arquivo (como professores universitários, mestrandos ou doutorandos) e com ativistas do movimento negro, e estará recheado de reproduções de documentos que falam do período em que havia escravidão no Brasil, de imagens, vídeo e propostas de atividades pedagógicas criadas a partir da análise destas fontes primárias de pesquisa que fazem parte do acervo do APERS. Estes documentos, ao lado de imagens, de vídeo produzidos com tomadas de cenas do Arquivo e com as entrevistas, e de referências ao patrimônio imaterial e à história oral, auxiliarão a problematizar o fazer historiográfico, as diversas fontes possíveis à produção do conhecimento histórico, a existência de diferentes suportes para a informação e diferentes memórias que tratam de um mesmo período. As caixas serão distribuídas

gratuitamente nas escolas públicas de Porto Alegre e municípios mais populosos da região metropolitana, podendo ser utilizadas por todos os professores e alunos.

Duração da ação

Execução 7 meses	Alcance junto à comunidade: indeterminado
------------------	---

Resultado esperado Consolidar o APERS como um Ponto de Memória identificado com a história, a memória e a cultura afro-brasileira; Qualificar a infraestrutura do APERS a partir da compra de novos computadores para melhor viabilizar e otimizar o trabalho de sua equipe técnica, seja para esta ações ou para projetos vindouros; Ampliar a difusão dos acervos da instituição através dos quais se podem reconstituir a história da escravidão e da luta por liberdade no Rio Grande do Sul e no Brasil em relação direta com o continente africano, assim como problematizar as marcas deste processo histórico em nossa realidade social atual; Difundir as ações já desenvolvidas pelo APERS em parceria com a AAAP-RS na área educativa e cultural, como seu Programa de Educação Patrimonial; Contribuir para a aplicação da Lei 10.639/2003, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, a partir da distribuição de kits pedagógicos que darão suporte aos professores para que possam refletir e debater sobre a temática de maneira sólida e embasada; Incentivar a democratização do acesso aos arquivos públicos como espaços de memória e produção do conhecimento a partir da difusão do APERS e seu acervo; Produzir 500 DVDs com a versão digital dos Catálogos Seletivos de Documentos da Escravidão e em seguida distribuí-los conforme demanda; Produzir e distribuir 650 caixas pedagógicas em formato de kit para escolas públicas de Porto Alegre e municípios mais populosos da região metropolitana.

NOME DA AÇÃO	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	VALOR DE CADA DESPESA
1. Aquisição de computadores (02 notebooks e 01 desktop com gravador de CD/DVD)	1º mês	Aquisição de equipamentos	R\$4.000,00
2. Reedição dos Catálogos Seletivos de Documentos da Escravidão no RS em formato digital (500 DVDs contendo os 10 volumes dos catálogos em pdf)	1º mês	• Manutenção das ações de memória social • Ações de difusão, divulgação e promoção • Inventário e documentação	R\$2.500,00
3. Confeção e distribuição de caixas pedagógicas intituladas “O Arquivo vai à Escola: documentos da escravidão no RS & debates para a igualdade étnico-racial”, para distribuição nas escolas públicas de Porto Alegre e cidades mais populosas da região metropolitana (650 unidades)	1º ao 7º mês	• Elaboração, desenvolvimento, execução de novas ações • Ampliação do acesso, educação e formação de público	R\$23.500,00
3.1. Pesquisa documental no acervo do APERS	1º mês		
3.2. Digitalização, reprodução e transcrição da documentação selecionada	1º mês		
3.3. Realização de entrevistas com pesquisadores da área e ativistas do movimento negro para produção de vídeo de apoio ao professor	2º mês		
3.4. Montagem do vídeo de apoio	2º e 3º mês		

Gasto médio de R\$36,00 por unidade de caixa, incluindo seu suporte em MDF; reprodução dos documentos digitalizados em papel durável e de boa qualidade; vídeo de apoio gravado em CD; adesivo externo para a caixa com nome e caracterização da atividade e outras impressões coloridas, como imagens e cartela de jogos.

2. DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que:

- 2.1. Na qualidade de Participante do Prêmio Pontos de Memória 2012, tenho ciência do inteiro teor do Edital em questão, seus anexos, bem como da legislação aplicável;
- 2.2. A presente proposta e as obrigações decorrentes do Edital serão integralmente cumpridas com o recurso financeiro recebido; e
- 2.3. As informações aqui prestadas são de minha inteira responsabilidade.